

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

**ORIXIMINÁ TERRA DE NEGROS: TRABALHO, CULTURA E  
LUTA DE QUILOMBOLAS DE BOA VISTA (1980-2013)**

ELAINE CRISTINA O.F. ARCHANJO

MANAUS

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

ELAINE CRISTINA O.F. ARCHANJO

**ORIXIMINÁ TERRA DE NEGROS: TRABALHO, CULTURA E  
LUTA DE QUILOMBOLAS DE BOA VISTA (1980-2013)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

**Orientador:** Prof. Dr. Nelson Tomelin Jr.

MANAUS

2015

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A669o Archanjo, Elaine Cristina Oliveira Farias  
Oriximiná terra de negros: trabalho, cultura e luta de quilombolas de Boa Vista (1980-2013) / Elaine Cristina Oliveira Farias Archanjo. 2015  
161 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Nelson Tomelin Junior  
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Expropriação. 2. Resistência. 3. Titulação da Terra. 4. História Oral. I. Tomelin Junior, Nelson II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

**ELAINE CRISTINA O.F. ARCHANJO**

**ORIXIMINÁ TERRA DE NEGROS: TRABALHO, CULTURA E  
LUTA DE QUILOMBOLAS DE BOA VISTA (1980-2013)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em 22 de junho de 2015.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Nelson Tomelin Jr  
(UFAM – Presidente)

Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro  
(UFAM – Membro)

Profa. Dra. Maria do Rosário Cunha Peixoto  
(PUC-SP – Membro)

À minha sogra Therezinha de Jesus Faria Vieira (In memoriam) que tanto ajudou e torceu pelo sucesso desse trabalho, cuidou do meu pequeno Paulo Miguel para que eu pudesse cursar as disciplinas. Sem sua preciosa colaboração tudo seria mais difícil e talvez impossível. Ao meu pai Edson Picanço Farias, meu companheiro de pesquisa. Aos moradores da comunidade quilombola de Boa Vista.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos os homens e mulheres moradores da comunidade quilombola de Boa Vista que colaboraram para realização deste trabalho, disponibilizando seu tempo e compartilhando suas memórias e histórias. Meu sincero agradecimento.

As lideranças quilombolas Antônio Carlos Printes e Daniel Souza que compartilharam comigo suas experiências e histórias de luta no Movimento Quilombola do Trombetas.

Agradeço de forma sincera e especial ao meu orientador Dr. Nelson Tomelin Jr., que acreditou no meu trabalho e durante todo o percurso de escrita desta dissertação foi paciente quanto a minha inexperiência acadêmica e compreensivo diante de minhas limitações. Agradeço também aos professores do Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Aos funcionários da secretaria do programa, especialmente a Jailson, por todos os “galhos quebrados”. A CAPES pela bolsa de estudo para realizar esta pesquisa.

Agradeço aos professores Luís Balkar Sá Peixoto (UFAM) e Maria do Rosário Cunha Peixoto (PUC-SP) pelas valiosas observações no exame de qualificação.

Aos colegas de mestrado Eduardo, Vinicius, Sandro, Sarah, Rafaela, especialmente a Camila minha companheira de angústias e saudades da família. Obrigada pelos momentos de diálogo e descontração.

Agradeço aos meus pais Francisca e Edson Farias, por todo amor que me deram e valores que me passaram ao longo da vida, possibilitando a minha formação humana e, agora, acadêmica. Especialmente meu pai que foi meu companheiro inseparável de pesquisa. À minha irmã Elcilaine que me recebeu com todo carinho em sua casa em Porto Trombetas. À minha prima Elcione sempre socorrendo-me, quando precisava viajar. Obrigada!

Ao meu amado esposo Paulo que sempre incentivou e apoiou esta pesquisa. Aos meus filhos Phelipe e Paulo Miguel, por “comprenderem” minhas ausências. Quero que saibam que tudo que faço é pensando em vocês.

Agradeço aos funcionários da Associação Cultural Obidense-Museu Integrado (ACOB) pela atenção e gentileza com que me atenderam tornando possível a consulta do acervo documental ali encontrado. Aos professores João Felipe e Benedita Lobato pela contribuição.

Enfim, a todos que ajudaram a concluir este trabalho. Meus sinceros agradecimentos.

Nós vencemos! Mas todo esse trajeto que a gente fez era para um objetivo só: viver em paz. O negro quer viver em paz, matto para respirar o ar puro, o rio para ele navegar, enfim, viver. O negro não pensa em ser rico ele só quer viver. É um povo alegre como qualquer outro povo e que só quer ser respeitado como gente. Então, resumindo essa história é isso: tudo começou por que a gente decidiu viver. Viver bem com dignidade, ser tratado como gente.

(Silvio Rocha)

## RESUMO

Este estudo versa sobre a luta da comunidade remanescente de quilombo Boa Vista, localizado no rio Trombetas, município de Oriximiná, para titulação de suas terras, com base no artigo 68 do ADCT da Constituição de 1988. Buscou-se por meio da memória social, as narrativas orais de moradores da comunidade, analisar o processo histórico de formação da comunidade quilombola de Boa Vista pela luta de trabalhadores, homens e mulheres daquela localidade. Procurou-se compreender como esses sujeitos historicizam suas experiências e trajetórias de vida na luta pela terra, evidenciando o processo de cercamento, bem como a gênese do movimento quilombola do Trombetas e suas estratégias de enfrentamento social e política e por fim analisar a organização entorno de sua identidade de Remanescente de Quilombo. A metodologia da História Oral é o aporte teórico que deu sustentação a este estudo. Boa Vista foi à primeira comunidade remanescente de Quilombo reconhecida e titulada no Brasil e seu modelo de organização será utilizado por outras comunidades. Ao finalizar o estudo constatou-se que, ao longo de sua história, a comunidade de Boa Vista enfrentou conflitos que se manifestaram sob a forma de expropriações, de luta e contestação pelo direito de permanência e usos das áreas, de novas regras e normas. Das ações expropriadoras, a qual foi submetida à comunidade quilombola de Boa Vista, resultou a subtração de grande parte do território historicamente ocupado, perdendo seu espaço de trabalho, lazer e de lembranças, além da garantia de sobrevivência por meios próprios de todo um modo de vida.

**Palavras-chave:** Expropriação, Resistência, Titulação da Terra, História Oral.

## ABSTRACT

This paper aims at the struggle of the Boa Vista Quilombo reminiscence community, located in the Trombetas River, municipality of Oriximiná for their ownership of land, according to the article 68 of ADCT of the 1988 Constitution. It has sought by the social memory, the oral narratives of community inhabitants, to analyze the historical process of the Boa Vista Quilombola community formation for the labors, men and women striving from that location. It also has searched to comprehend how these subjects register historically their experiences and life trajectories on struggle for land evidencing either the enclosure process or the genesis of the quilombola movement of trombetas and their social and political confrontation and finally to analyze the organization around its identity of Quilombo reminiscence. The methodology of the oral History is the theoretical support which it has given sustainment to this study. Boa Vista was the first Quilombo reminiscence community recognized and represented in Brazil and its organizational pattern will be used for other communities. At the end of the study it has established along its history, the Boa Vista community faced clashes which expressed as expropriation, struggles and contestation for right of permanency and uses of the areas, new regulations and rules. From the expropriation actions which was submitted the Quilombola community of Boa Vista, it resulted the subtraction of a large part of the territory historically occupied, losing its work, leisure and memory spaces, besides the survival guarantee by proper ways of each way of life.

**Keywords:** Expropriation, Resistance. Ownership of Land. Oral History.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Localização da comunidade quilombola de Boa Vista .....	22
FIGURA 2 – Dona Marina dos Santos (Comunidade de Boa Vista).....	24
FIGURA 3 – Sr. José dos Santos, 72 anos (comunidade de Boa Vista) mostrando os instrumentos de trabalho utilizados por ele durante sua vida.....	25
FIGURA 4 – Dona Zuleide dos Santos e seu marido, Valério dos Santos. (Espaço Cultural da comunidade de Boa Vista) .....	27
FIGURA 5 – Casa da comunidade de Boa Vista.....	29
FIGURA 6 –Porto da Comunidade de Boa Vista.....	29
FIGURA 7 – Sr. Silvio Rocha, coordenador da Comunidade de Boa Vista.....	30
FIGURA 8 – Igreja Católica de São José.....	32
FIGURA 9 – Escola da Comunidade Boa Vista.....	33
FIGURA 10 – Mapa da localização das Unidades de Conservação e o território quilombola de Boa Vista .....	35
FIGURA 11 – Mapa da comunidade quilombola de Boa Vista e a Vila de Porto Trombetas .	45
FIGURA 12 – Antônio Carlos Printes, 51 anos (comunidade do Abuí, rio Trombetas) .....	59
FIGURA 13 – Comunidades Remanescentes de quilombo localizadas no Rio Trombetas ...	64
FIGURA 14 – Daniel Souza, 55 anos (comunidade do Jauari, rio Erepecurú) .....	72
FIGURA 15 – Campanha da ARQMO contra a hidrelétrica de Cachoeira Porteira e a mineradora Alcoa, em comunidade do Alto Trombetas .....	88
FIGURA 16 – A Ronqueira: Informativo da Associação das comunidades Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná.....	91
FIGURA 17 – Audiência Pública para licenciamento ambiental solicitado pela Alcoa .....	94
FIGURA 18 – Casa de Farinha ou Centro de Trabalho em Comunidade (comunidade Boa Vista) .....	123
FIGURA 19 – Criatório de peixe e quelônios (comunidade Boa Vista) .....	125
FIGURA 20 – Dona Zuleide mostrando seu espaço de trabalho com a cerâmica.....	126
FIGURA 21 – Dona Zuleide mostrando sua obra de arte .....	128
FIGURA 22 – Mutirão de limpeza (centro comunitário de Boa vista).....	134
FIGURA 23 – Terreiro e o altar da Igreja de São José (comunidade de Boa Vista) .....	135
FIGURA 24 – Apresentação da dança Catinsirigandô, no círio de Santo Antônio, em Oriximiná (começando pela esquerda, temos do Zuleide montando o mastro, dona Marina, de Catarina, e Zuleia, de rainha das flores).....	141

FIGURA 25	Dançarinas do Catisiringandô, Círio de Santo Antônio Oriximiná .....	142
-----------	--	-----

## LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ACOB	Associação Cultural Obidense
ACRQBV	Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Boa Vista.
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ARQMO	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCN/MA	Centro de Cultura Negra do Maranhão
CEDENPA	Centro de Defesa e Estudo do Negro no Pará
COOPERBOA	Cooperativa de Prestação de Serviços da Comunidade de Boa Vista
FLONA	Floresta Nacional
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
MRN	Mineração rio do Norte
ONG	Organização Não-Governamental
REBIO	Reserva Biológica do Trombetas
SIT	Sistema de Informações Territoriais
SUCAM	Superintendência de Campanhas de Saúde Pública
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>1 “TENTARAM MUITAS VEZES, SE FOSSE FRACO NÓS TINHA SAÍDO”:</b> história e memória de resistência e luta pela terra de quilombolas de Boa Vista .....	21
<b>1.1 Boa Vista cercada de todos os lados:</b> “era aquela coisa, se correr o bicho pega se ficar o bicho come” .....	34
1.1.1 Mineração Rio do Norte: “ela chego com uma vontade boa” .....	36
1.1.2 Reserva Biológica do Trombetas e Floresta Nacional Saracá-Taquera: “O IBAMA quando chegou aqui [no rio Trombetas] veio pra abrir caminho pras mineradoras” ...	46
1.1.2.1 Reserva Biológica do Trombetas – REBIO: “criaram essa reserva dentro da casa do povo” .....	46
1.1.2.2 Floresta Nacional Saracá-Taquera-FLONA: “eu achei que essa nossa área não atingiu por que essa área nacional é onde tá o minério” .....	53
<b>2 ORGANIZANDO A RESISTÊNCIA:</b> “Tudo isso começou por que a gente decidiu viver. Viver bem, com dignidade, ser tratado como gente” .....	58
<b>2.1 “Olha a força do negro chegou no Trombetas e no Erepecurú”</b> .....	<b>69</b>
2.1.1 Raízes Negras: “o encontro dos pretos do Baixo Amazonas, dos mocambeiros do Baixo Amazonas” .....	74
2.1.2 ARQMO: “ela foi criada pra isso, pra defesa de nossos direitos, dos remanescentes de quilombo” .....	80
<b>2.2 “Uma briga foi puxando a outra”</b> .....	<b>85</b>
<b>3 “ESSA TERRA DE QUILOMBO É UMA PROPRIEDADE DOS QUILOMBOLAS DO BOA VISTA”</b> .....	<b>101</b>
<b>3.1 “Boa Vista foi o primeiro degrau, a porta de entrada pra toda as titulações do Trombetas”</b> .....	<b>105</b>
<b>3.2 Demarcação e titulação, uma longa negociação:</b> “por que muitos queriam que fosse demarcado individualmente e a gente não” .....	112
<b>3.3 Comunidade de Boa Vista, novas experiências e novas lutas:</b> “até que melhorou depois da titulação” .....	120
3.3.1 “Eu tenho orgulho de ser negra e fazer parte desse grupo de quilombolas”: festa cultural, heranças dos antepassados .....	133
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>144</b>

<b>FONTES .....</b>	<b>148</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>148</b>

## INTRODUÇÃO

Na bacia hidrográfica do Baixo Amazonas<sup>1</sup>, oeste do Pará, município de Oriximiná, localiza-se o rio Trombetas, em região ocupada por dezenas de comunidades remanescentes de quilombo<sup>2</sup>. Destino conhecido de escravos fugidos desde o início do século XIX, marcando espaço de resistência em torno das fazendas de gado e cacau de Óbidos, Santarém, Alenquer, Monte Alegre, e até mesmo Belém, a história do lugar tem sido tema de pesquisa de autores como Salles (1971), Funes (1995), Marin e Castro (1998).

Adentrar aquele rio possibilita a experiência de conhecer a região e sua gente. Trata-se de localidade privilegiada, rica em recursos naturais e de beleza exuberante. Neste cenário amazônico, destaque-se a comunidade de Boa Vista, que tem resistido ao longo do tempo ao avanço dos interesses capitalistas, lutando, ao mesmo tempo, para que seu povo tenha os seus direitos constitucionais respeitados. Os quilombolas de Boa Vista foram pioneiros na luta por reconhecimento étnico e territorial, garantidos na constituição de 1988, alcançando em 1995, a condição de primeira comunidade “Remanescente de Quilombo” titulada no Brasil.

A narrativa de sua origem é marcada pela história e memória de resistência de homens e mulheres à escravidão. Esse processo histórico é visível e permanente, principalmente na memória daqueles que são os continuadores dessa luta, em percepção viva do passado que não é apenas conhecido e vivido individualmente, mas, acima de tudo, lembrado socialmente pelos moradores da comunidade. Trata-se da memória de resistência histórica dos quilombolas do Trombetas constituída e evocada a partir de suas lutas do presente pela manutenção e defesa de direitos como terra, liberdade e igualdade. Esses sujeitos, em sua trajetória de vida, revelam sentimentos de revolta que se articulam na memória com “histórias do tempo da escravidão”, ainda presente na realidade desses quilombos, resgatando sua ancestralidade na luta presente pela titulação de suas terras.

A memória se revaloriza como campo de luta também na articulação da comunidade em torno de disputas pela efetivação do marco legislativo do artigo 68 da Constituição Cidadã, quando: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida sua a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes os títulos

---

<sup>1</sup> O território é atualmente composto por doze municípios: Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa (SIT, 2014).

<sup>2</sup> Segundo dados da comissão Pró-Índio (2013), os quilombolas do município de Oriximiná estão distribuídos atualmente em 35 comunidades rurais, as quais estão localizadas no rio Trombetas e Erepecurú, com população de aproximadamente 1.200 famílias.

respectivos” (BRASIL, 1988, p. 188), comprovada a sua descendência dos antigos quilombos dos tempos da escravidão.

Ao relembrar as histórias de sofrimento, luta e resistência de seus ascendentes, os quilombolas de Boa Vista falam de um passado que, mesmo distante no tempo, é vivo no seu presente. Nesse caso, vale lembrar de considerações de Walter Benjamin (1994, p. 201), quando afirma que “o narrador retira de sua experiência o que ele conta: sua própria experiência, ou a relatada por outros”. Por meio da narrativa oral é possível uma aproximação da experiência, tal como é vivida pelo narrador e transmitida, articulando passado e presente.

É por essas memórias que se propõe problematizar a história do povoado negro rural de Boa Vista, no rio Trombetas, tratando de um passado que permanece vivo nos relatos orais dos quilombolas desse rio. São lembranças fragmentadas de seus ancestrais negros escravos ou fugidos, que emergem naquelas narrativas, reforçando a origem e a constituição dessa comunidade, bem como a manutenção e defesa de seus próprios valores no presente.

A comunidade de Boa Vista será designada neste trabalho de comunidade remanescente de quilombo ou comunidade quilombola, expressões utilizadas por seus membros como sinônimo na denominação de seu território. Quanto aos seus habitantes, esses se autodenominam quilombolas. Entretanto, é importante enfatizar que em alguns momentos aparece nas narrativas orais o termo “remanescente de quilombo”, pois foi no campo das lutas em torno dessa designação que conquistou a comunidade a titulação de suas terras. Vale ainda ressaltar que compreendemos “remanescentes de quilombo” não como resíduo, resto de algo, mas como sujeitos do presente que se mobilizam politicamente na defesa de suas terras e de sua cidadania (ARRUTI, 2003, 2005).

Justifica-se a escolha da comunidade de Boa Vista, pelo fato de ter sido a primeira comunidade remanescente de quilombo reconhecida e titulada no Brasil, o que a fez nacionalmente conhecida. No decorrer do tempo de estudo e das atividades de pesquisa constatou-se ainda que eram poucos os trabalhos dedicados a estudar a comunidade ou a organização e luta pela titulação das suas terras<sup>3</sup>.

Houve também motivações pessoais para a execução da presente pesquisa, uma vez que a pesquisadora viveu 18 anos de sua vida na cidade de Oriximiná. Nesse tempo, pôde conhecer e conviver com muitos quilombolas e suas histórias, entre elas, a do Odeti, negro alto e de poucas palavras. Reza a lenda que teria vindo esse homem do Suriname, e que seus

---

<sup>3</sup> Neste sentido, destacam-se MARIN, R. & CASTRO, E (1998), O’ DWYER (1993), DUQUE (2004).

ossos eram de marfim e indestrutíveis, jamais envelhecendo. Com mais de cem anos, por onde ele passava causava espanto e medo nas crianças.

Outro personagem do Trombetas era um curador chamado Balduino Melo. Ele tinha o poder da onipresença, podendo estar em todos os lugares ao mesmo tempo. Dizia-se que mergulhando no rio, em frente de sua casa, na comunidade da Serrinha, iria surgir no porto de Oriximiná. Além dessas histórias, ainda pude compartilhar do espaço escolar com muitos quilombolas vindos das comunidades em busca da possibilidade de darem continuidade aos seus estudos.

Também a partir dessa conjuntura de vivências, foram as seguintes as perguntas que nortearam a pesquisa: como e quando os quilombolas de Boa Vista construíram sua identidade política reivindicatória de “remanescentes de quilombo”? Como essa comunidade se organizou e se mobilizou em defesa de suas terras? Conjectura-se que os laços históricos, familiares, políticos e de solidariedade criaram uma estreita relação e identidade comum, construída no bojo das resistências do grupo, no passado e no presente.

Assumiu-se como objetivo principal analisar o processo histórico de formação, reconhecimento e titulação da comunidade quilombola de Boa Vista pela luta de trabalhadores, homens e mulheres daquela localidade no município de Oriximiná.

Pretendeu-se com este trabalho compreender como esses sujeitos historicizam suas experiências e trajetórias de vida na luta pela terra, evidenciando o processo de cercamento da comunidade. Buscou-se ainda analisar a gênese da mobilização e organização do movimento quilombola do Trombetas, evidenciando estratégias de resistência e enfrentamento social e político de homens e mulheres negras. Por fim, se observou a importância de analisar como a comunidade de Boa Vista se organizou e construiu sua identidade étnica e política de remanescente de quilombo, e sua luta pela sobrevivência social, política e cultural.

Este trabalho inspira-se então na perspectiva de se entender processos históricos construídos por homens e mulheres, a partir de vivências cotidianas, valorizando-as em todas as suas dimensões. Compreende-se assim a pesquisa em história também por encaminhamento teórico-metodológicos thompsonianos (1981, p. 182), quando afirma o historiador que, mediados pela experiência, “os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro desse termo...”, construindo uma história moldada nas relações sociais.

Com foco na evidenciação de projetos e estratégias dos moradores da comunidade quilombola de Boa Vista na luta pela demarcação e titulação de suas terras, por experiências e vivências dos sujeitos históricos do seu passado e presente, atentamos para as reflexões de Vieira, Peixoto e Khoury (1989, p.7), quando essas autoras entendem viver os sujeitos

históricos as suas experiências “integralmente como ideias, necessidades, aspirações, emoções, sentimentos, razão, desejos, como sujeitos que improvisam, forjam saídas, resistindo, submetendo-se, vivendo enfim, numa relação contraditória”.

Logo, compreender esse processo exigiu revalorizar as experiências de homens e mulheres dessa comunidade como sujeitos ativos dentro da história de luta pela titulação de suas terras, a partir de seu conhecimento, visão de mundo, e modos de vida.

Na linha dessa problematização do conhecimento histórico é que se priorizou o trabalho com as fontes orais. Como perspectiva de trabalho e compartilhando de caminhos teóricos e dimensões políticas da obra do historiador Alessandro Portelli (1997a, p. 31), quando afirma que “as fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez”. É nesse sentido que se buscou compreender e analisar, por meio das narrativas orais, as expectativas e percepções forjadas naquelas trajetórias políticas de lutas pela terra, evidenciando histórias construídas por pessoas com projetos, sonhos e interesses, ou seja, pessoas reais que criam e recriam estratégias de resistência.

Deste modo, a história oral possibilita os registros das vivências e lembranças dos sujeitos históricos, revalorizando experiências e memórias. Ainda segundo Alessandro Portelli:

A História Oral é uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a Sociologia e a Antropologia – a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los, em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada um (PORTELLI, 1997b, p. 15).

São memórias que dimensionam no presente as lutas do passado, pois as recordações dos quilombolas de Boa Vista são construídas hoje, também pelas lembranças vividas, contadas e herdadas de seus avós, quando referenciam para experiências dos antigos mocambos/quilombos, disputando o seu próprio lugar no território da memória. Assim, o presente trabalho empregará esses dois últimos termos, pois, em conversas com quilombolas de Boa Vista, referem-se estes ora a quilombo ora a mocambo. Do cotidiano dos quilombolas emergem questões como cultura e o trabalho, com resistência e festa. Enfim, seguiu esta pesquisa trilhas e caminhos abertos pela história oral “para descobrir, para contar histórias que não foram ouvidas” (THOMSON, 1997, p. 77).

Compartilha-se ainda das reflexões do historiador Rafael Samuel (1997), quando este chama atenção para o dinamismo da memória, pois longe de ser um receptáculo passivo se apresenta como força ativa, “dialeticamente relacionada ao pensamento histórico”. Ainda

segundo esse autor, “a memória é historicamente condicionada, mudando de cor e forma de acordo com que emerge no momento; de modo que, longe de ser transmitida pelo modo intemporal da tradição, ela é progressivamente alterada de geração a geração” (SAMUEL, 1997, p. 44), quando se interpreta o vivido segundo o que suscita o presente. Por essa perspectiva de estudo, privilegiando-se as fontes orais como meio de apreender como os sujeitos históricos interpretam os processos sociais por eles vivenciados, e compreendendo a necessidade do “olhar político sobre o presente e do presente sobre o passado” (SARLO, 1997, p. 58-59), busca-se, aqui, observar diferenças, ambiguidades e contradições na experiência social vivida.

Trabalhando com a história oral como um “experimento em igualdade, baseado na diferença” (PORTELLI, 1997b, p. 19), cheguei à cidade de Oriximiná em outubro de 2013, para dar início à pesquisa de campo.

Durante a estadia na cidade fui apresentada ao senhor Antônio Carlos Printes, líder quilombola, que, junto com outros companheiros, funda, em 1989, a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO). Carlos Printes, como é conhecido, seria o primeiro entrevistado desta pesquisa, quando por meio dele também arrolamos outros nomes.

No decorrer daquela primeira e longa conversa, evidenciaram-se sujeitos e histórias de luta e resistências dos quilombolas do rio Trombetas. Assim, seguindo suas orientações, pode-se planejar a viagem à comunidade de Boa Vista, tendo como contato na região o professor da Comunidade Quilombola do Moura, e coordenador de projeto na ARQMO, Manoel Siqueira.

A pesquisa de campo proporcionou a rica experiência de conviver com os moradores dessas comunidades quilombolas, permitindo que participasse de sua vida e atividades cotidianas, compartilhando suas histórias de luta e de resistência, além de observar a dinâmica de suas vivências e sua relação com a cidade de Porto Trombetas.

As entrevistas com os quilombolas de Boa Vista foram realizadas nos meses de outubro e novembro de 2013, e setembro de 2014. Durante a pesquisa realizei quatorze entrevistas, treze destas com quilombolas e uma com não quilombola. Nesse período, pode-se “conhecer” um pouco da história dessa comunidade, presente nas narrativas orais dos moradores e também por meio de conversas informais, revelando histórias de sujeitos históricos do passado e de agora.

Acompanhando trilhas abertas pelo historiador Alessandro Portelli (1997), procurou-se fazer das entrevistas um momento de diálogo, buscando-se aproximação de destinos pelo

compartilhamento de trajetórias de vida entre narradores e pesquisadora, quando outras histórias, e não só as que se entendia inicialmente, passaram a fazer sentido para a pesquisa, momento em que se estabelecem confianças e solidariedades comuns, revalorizando-se experiências.

Ao abordar temas como trabalho, família, educação, saúde, religião e cultura, observou-se como os moradores da comunidade de Boa Vista lidam com o passado, e como interpretam o presente. Nessa perspectiva, buscou-se apreender os significados das relações sociais e suas transformações históricas.

Segundo as reflexões da historiadora Lêda Oliveira (2006, p. 269), “a memória é um processo ativo de criação de fatos e significados na experiência social e que pode ser compartilhada, mas só se materializa nas reminiscências e nos discursos individuais”. O que nos permitiu dialogar com as versões pessoais narradas a partir da memória daqueles que atuaram de maneira ativa na luta pela demarcação e titulação de suas terras, revelando a existências de outras histórias e seus múltiplos pontos de vista e de interpretações, revalorizando práticas e experiências dos sujeitos históricos.

Compreendemos que a entrevista é como um texto elaborado pelo indivíduo, quando a correção na forma como falam, o “português estropiado” ou o “português grosso”, como costuma dizer Dona Rosa, desconsiderando-se expressões e construções linguísticas regionais, enfraqueceria interações históricas e a produção social de sentidos, evidenciadas nas narrativas orais. Logo, foi de fundamental importância para este trabalho a revalorização da maneira como expressam seus pensamentos, preservando-se sotaques, ritmos, emoções e silêncios.

As entrevistas foram realizadas nos locais escolhidos pelos narradores, tendo a maioria ocorrido em suas próprias residências, procurando-se não interferir nas suas atividades diárias. Dessa forma, coletou-se valiosas histórias nas quais se revelam a trajetória de homens e mulheres que lutam e resistem dentro de sua cultura, entendida como modo de vida global, por respeito e direito à reprodução da vida por meios próprios.

A pesquisa foi dividida em três capítulos. O primeiro versa sobre o processo histórico de formação da comunidade, suas lutas e conflitos resistindo às ações de implantação do projeto de exploração de bauxita na região do rio Trombetas, e as políticas ambientalistas que resultaram na expropriação de grande parte do território secularmente ocupado pela comunidade de Boa Vista, dando origem ao cercamento e desestruturação de seus modos de vida. A proposta do segundo capítulo foi a de analisar a gênese do movimento quilombola do Trombetas, o enfrentamento social e político de homens e mulheres, frente aos

agentes expropriadores que avançavam sobre suas terras. No terceiro, e último capítulo, discute-se a organização da comunidade de Boa Vista quanto à identidade étnica e política dos moradores, quando se procurou observar motivações de sua escolha, evidenciar a continuação de suas lutas, e a formação do seu modelo de organização, o qual viria a orientar estratégias de resistência quilombola por todo o Brasil.

## **1 “TENTARAM MUITAS VEZES, SE FOSSE FRACO NÓS TINHA SAÍDO”:** história e memória de resistência e luta pela terra de quilombolas de Boa Vista

As lutas e conflitos territoriais na Amazônia acompanham a disputa pelo controle e acesso a economia extrativista dos recursos florestais e minerais. A década de 1980 é um marco na luta e resistência dos quilombolas de Boa Vista pela permanência em suas terras, demarcando a divisão de um tempo de tranquilidade em contraposição a um tempo de perseguições.

É, sobretudo, nesse período que as populações tradicionais emergem no cenário nacional protestando contra a destruição de seus modos de vida, com a implantação das políticas desenvolvimentistas para Amazônia.

Com base nas narrativas orais de homens e mulheres negras dessa comunidade, buscar-se-á compreender como esses sujeitos historicizam suas experiências e trajetórias de vida na luta pela terra evidenciando o processo de cercamento da comunidade e a percepção da perda de direitos, conquistados através dos costumes com a implantação da Mineração Rio do Norte, a criação da Reserva Biológica do Rio Trombetas e a Floresta Nacional Saracá-Taquerá.

Estes conflitos manifestam-se sob a forma de sobreposições territoriais, de expropriações, de luta e contestação pelo direito de permanência e usos das áreas, de novas regras e normas. Das ações expropriadoras, a qual foi submetida à comunidade quilombola de Boa Vista, resultou a subtração de grande parte do território historicamente ocupado, perdendo seu espaço de trabalho, lazer e de lembranças.

Em decorrência disto, os moradores da comunidade de Boa Vista perderam sua segurança e garantia de sobrevivência por meios próprios. Tal conjuntura apresenta-se como pano de fundo indispensável à compreensão da origem da resistência, luta pela terra e seus desdobramentos sociais. Neste capítulo também, apresenta-se a formação histórica da comunidade de Boa Vista e sua organização sócio-espacial.

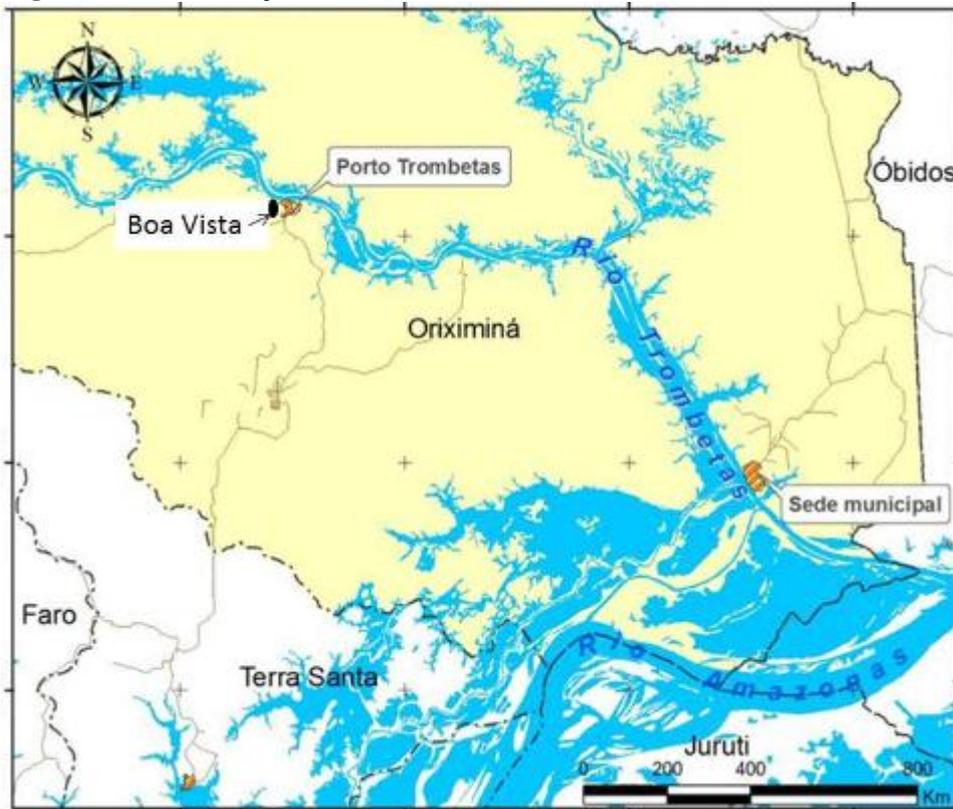
Desse modo, importa enfatizar as reflexões de Yara Khoury (2004, p.117), sobre cultura e memória, quando afirma que “considerando a história um processo de disputas entre forças sociais, envolvendo valores e sentimentos, tanto quanto interesses, e disposto a pensar e avaliar a vida cotidiana em sua dimensão histórica”. Nessa direção, procuramos observar as dimensões sociais e políticas da experiência presente nas falas e nas interpretações que homens e mulheres fazem do passado vivido. E, assim, evidenciar como esses sujeitos viveram e os significados que deram ao processo de luta pela permanência em suas terras.

Nesse sentido, é importante lembrarmos-nos que a memória é uma construção social, e como tal é continuamente retrabalhada, moldada e reelabora, incorporando às narrativas experiências adquiridas e vividas durante a trajetória de vida do narrador. Assim, fica explícito que os relatos estão impregnados de traços do momento em que foram produzidos, modificando-se com o decorrer do tempo e conforme interesses diversos, presentes na vida de quem se propõe a narrar suas lembranças sobre determinado evento (PORTELLI, 2006).

A comunidade quilombola de Boa Vista está localizada em região de várzea, na margem direita do rio Trombetas, fazendo fronteira, ao norte, com o rio Trombetas e enseada do Caripé, Bom Princípio e Patauá; a leste, com o igarapé de Água Fria e a floresta Estadual Saracá-Taquera; a oeste, com o igarapé de Patauá; ao sul, com o Igarapé Água Fria e a Floresta Nacional Saracá-Taquera (INCRA, 1995). Observamos, ainda, outros limites não especificados no título de reconhecimento: no limite norte, está a Reserva Biológica do Trombetas e, no limite sul, a Mineração Rio do Norte.

Sua área territorial abrange 1.125,0341 hectares, com capacidade de assentamento para 112 famílias (Ibidem).

**Figura 1** – Localização da Comunidade Quilombola de Boa Vista.



**Fonte:** SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA-SIPAM, 2009, adaptado por Elaine Archanjo.

A história de sua origem e formação tem como referência a chegada do casal de escravos<sup>4</sup> Antônio Honório dos Santos e Maria José Conceição. Estes teriam fugido das fazendas de gado e de cacau da região de Santarém e de Óbidos, dando início ao povoamento que recebeu o nome de Boa Vista, em virtude de sua localização possibilitar, pelos dois lados do rio Trombetas, avistar a chegada de quem se aproximava do local.

As comunidades quilombolas do município de Oriximiná tiveram sua origem no movimento de fuga e resistência de homens e mulheres negras à escravidão, na região do Baixo Amazonas<sup>5</sup>, no século XIX. Neste período, os mocambos localizados no rio Trombetas<sup>6</sup> eram os mais conhecidos destino dos escravos, que fugiam das fazendas de gado e cacau de Óbidos, Santarém, Alenquer, Monte Alegre e até mesmo de Belém (SALLES, 1971; FUNES, 1995; MARIN e CASTRO, 1998).

Os principais quilombos<sup>7</sup> estavam localizados acima das Cachoeiras do rio Trombetas, cuja primeira seria denominada pelos negros de Porteira, o que não descarta a existência de mocambos menores espalhados em locais abaixo desta. Refazendo o trajeto de fuga de suas famílias, muitos quilombolas citam lagos e igarapés como refúgio dos seus ancestrais, como Marina dos Santos, anos de idade, mãe de seis filhos, agricultora e moradora da comunidade quilombola de Boa Vista, que ao falar da família do seu pai, observa que “a mãe dele era negra, era negra e era afri... [africana] e, era escrava. E, aí fugiro aqui pra dentro do batata [Lago do Batata], mas ero poucos lá, eles fizeram um tapiri, ficaro lá”. É nesse contexto de ocupação do Trombetas, abaixo das cachoeiras, por onde se chega a Boa Vista, um quilombo formado na parte mansa do rio.

---

<sup>4</sup> Conforme levantamento bibliográfico (SALLES, 1971; FUNES, 1995; MARIN e CASTRO, 1998; GOMES, 2005), a introdução em grande escala de africanos na Amazônia brasileira ocorreu a partir da segunda metade do século XVIII. Nesse período contamos maior inserção de contingentes de escravos africanos no Grão-Pará, e sua intensificação se dá em meio ao contexto das medidas pombalinas, para promover a restauração econômica de Portugal. Para viabilizar essa recuperação foram criadas as Companhias de Comércio. Nesse contexto, a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão surge da iniciativa do seu então governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 1754, para facilitar o abastecimento de mão-de-obra africana na região, propiciando contatos diretos com os portos africanos. Na Região do Baixo Amazonas, o aumento do número de escravos está diretamente ligado ao crescimento econômico, provindo do desenvolvimento da lavoura cacauzeira. Dessa forma, observa-se no século XIX um aumento considerável da população negra na Província do Grão-Pará, distribuída na capital e regiões circunvizinhas e em regiões mais afastadas como o Baixo Amazonas.

<sup>5</sup> Aqui, refere-se à região que, nos séculos XVIII e XIX, correspondia às vilas de Óbidos, Santarém, Alenquer e Monte Alegre.

<sup>6</sup> Os quilombos do Trombetas tiveram sua origem com a reunião dos sobreviventes dos quilombos do Inferno e Cipopema, destruído em 1812, por uma força comandada pelo capitão de milícias Bernardo Marinho de Vasconcelos (SALLES, 1971; FUNES, 1995; MARIN e CASTRO, 1998).

<sup>7</sup> Os principais quilombos localizados acima da Cachoeira Porteira eram: Colônia, Cura, Maravilha, Campixe, Turuna e Poana. O maior, mais conhecido e temido, no século XIX, foi o quilombo Maravilha, cuja destruição seria o objetivo de uma expedição comandada por João Maximiano de Souza, em 1855. Esses escravos fugidos contaram com a ajuda de etnias indígenas da região, com quem dividiram experiências sobre os caminhos das cachoeiras e a sobrevivência na mata. (FUNES, 1995; ARCHANJO, 2014).

**Figura 2:** Dona Marina dos Santos (Comunidade de Boa Vista).



**Fonte:** Acervo fotográfico de Elaine Archanjo.

A sua história é contada por sujeitos históricos reconhecidos por sua história social na comunidade. Assim, chegamos ao senhor José dos Santos (filho), 72 anos, agricultor aposentado, filho de José dos Santos e Francisca de Paula dos Santos, tendo por avós maternos Antônio Honório dos Santos e Maria José Conceição, o casal de escravos que deu origem à comunidade de Boa Vista. Da memória sobre caminhos percorridos pelos avós maternos, temos a seguinte narrativa de seu José dos Santos (filho).

(...) meus avós num eram daqui. [De onde eram seus avós?] Eles dizem que vieram daí, do rumo da África. Eles vieram curridos do tempo da escravidão. Vieram para as fazendas de Santarém, de Santarém se espalharam, uns foi pra Alenquer, outros veio pra cá pro trombetas. Teve quilombo que foi pra Porteira [Cachoeira Porteira], e assim, eles foram se espalhando, e o meu avô ficou puraqui por Boa Vista. (José dos Santos, 72 anos, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, 16/11/2013).

Ao chegar no rio Trombetas escolheu um lugar estrategicamente bem posicionado, no alto de um barranco, a futura comunidade de Boa Vista, um bom ponto para se observar a chegada de eventuais intrusos. Segundo narra seu José, “(...) foi esse Antônio Honório que morô aqui, e deu esse nome de Boa Vista, por que fazia uma vista longa, tanto pra baixo como pra cima [...] era meu avô, pai da minha mãe”. No entorno da família de Antônio Honório dos Santos se dariam muitas das interações sociais e políticas do povoamento de Boa Vista.

**Figura 3** - Sr. José dos Santos, 72 anos (comunidade de Boa Vista) mostrando os instrumentos de trabalho utilizados por ele durante sua vida.



**Fonte:** Acervo fotográfico de Elaine Archanjo.

O relato acima evidencia o processo de formação da comunidade, elegendo a chegada de Antônio Honório dos Santos como o marco fundador da mesma.

[Quando se formou a comunidade só era a família de Antônio Honório?] Só era, num tinha ninguém de fora, só era da família dele. Eles eram oito filhos, e tinha os filhos dos filhos dele, e daí fui aumentando né, a família. Mas só dessa família, num tinha ninguém de fora daqui, era só dessa família do Antônio Honório. (José dos Santos, 72 anos, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, 16/11/2013).

Quanto à data da chegada seu avô ele não pode precisar, pois não teve contato com o mesmo. Diz seu José em relação ao avô: “o meu avô eu não conheci, num conheci, mas bem meu avô, eu me lembro que vi ele malamá [...] por que ele morreu logo que eu me formei [nasci] (...)”. Reforça, no entanto, que seu avô quando chegou à Boa Vista ainda era escravo, conforme sugere o relato de sua irmã Marina dos Santos, lembrando histórias contadas pelo pai:

(...) ele [seu pai] disse que a mãe da mamãe inda foi escrava. Ela tinha sinal da corrente que era presa aqui [apontando para o tornozelo], ela tinha muito medo. Meu avô chamava Antônio Honório dos Santos, ele [seu pai] disse que eles [os avós maternos] foro escravo. Eles fugiro pra cá fomar, tivero minha mãe, a minha mãe era Francisca Paula, [seus tios:] Maria Glória, Secundino, Joaquim, Balbino, [Cazuza, Finica, Maria Ludomira], meu avô era ele Antônio Honório dos Santos e minha vó era Maria José dos Santos. Então, eles formaro esse quilombo [Boa Vista] e ficaro tendo filho aqui, e fazendo plantação aí, qualquer coisa, que eles nem Oriximiná eles iam, eles passavo pra Óbitos, pra não saber que tinha esse quilombo aqui. (Marina dos Santos, 65 anos, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, 29/10/2013).

Na pequena povoação que se iniciava, Antônio Honório organizava e administrava tanto as atividades de pesca, caça, extrativismo e trabalhos na roça.

[como é que eles, seus avós viviam na comunidade?] Eles viviam da caça, da pesca, por que naquele tempo não tinha esse comércio [referindo-se ao supermercado, e a feira de Porto Trombetas] pra vender carne de caça, pra vender peixe. O caso dele era fazer uma roça e tê a farinha, e o peixe eles conseguiam ele mesmo, a caça, e eles viviam assim. (José dos Santos, 72 anos, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, 16/11/2013).

Nas lembranças de homens e mulheres da comunidade de Boa Vista afloram um tempo em que seus antepassados viviam da natureza, um tempo de fartura, não faltando a caça, o peixe, a farinha, seus derivados e os frutos da mata para sua sobrevivência. Tais atividades representam a base de sua cultura e territorialidade, sendo seu conhecimento passado de geração em geração. Assim, por meio de suas práticas pode-se observar as formas sociais com que esses sujeitos constroem seus saberes em harmonia com a natureza.

Entretanto, devemos salientar que, ao longo do tempo, essa comunidade vem sofrendo alterações decorrentes do avanço capitalista (Mineração Rio do Norte) e das políticas preservacionistas governamentais na região (Reserva Biológica do Trombetas e Floresta Nacional Saracá-Taquera) que limitaram os espaços antes ocupados e utilizados por seus moradores para prática de suas atividades econômicas e de subsistência.

Nesse sentido, importante é a entrevista de Dona Zuleide dos Santos, 58 anos de idade, agricultora aposentada, artesã, mãe de 6 filhos, avó de 24 netos e 4 bisnetos, realizada na cozinha de sua casa, enquanto preparava o almoço de sua família, um frango congelado comprado em Porto Trombetas, sendo, muitas vezes, a única opção de obter alimento, pois a referida comunidade perdeu seu espaço de caça, pesca, abandonando quase por completo a agricultura e o extrativismo.

Dona Zuleide é referência de força e liderança, participou ativamente da luta pela titulação, sendo também responsável pela coordenação cultural da comunidade de Boa Vista, cuida da casa, do marido, filhos e dos netos quando seus pais saem para trabalhar. Hábil artesã ceramista, produz utensílios domésticos e réplicas de cerâmica Konduri para comercializar, contribuindo com a renda familiar.

Dona Zuleide nasceu na comunidade da Tapagem, morou em Abui e aos 16 anos de idade casou-se com o senhor Valério dos Santos, neto de Antônio Honório dos Santos, fundador do povoado no qual se localiza a comunidade de Boa Vista. Quando mudou para a comunidade do seu marido lembra que,

Era uma localidade de oito famílias na verdade. [A senhora lembra quais eram essas famílias?] Quando eu cheguei pra cá. Eu lembro, eu lembro, as famílias era o pai do meu marido, é a Francisca Paula dos Santos que é a mãe dele e José Marcelo [José dos Santos], e tinha a dona Finica que era a tia dele, tia materna né. Aí tinha o tio dele que era seu Joaquim, aí tinha o primo dele que era José, a gente chamava José, de Zezinho, mas era parece que era José Nonato, não sei muito bem o nome dele, eu sei que era José, tinha a velha Délia, a dona Délia que era uma senhora idosa que era casada com um senhor daqui também, o seu Barbino, que era tio do meu marido, Orlando e o seu Jozinho lá mais em cima. Aí era essas famílias que morava aqui, o César com a Marininha, era assim sartiado. Aí depois a gente começou trabalhar e fazer oração nas casas, porque aqui era [só trabalho]. Daqui era farinha, Itauba, tirar castanha, era de que o povo vivia, de castanha, e madeira, e farinha, a roça, vivio da roça. Era um povo muito humilde, era, vivia da roça pra casa, da casa pra roça, e pro mato pra tirar castanha e madeira. (Zuleide Viana dos Santos, 58 anos, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, 29/10/2013).

A população inicial desse povoado, segundo narra Dona Zuleide, constituía-se apenas dos familiares de seu marido, revelando ainda, na sua narrativa, a atividade econômica da comunidade baseada no extrativismo e na agricultura de subsistência. As reuniões nas casas demonstram a capacidade de organização do grupo, estreitando laços de solidariedade e evidenciando um espaço de vivências, articulado à liberdade de vida e às experiências democráticas, mesmo diante de uma realidade material e educacional adversa. Vale ainda ressaltar que Dona Zuleide chegou à Boa Vista em 1971, três anos antes, portanto, da assinatura dos documentos, base para a consolidação do Projeto Trombetas de extração de Bauxita, em 1974<sup>8</sup>.

**Figura 4** - Dona Zuleide dos Santos e seu marido, Valério dos Santos, no Espaço cultural da comunidade de Boa Vista



**Fonte:** Acervo fotográfico de Elaine Archanjo.

<sup>8</sup> Em 1974, foi assinado um acordo de acionistas da Mineração Rio do Norte S.A., atualmente composta pelas empresas: Vale do Rio Doce, BHP Biliton metais, Rio Tinto Alcan, Companhia Brasileira de Alumínio, Alcoa Brasil, Norsk Hydro, Alcoa World Alumina, Abalco (MRN, 2013).

Desde a instalação da Mineração Rio do Norte, observa o agricultor aposentado de 72 anos de idade, seu José dos Santos, que “(..) veio tanta gente. E um pede pra ficá, e vão dando um lugar pra ficá, foi habitando. Hoje em dia tem muita gente, tem mais gente que já veio de fora, que os próprios filhos, dos quilombos que muravam aqui antes”. Como evidencia em sua narrativa o senhor José dos Santos, também outros moradores de Boa Vista observam o contínuo aumento populacional na comunidade, quando para aí acorrem pessoas de outras localidades, e mesmo de cidades vizinhas, como Oriximiná e Terra Santa, buscando alcançar oportunidades de emprego em Porto Trombetas, alterando-se rotinas e costumes sociais no lugar.

Atualmente, segundo o coordenador da comunidade de Boa Vista, Silvio Rocha, que conta com 46 anos de idade e é vigia e zelador da escola do lugar, estima-se a população de Boa Vista em “torno de umas 200 famílias, mas comunitária daqui do Boa Vista mesmo, eu acho que umas 160, 170 por aí”. Entretanto, durante a pesquisa de campo, observou-se muitas casas fechadas, pois seus moradores estavam trabalhando, em Porto Trombetas, chegando, somente, à noite. Outras por motivos como falta de emprego ou falta de escolas para seus filhos concluírem os estudos, visto que, a escola da comunidade oferece ensino até o 5º, levando-os a abandonar a comunidade. Também encontramos mulheres cuidando da casa e dos filhos pequenos, crianças brincando na beira do rio, às vezes na companhia dos irmãos mais velhos, e idosos, muitos deles aposentados.

As moradias são construídas em linha, acompanhando o curso do rio, observando-se dois padrões de assentamento, um no alto do barranco e outro mais abaixo, próximo ao curso d'água, edificadas essas últimas sobre palafitas, em razão das sazonais cheias fluviais.

As casas dos moradores de Boa Vista são de madeira, de alvenaria e de barro, com cobertura de brasilit, zinco ou palha, possuindo comumente uma divisão interna em dois cômodos, com a cozinha localizada do lado de fora da casa, como um anexo, com mesa, bancos de madeira e fogão de barro, sem paredes, com cobertura, na sua maioria, de palha. O espaço da cozinha não se limita ao preparo das refeições, sendo também um espaço de socialização, onde se recebem vizinhos, amigos e visitantes.

**Figura 5** - Casa da comunidade de Boa Vista



**Fonte:** Acervo fotográfico de Elaine Archanjo.

Encontra-se árvores frutíferas nos quintais, canteiros de temperos, como cheiro verde, salsinha, chicória e pimenta, bem como plantas medicinais: arruda, cidreira, capim cheiroso, entre outras. Cada moradia tem seu porto, uma pequena ponte de madeira, onde se banham os familiares, lava-se a roupa e os utensílios domésticos, limpam o peixe, além de servir de ancoradouro para as embarcações que chegam à comunidade.

**Figura 6** - Porto da comunidade de Boa Vista.



**Fonte:** Acervo fotográfico de Elaine Archanjo.

De acordo com Silvio Rocha, o abastecimento de água “é um problema, porque nós temos um micro sistema de água aqui, que foi feito há muito tempo, [...] não foi concluído o trabalho”, quando poucas casas chegaram a ser atendidas. A comunidade possui um poço

artesiano, que necessita de energia elétrica para funcionar a bomba d'água e quando esta quebra os moradores que não querem utilizar para o consumo a água do rio precisam ir até Porto Trombetas para conseguir água potável.

Para aqueles que não têm transporte ou pessoas para trazerem água de Porto Trombetas, utilizam para o consumo a água retirada do rio Trombetas, sendo tratada com hipoclorito, quando é disponibilizado. De acordo com relatos dos moradores da comunidade de Boa Vista, o rio Trombetas, hoje, está poluído “impacto de tanta poluição de bauxita que já foi jogada nesse rio”, alerta Elzanira Gonçalves, 39 anos, professora da comunidade, colocando em risco a saúde daqueles que, sem ter alternativa, consomem a água do rio.

**Figura 7 - Sr. Silvio Rocha, coordenador da Comunidade de Boa Vista.**



**Fonte:** Acervo fotográfico de Elaine Archanjo.

Apesar de possuir rede elétrica instalada, Boa Vista ainda não tem fornecimento de energia. Silvio Rocha relata que “a luz também é um grande problema, porque, hoje a gente tem dois motores aqui na comunidade, tem um 61 e tem um 45 HP, só que esses motores cada um dele gasta 30 litros de diesel até dez e meia da noite”, o que inviabiliza o seu uso contínuo, acrescentando que “se a gente tivesse uma energia que fosse direta, tipo assim, da mineração pra cá, mesmo que a gente pagasse uma taxa seria muito viável, do que sustentar dois motores”. Segundo Aildo Viana, 37 anos, morador da comunidade, a Mineração Rio do Norte

“dá mil litros de diesel para os motores. Não fornece energia”, o que não é suficiente para garantir o fornecimento de energia até o final do mês.

O fornecimento de energia elétrica é uma antiga reivindicação da comunidade e, segundo o seu coordenador, inúmeras solicitações foram enviadas à Mineração Rio do Norte, persistindo, contudo, o problema. Outra solução para a situação seria o fornecimento de energia através do programa “Luz para Todos”<sup>9</sup>, sendo uma de suas prioridades atender comunidades quilombolas, fato que não se concretiza nas comunidades quilombolas do rio Trombetas por interesses políticos adversos na região<sup>10</sup>.

Verificou-se durante a pesquisa de campo e em conversas com os moradores, que a roça constitui uma das atividades desenvolvidas na comunidade, acompanhada da coleta de castanha e outros produtos da floresta, além dos trabalhos na Mineração Rio do Norte. Cada família prepara sozinha a sua roça ou em sistema de parceria, atividade que está dividida em cinco etapas: derrubada, capinação, queima, plantio e colheita.

A derrubada da mata é tarefa masculina, sendo as demais etapas distribuídas entre os outros membros da família. Plantam a mandioca, matéria-prima da farinha, a macaxeira, o feijão, a batata doce, a pupunha, a laranja, o limão, o cupuaçu e outros produtos. Utilizam ainda para a sua subsistência os recursos oriundos das atividades extrativistas, como a pesca, caça e a coleta de produtos florestais, como a castanha, óleos de copaíba e andiroba, cipó e palhas. Para a pesca, servem os lagos próximos à comunidade, como o do Ajudante e o lago Erepecú (com acesso limitado pelo IBAMA), também lugar de coleta da castanha.

A comunidade dispõe de infraestrutura coletiva para a produção de farinha, além de salão comunitário aproveitado para reuniões e festividades. O espaço cultural é também um espaço coletivo, onde os moradores da comunidade participam das oficinas de confecção de cerâmica e artesanato de barro, possibilitando a criação de alternativa de renda para os comunitários.

A igreja é construída em alvenaria, ficando fechada durante a semana, abrindo apenas aos domingos para a realização dos cultos, que na ausência de padre, são praticados por equipe comunitária liderada por Dona Marina dos Santos. Contam com a presença do padre somente em ocasiões especiais como batizados, casamentos e festa do padroeiro São José Operário, realizada no mês de novembro.

---

<sup>9</sup> O “Programa Luz para Todos” foi criado pelo decreto nº 4.783, de 11 de novembro de 2003.

<sup>10</sup> No período de 20 a 22 de maio de 2013, quilombolas do Pará e Maranhão reuniram-se em Belém para trocar experiências sobre como acessar as diversas políticas e programas de inclusão, como o “Programa Luz para todos”.

**Figura 8 - Igreja Católica de São José**



**Fonte:** Acervo fotográfico de Elaine Archanjo.

O acesso à educação é visto como importante para os mais velhos da comunidade de Boa Vista. A Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental de Boa Vista tem, segundo dados obtidos em campo, aproximadamente, 100 alunos inscritos, quatro professores e quatro monitores que auxiliam o professor em sala de aula. Funciona durante o período da manhã e da tarde, dispondo de transporte escolar e de quatro salas de aula, oportunizando educação fundamental pública até o 5º ano. A partir desse estágio, se forem cadastrados, a opção passa a ser uma instituição de ensino mantida pela Mineração Rio do Norte, a Escola Professor Jonathas Pontes Mathias, em Porto Trombetas.

Para chegar à escola em Porto Trombetas, também o transporte escolar é disponibilizado pela empresa mineradora, realizado por barcos da região. Vale ressaltar que a escola pública municipal da comunidade, assim como a da mineradora em Porto Trombetas, recebe suporte pedagógico do “Sistema Pitágoras de Ensino”, evidenciando alinhamento de projetos pedagógicos. Ainda no campo educacional, é preciso salientar que o calendário escolar de Boa Vista segue o da cidade de Oriximiná, deixando de lado o calendário das atividades extrativistas, principalmente da coleta da castanha, realizada de janeiro a junho, como fazem outras comunidades quilombolas, evidenciando como a mineradora e as autoridades municipais ignoram a realidade, a história e valores culturais do lugar.

Contudo, observam os quilombolas da comunidade de Boa Vista a oportunidade da necessária segurança social nessa oferta, como explicitado por seu José dos Santos: “(...) a gente da graças a parte da educação. Eles [referindo-se à Mineração Rio do Norte], na parte da educação, ele tenho até colaborado cum nós. Nossos filhos aprenderam coisa que eu não aprendi. Eles aprenderam, né.”.

**Figura 9** - Escola da Comunidade Boa Vista



**Fonte:** Acervo fotográfico de Elaine Archanjo.

Os comunitários também possuem convênio médico pela empresa mineradora, sendo atendidos pelo Hospital de Porto Trombetas. Educação e atenção hospitalar, contrapartidas previstas em lei pelos impactos sociais na região, são pifiamente asseguradas. Em relação à saúde, comenta Seu José dos Santos que:

A questão de saúde aqui não é muito boa não, quebra um galho. É esse negócio de atendimento básico, aqui a mineração atende. Se for uma coisa grave precisa passar pra outra cidade, aí é através do SUS (Sistema Único de Saúde)... Aí fica difícil. [Vai pra onde?] Vai pra Santarém, Manaus, Belém. [Oriximiná também?] Oriximiná! Mas Oriximiná é mais carente do que aqui Porto Trombetas, a respeito disso [da saúde]. (José dos Santos, 72 anos, comunidade de Boa Vista, 16/11/2013).

Quando necessitam de atendimento médico especializado, recomenda-se então a transferência para os centros urbanos mais próximos. É o caso da esposa do Seu José dos Santos que, ao sofrer um AVC (Acidente Vascular Cerebral), foi transferida para Oriximiná. Atualmente, continua a sua esposa sob tratamento, fazendo sessões de fisioterapia no hospital de Porto Trombetas.

Quanto à renda familiar, há grande dependência da comunidade em relação aos empregos oferecidos em Porto Trombetas e às oportunidades de prestação de serviço através da cooperativa da comunidade - COOPERBOA (Cooperativa de Prestação de Serviços da Comunidade de Boa Vista). O emprego oferecido pela mineradora aos moradores de Boa Vista, hoje, representa a principal fonte de renda. Observa Silvio Rocha que “hoje há uma grande dependência da maioria das pessoas [em relação] a mineração, muitos dependem do emprego, e você sabe que quando alguém tá empregado e você ameaça tirar o emprego dele, ele faz qualquer coisa pra não perder”.

Assim, desarticulando modos de vida, a mineradora cria condições históricas para a oferta da mão de obra de que necessita, atenta para os movimentos sociais dos moradores de Boa Vista e de comunidades quilombolas vizinhas. A chegada da Mineração Rio do Norte gera a expectativa de serem atendidas necessidades básicas como saúde, luz, posto do INSS e de bancos públicos o que não se concretizou. Ao contrário, o projeto transformou-se em ameaça ao território historicamente ocupado e aos modos de vida do lugar.

### **1.1 Boa Vista cercada de todos os lados: “era aquela coisa, se correr o bicho pega se ficar o bicho come”**

Na história da comunidade de Boa Vista e de outras comunidades quilombolas do rio Trombetas, percebe-se momentos importantes na vida dessa população: a década de 1970, início do processo de cercamento da comunidade, marcada por invasões e pressões; a década de 1980, assinalada pela resistência, organização e luta; a década de 1990, como o fortalecimento e as primeiras conquistas do movimento quilombola do Trombetas, representado pela Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do município de Oriximiná (ARQMO).

As comunidades negras rurais do rio Trombetas foram prejudicadas com a implantação das políticas desenvolvimentistas adotadas para a Amazônia, durante a ditadura civil-militar de 1964. A Amazônia passou a ser vista como uma fonte de riqueza e o seu desenvolvimento dar-se-ia pela exploração mineral. Desse modo, intensificou-se a exploração das reservas de bauxita no vale do Trombetas pela Mineração Rio do Norte.

Essas comunidades remanescentes de quilombo vivenciaram de maneira intensa e conflituosa a implantação dos grandes projetos na Região Amazônica. Boa Vista, entre todas,

foi a que sofreu maior impacto, quando da chegada do Projeto Trombetas, a criação da Reserva Biológica e a Floresta Nacional Saracá-Taquera representaram para comunidade o cercamento e a expropriação de seu território de caça, pesca e atividade extrativista, inviabilizando a reprodução por meio próprio de todo um modo de vida.

Os remanescentes de quilombos do rio Trombetas lutam, diariamente, na defesa de seus direitos: a terra, liberdade social e igualdade econômica. À medida que seu território estava sendo expropriado pelo grande capital e pelo próprio Estado brasileiro sentiram-se ameaçados, cercados, encurralados em suas terras de moradia, perdendo seu espaço de trabalho, lazer e de lembranças, enfim, perderam sua segurança e garantia de sobrevivência. Tal conjuntura apresenta-se como pano de fundo indispensável à compreensão da origem da resistência e luta pela terra e seus desdobramentos sociais.

**Figura 10** - Mapa da localização das Unidades de Conservação e o território quilombola de Boa Vista



**Fonte:** MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, Projeto Povos do Rio, 2006, adaptado por Elaine Archanjo.

### 1.1.1 Mineração Rio do Norte: “ela chego com uma vontade boa”

A implantação de grandes projetos na Região Amazônica, sob a ideologia do “vazio demográfico”, tornou-se marco nas transformações ocorridas nas vidas das populações locais, indígenas e negras. Nesse sentido, problematizando a chegada da Mineração Rio do Norte na região do rio Trombetas, procurou-se entender na pesquisa o processo de implantação do Projeto Trombetas e seu impacto sobre o território quilombola de Boa Vista. É interessante, contudo, acompanhar, um pouco, alguns acontecimentos que marcam seu estabelecimento no vale do Trombetas.

Os grandes projetos econômicos implantados na Região Amazônica, nas décadas de 1970 e 1980, invadiram terras, degradaram a fauna e a flora, expulsaram negros de suas terras, deixando-os vulneráveis a exploração de sua força de trabalho por grandes fazendeiros, empresas madeireiras e mineradoras, como a Mineração Rio do Norte.

Os estudos sobre o potencial mineral do vale Trombetas começam ainda na década de 1960, sendo que a primeira notícia do achado de bauxita de boa qualidade data de agosto de 1963, no entanto, a confirmação das reservas do minério aconteceu em 1967, com a descoberta da primeira reserva para exportação de bauxita do Trombetas, no platô do Saracá ou Serra do Saracá, como é conhecido na região.

Conforme estudos de Adalto Duque (2004), após a descoberta da reserva de bauxita na Serra do Saracá, fruto de pesquisas aerofotográficas do projeto Radar da Amazônia (RADAM), que possibilitou o fornecimento de dados sobre solo, subsolo e cobertura vegetal. A Alcan, intermediada por sua subsidiária a Bauxita Santa Rita (BAUXISA), coordenada pelo geólogo Igor Mousasticoshvily, começa em outubro de 1965 suas incursões a Serra do Saracá, montando nos limites do município Oriximiná e Terra Santa, sua base de operação para análise de amostra do minério encontrado.

A participação dos remanescentes nas primeiras expedições em direção ao platô Saracá permanece viva na memória dos moradores de Boa Vista, quando para chegar a Serra tiveram a ajuda de muitos homens da comunidade, profundos conhecedores da região, dos caminhos e também dos perigos da floresta do Trombetas. Estes comunitários serviram de guias, mateiros, carregadores e transportadores, como o Sr. José dos Santos, conhecido como vô Marcelo, pai de seu José dos Santos, conhecido como Zé do Mello e Marina dos Santos.

O vô Marcelo era um experiente mateiro, participou de todas as incursões a Serra do Saracá, abrindo a trilha que ligava o acampamento de pesquisa na Cabeceira do Forno,

município de Terra Santa, às margens do rio Trombetas próximo a comunidade de Boa Vista. Em sua narrativa dona Marina dos Santos, hoje, com 65 anos, relembra que seu pai,

(...) ele era prático, ele fez a estrada daqui pra Terra Santa com o pessoal aí [da MRN] com os engenheiros, o papai.

[Ele ajudô fazer a estrada?]

A estrada daqui pra Terra Santa, ele era o prático, roçô de terçado, o carro ia esperando e ele ia fazendo [a estrada] levar em Terra Santa, mais o papai andou muito, é. (Marina dos Santos, 65 anos, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, 29/10/20130.

Ao analisar os relatórios da empresa mineradora, referentes às expedições, Adalto Duque (2004) constatou que não há registros da participação da população local. No documento, há relatos sobre a abertura da estrada, atribuída a um engenheiro ferroviário contratado pela empresa Alcan. Todavia, de acordo com os relatos dos moradores de Boa Vista, foram eles os responsáveis pela chegada dos pesquisadores até a Serra do Sacará.

Pegaram o vovô [referindo-se ao sr. José dos Santos, o Vô Marcelo como era conhecido] deram uma volta lá pelo mato, mas só aí por perto. Agora na segunda viagem eles meteram a cara no mato, ficaram quatro dias andando no mato, com rádio, com um bucado de coisa aí na mata. Aí depois eles vararam, deram um bucado de bagulho lá pro vovô, roupa, dinheiro, mercadoria e aí foram embora. A ultima vez que eu me lembro que eles vieram passaram trinta dias com o vovô aí no mato, mas todo dias eles se comunicavam, eles varam em Terra Santa. (Manoel Edilson Santos de Jesus (Manduca), 32 anos, presidente da COOPERBOA, entrevista concedida a Adauto Duque, em abril de 2000).

A narrativa de Manoel Edilson expõe as contradições existentes nos relatórios das pesquisas que negam a participação dos remanescentes nas descobertas das principais áreas de exploração mineral, assim como a existência dessa população. Dessa forma, a empresa procurou legitimar o discurso de pioneira na ocupação do “território vazio” do vale do rio Trombetas. Ainda segundo conversa com os moradores de Boa Vista, os geólogos, como estratégia de cooptação, davam remédio, presentes e, acima de tudo, promessas de melhorias na comunidade, quando o projeto entrasse em funcionamento, gerando emprego e renda para a população de Boa Vista e comunidades vizinhas.

O próximo passo seria encontrar um local adequado para a construção de um porto de embarque do minério a ser explorado. Partindo do acampamento em Terra Santa, por trilha aberta na mata, provavelmente, a estrada que liga a vila de Porto Trombetas à cidade de Terra Santa, a mesma a que se referiu dona Marina dos Santos, em entrevista transcrita anteriormente, onde atribuiu sua abertura a seu pai José dos Santos, o vô Marcelo, a equipe de pesquisa chega às margens do rio Trombetas num sítio chamado Conceição.

De acordo com Raymundo C. Machado (2005), a compra do terreno teve sua negociação iniciada em maio de 1970, na periferia de Oriximiná, a proprietária chamava-se Isaura e sua família tinha negócios de extração de castanha, motivo que a levou a vacilar quando na venda do terreno. Contudo, vale ressaltar que o Sítio Conceição estava inserido no espaço de trabalho da comunidade de Boa Vista, lembrado por seus moradores como lugar de muita roça e de lagos de pesca. Da mesma forma, a Serra do Saracá era lugar de extensos castanhais usados pela população para coleta de castanha, para caça e extração de produtos florestais, como madeira e copaíba, comercializados em Oriximiná ou com os regatões que subiam o rio Trombetas. Assim, a partir da década de 1970, a comunidade de Boa Vista começa a passar por contínua perda territorial.

Da apresentação de seu projeto inicial em 1971, a SUDAM e sua aprovação em 1972, com oposição quanto à composição acionária da empresa, majoritariamente internacional, momento em que o governo brasileiro exige da Alcan a participação nacional no projeto. Ainda em dezembro de 1972, a Alcan assina o Protocolo de Entendimento para a retomada do projeto, agora com a participação da estatal Companhia Vale do Rio Doce – CVRD<sup>11</sup> assumindo o controle do projeto, com nova composição acionária, agora com duas companhias estatais, adequações exigidas pelo Governo Federal. Em 1974, a SUDAM aprovou o Projeto Trombetas, com isenção de imposto de renda pelo período de dez anos e outros incentivos (MACHADO, 2005).

O governo civil-militar participava ativamente na execução do empreendimento, como a solenidade de assinatura do contrato entre a MRN e a construtora Andrade Gutierrez para a execução das obras da vila de Porto Trombetas em 1976, contando com a presença do então presidente da República o General Ernesto Geisel, momento que também visita a mina da Serra do Saracá e a área onde estava sendo construída a sede administrativa da mineradora – a vila de Porto Trombetas. O governo Geisel, através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975/1979) impulsionou o empreendimento de exploração de bauxita no Trombetas pela Mineração Rio do Norte.

É importante ressaltar que, ainda, em 1967, a empresa mineradora obteve a concessão de 65.552 hectares de terras para lavra de minério e, por meio de solicitação, em 1977, teve a doação de 85.258 hectares do INCRA. Conforme afirmativa de Marin e Castro (1998, p. 206), antes da aprovação do seu pedido “levantou uma cerca de 4km e instalou 145 marcos de cimento nessa área. Quando do embarque de seu primeiro carregamento de bauxita,

---

<sup>11</sup> A Companhia Vale do Rio Doce - CVRD foi privatizada em 1997, pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

havia feito “acordos” com todos os “posseiros” para que desocupassem tal a área (...), evidenciando estratégias e formas de ocupação e de domínio sobre o território, legitimado com a parceria Estado e Empresa.

O dia 13 de agosto de 1979, data do seu primeiro embarque de bauxita, foi motivo de festa para empresa, ao passo que, para comunidade de Boa Vista marca o início de um processo conflituoso, quando observamos a expropriação sendo materialidade na proposta aos remanescentes de desocuparem seu território.

O projeto Trombetas, representado pela Mineração Rio do Norte, ergue, nas proximidades da comunidade quilombola de Boa Vista, sua estrutura urbana e operacional, para exploração da bauxita. A relação da empresa com a comunidade torna-se progressivamente conflitiva, quando a negação da histórica de ocupação do território e as interdições passam a ser frequentes na vida desses homens, mulheres e suas famílias.

Para compreendermos tal conjuntura, é interessante resgatar uma fala de José de Souza Martins, quando afirma que:

Aqui não se trata de introduzir nada na vida de ninguém. Aqui se trata de projetos econômicos de vanguarda como, hidrelétricas, rodovias, planos de colonização, de grande impacto social e ambiental, mas que não tem por destinatárias as populações locais. Seu pressuposto é o da remoção dessas populações (MARTINS, 1991, p. 16).

Tal pressuposto de remoção apontado por Martins pode ser observado nas narrativas dos moradores da comunidade quilombola de Boa Vista evidenciando memórias de conflitos e resistência. Seus relatos direcionaram-se no sentido de evidenciar as pressões vividas pela comunidade com a implantação da MRN. Nessa direção, é interessante acompanhar as falas do Sr. Alcindino Pereira de Jesus, 71 anos, agricultor aposentado e de sua esposa Maria José Santos de Jesus, 72anos, agricultora aposentada, moradores da comunidade. Pelo relato do casal ficamos sabendo que:

Olha! A mineração ela chego com uma vontade boa. Ela [MRN] sento lá trabalho. Depois que ela tava mais o meno montado lá, que já tava tirando o negócio do minério, ela queria tirar o pessoar da Boa Vista.

[Por que ela (Mineração Rio do Norte) queria tirar?]

**Alcindino:** Ela queria tirar o negócio [as terras] da Boa Vista porque ela [MRN] disse que lá na Boa Vista tem minério, e ela queria tirar o povo de lá pra tirar o minério que tem lá. Ai ela [MRN] fiz cinco reunião, e os idoso não quisero nenhum, não concordo.

**Maria José:** E era só da minha família.

[E só os idosos?]

**Maria José:** Só os idosos.

**Alcindino:** É.

[continuando a narrativa]

**Alcindino:** E ai elas falaro a velha Francisca, a Finica, velho Joaquim tudo a turma dele lá [referindo-se aos moradores de Boa Vista, filhos de Antônio Honório dos Santos] falaram que eles não quiria sair de lá. A mineração disse: Olha! Eu do uma

área ali pro Batata [lago do Batata] na marge, que eu do uma vila de casa, com as casa tudo pronto, onibu [ônibus] diretamente pra ir buscar os filho de vocês e levar, trazer e, levar na escola e...

**Maria José:** ninguém aceito

**Alcindino:** E aí nós [MRN] vamo da energia tudo por conta da mineração pros filhos de vocês.

**Maria José:** ninguém aceito

**Alcindino:** Ai, os velhos acharo que não, eles não querio sair de lá porque era uma heirança [herança] eles ero herdero do lugar, aí eles não quisero abrir mão. (Alcindino Pereira de Jesus, 71 anos e Maria José Santos de Jesus, 72 anos, comunidade quilombola de Boa Vista, em 31/10/2013).

Os moradores da comunidade de Boa Vista guardam na memória a experiência conflituosa da chegada e implantação do Projeto Trombetas na região. Como referido, anteriormente, o grupo minerador partiu do princípio de “território vazio”, desconsiderando a presença de populações locais, como a comunidade de Boa Vista. Por outro lado, a narrativa, supracitada, também, revela estratégias de resistências, articuladas de dentro de sua cultura, modos de viver e fazer desses sujeitos.

A recusa da população em sair do território, evidencia que a terra para esses sujeitos vai além de seu sentido de mercadoria, “(...) eles não querio sair de lá porque era uma heirança [herança].(...)”, portanto, o valor era sentimental, por esse motivo, não tinha preço. Observou-se que, mesmo com a recusa da comunidade, a empresa não desistiu, mudando de tática passou a lhes oferecer inúmeras “vantagens”, como: uma vila de casa, energia elétrica, escola, transporte.

“Seu” José dos Santos também relembra as tentativas de remoção, assim como a força e a determinação da população de Boa Vista de ficar em suas terras. Ele revela em sua narrativa que a Mineração Rio do Norte:

Tentaram muitas vezes, se fosse fraco nos tinha saído. [me conta?] eles [MRN] tentaram de tudo jeito tira nos daqui. Tinha uma vila Caranã, ali pro lago do Batata, eles ia leva nos pra lá, e ninguém queria. Eles [MRN] levaram nos no mutor pra anda aqui pra cima, pra baixo pra olha uma área que nos se agradasse, que era pra nos sai daqui, que nos ia abri uma área pra nos mora, dava as casas, mas nos num cuncordamos [com]nenhuma proposta de sai daqui, não cuncordamos de sai daqui, ainda deram um mecharia dum dinheirinho, indenização do pessuar, mas era muito pouco, e o pessual não se cunformo, não saiu daqui mesmo. Pegaram aquele dinheirinho, quinze mil cruzeiro, que ele dava pra uns, pra outros ele davam cinco, ainda era do tempo do cruzeiro, uma mecharia muito pouco, aí a gente ficou aqui, num saiu e por isso ficou, foi tempo que nos conseguimos... ah o título da terra, a agora é que nos não sai, e que tamos numa área que é nossa propriedade, mas eles tentaram muito. (José dos Santos, 72 anos, comunidade quilombola de Boa Vista, em 16/11/2013).

Na narrativa do Sr. José dos Santos as estratégias de luta de homens e mulheres são expostas, uma luta que se desdobrava pela permanência em suas terras, e como articula o

passado de opressão com a situação atual de terra titulada<sup>12</sup> “agora é que nós não sai, e que tamos numa área que é nossa propriedade”, revelando articulações políticas engendradas no cotidiano desses sujeitos históricos.

Observando a entrevista, acima transcrita, procurou-se entender a reação da comunidade frente à implantação da MRN que, à primeira vista, cria a visão de incoerência, um misto de aceitação e repulsa. Mas que, na verdade, representam formas de enfrentamentos dessas populações que criam e recriam estratégias de organização e resistência, ora explícita, ora implícita.

Nesse sentido, abrindo perspectiva de problematização pelas fontes, procurou-se compreender como homens e mulheres dessa comunidade viveram a experiência de serem ameaçados de saírem de sua terra historicamente ocupada e sua reação diante do perigo. Para tanto, foi travado o diálogo com Marilena Chauí (1986), quando em seu livro “Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil”, a autora chama atenção para a complexidade da cultura popular, mostrando as ambiguidades e as contradições existentes, “como mescla de conformismo e resistência”.

Dessa maneira, percebe-se que os moradores da comunidade de Boa Vista procuravam evitar um confronto direto com a mineradora, chegando ao ponto de concordarem em procurar uma nova área para habitar, que, aliás, nunca encontram. Mas “eles [MRN] levaram nós no mutur pra anda aqui pra cima, pra baixo pra olha uma área que nos se agradasse, que era pra nos sai daqui” como relembra “seu” José dos Santos. No entanto, como afirma dona Maria José, “ninguém aceito”.

Assim, os herdeiros de Antônio Honório resistiram e, ainda, resistem bravamente ao poder hegemônico representado pela Mineração Rio do Norte, compreendido neste estudo “como um processo ativo e conflituoso, continuamente recriado, redefinido, modificado, que também sofre resistência e pressões que não são as suas” (WILLIAMS, 1979, p.15), presentes nas muitas formas de oposição e luta como nos alerta Raymund Williams.

A história dos homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras da comunidade quilombola de Boa Vista é repleta de enfrentamentos, relações de opressão e de lutas travadas contra os interesses destes capitalistas, quando por meio de suas memórias, que é seletiva, as pessoas narram e interpretam aquilo que, para elas, é significativo, lembrando e articulando acontecimentos vividos. Quando indagados se ocorreram casos de violência nos embates com a MRN, “seu” José dos Santos comenta que:

---

<sup>12</sup> A comunidade de Boa Vista foi reconhecida e titulada em 20 de novembro de 1995.

Não [referindo-se a violência física]. Violência, só que eles [a MRN] até taparo a boca do Água Fria [limite natural entre a cidade de Porto Trombetas e a comunidade]. O meu primo que tinha casa pra lá no [não] entrava. Eles [a MRN] tapava com arrame farpado, colocava pau pra tapa a boca [do igarapé da Água Fria], pra ele não entra cum motor dele, deribava pau na boca pra num entra, isso foi violência da parte deles. Mas nós não usamos de violência, por que se não, se nós usasse talvez tinha ido enfrente. Essa é uma parte de violência, tapa a boca do igarapé que ele transportava a família dele, tudo que era dele, tinha o motor dele que trafegava ai nesse igarapé. Ele [A MRN] tentaram até com arrame farpado, ele tentaram tapa, então, essa foi a parte de violência da parte deles, da nossa parte nunca houve. (José dos Santos, 72 anos, comunidade quilombola de Boa Vista, 16/11/2013).

As tensões refletem questões não resolvidas, fundamentas na negação da história e da conquista desse território por seus antepassados, assim como as proibições que limitam a reprodução de práticas tradicionais – coletar castanha, ampliação de suas roças, a derrubada da mata para novas roças, a construção de novas casas, a caça de animais silvestres, enfim, restringe-se aos moradores da comunidade o uso dos recursos de lagos, rios e da floresta. A MRN demarca o território, proibindo a circulação da população na área de seu domínio, erguendo cercas e fechando a entrada do igarapé da Água Fria, onde moravam inúmeras famílias, desprezando um conjunto de “direitos costumeiros”, conquistados nas lutas de sobrevivência ao longo do tempo.

A mesma fala que denuncia a violência, revela, em certa medida, uma aparente aceitação, talvez por não ter a quem recorrer, articulando o “cercamento” imposto pela MRN, no que se refere as proibições, ao fato de não terem, na década de 1970-80, o título da terra.

É, nos não sabia direito que nos tinha esse direito [a terra]. Por que a mineração quando chego pra cá ela marcava essa área tudinho ai era ... Botava fita dando sinal, botava placa, sinal aqui, praticamente essa área aqui era dela. E nos muito apagado que ninguém sabia nada né. Agente até acreditava que isso aqui era dela [da MRN], que era dela. Eles [MRN] deram a terra, chamaro nos pra uma reunião e disse que essa área lá no papel... Primeiro disseram que essa área tava sobe o domínio da mineração, que eles mandavam uma carta pra nos que até hoje eu tenho essa carta, que diz que essa área ficava sobre o domínio da mineração. Então, a gente não sabia que essa área era da mineração, [ou] era nosso, que nos nunca tivemos o documento dela [das terras da comunidade], e se nos tinha esse direito. (José dos Santos, 72 anos, comunidade quilombola de Boa Vista, 16/11/2013).

O avanço da mineradora sobre a região torna os quilombolas e suas terras cada vez mais vulneráveis, colocando em cena a luta pela posse da terra, principalmente, quando legitimada pelo estado, obedecendo à lógica cartorial de título de propriedade, em oposição às formas alternativas de ocupação e domínio de território.

A pressão era tanta que os moradores de Boa Vista não sabiam a quem recorrer e nem o quê pensar, como narra “seu” José dos Santos “agente até acreditava que isso aqui era dela [da MRN], que era dela”. Mesmo resistindo, suas terras foram progressivamente

reduzidas, revelando um campo de contradições e disputas acerca de valores e interesses (THOMPSON, 1981).

O resultado desse processo histórico pode ser observado nas narrativas de homens e mulheres da comunidade de Boa Vista, quando evidenciam em suas memórias experiências de luta de classe, que nas palavras de E. P. Thompson (1987, p. 10) acontece “quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou compartilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”.

Nessa direção, retorno novamente a José de Souza Martins, quando afirma que o movimento das comunidades negras rurais pela permanência em suas terras é um exemplo de luta de classe e luta étnica:

Ao lutar pela terra de que necessita para trabalhar, ao resistir contra a expropriação, a expulsão, o despejo, ao ocupar as terras ociosas das grandes propriedades ou das propriedades públicas, o trabalhador está pondo em questão o atual direito de propriedade e suas consequências sociais (MARTINS, 1984, p.10).

É importante ressaltar que a população negra no Brasil foi relegada à sua própria sorte no período pós-abolição e submetidos a processos de exclusão durante séculos, razão pela qual se restringiu a essas populações o acesso formal a terra, legitimada pela noção jurídica herdada da lei de terras de 1850, concebida ainda durante a escravidão. Tal legislação determinava que o acesso a terra dar-se-ia, exclusivamente, pela compra, desconsiderando outras formas de ocupação e servindo para legitimar e conservar os privilégios e poder das oligarquias regionais.

No campo social da luta, os moradores de Boa Vista articulando estratégias lutaram para não perderem a sua terra, pois sem ela, estavam fadados a desaparecer, buscando manter seu direito a um lugar onde pudessem trabalhar e produzir para sustentar sua família. Todavia, a ausência do título de propriedade, na época, fragilizou o grupo, haja vista que a defesa de suas terras contra as constantes investidas da Mineração Rio do Norte não contava com o apoio do estado. Ao contrário, como referido anteriormente, em diferentes situações, a empresa mineradora, obteve inúmeras benesses do estado para sua consolidação – fator que contribuiu para remoção de muitas famílias negras (cerca de 90 famílias viviam na área adquirida pela empresa) e caboclas de seus territórios.

Na conjuntura atual fica bastante nítido que a comunidade sobrevive com muita dificuldade após a expropriação de seu território. Relatos da comunidade confirmam esta

situação, quando pelas narrativas de seus moradores evidenciamos a divisão entre dois tempos, antes e depois da MRN.

Antes [da MRN] aqui no Boa Vista todos os antepassados nossos, digo antepassado, porque? Eles eram pessoas antigas. Eles viviam da farinha, eles viviam da roça, da agricultura, pra claro! Pra nós sobreviver, e vendiam essa farinha aqui [referindo-se a cidade de Oriximiná]. Dentro daqui da região do Alto Trombetas, aqui [Boa Vista] era a única maior produtora de farinha, a maior que tinha era Boa Vista. E hoje, se você... vim aqui diz: mas quando isso aqui nunca aconteceu.

[...] veio até balsa aqui pra tira todinhos os moradores daqui, indenizaram, - você vai sai daqui, pagaram todo mundo recebeu, entendeu? Uma marequazinha. E hoje olha se nós sai daqui tavo por onde, né depois de né? Depois de nós te nossa terra aqui, nascido e criados aqui. (Aildo Viana, 37 anos, vice-coordenador da comunidade de Boa Vista, 24/09/2014).

As narrativas revelam as experiências vividas na comunidade, tendo como marco temporal, a chegada da MRN. Demarcando a divisão do tempo da tranquilidade, da fartura e da autonomia produtiva, “antes da mineração”, em contraposição ao tempo de perseguição, conflito e perda do território, “o depois da mineração”. Para a comunidade o processo de implantação da mineradora, também representou a introdução de novos valores e necessidades de consumo, assim como novas formas de trabalho. O abandono do trabalho na agricultura por grande parte dos moradores da comunidade, seduzidos pela oferta de emprego nas obras da construção da Vila de Porto Trombetas e nas minas de exploração de bauxita, desarticulou sua economia de subsistência.

Uma matéria publicada no jornal<sup>13</sup> Konduri, em janeiro de 2013, apresenta uma síntese da relação entre a comunidade de Boa Vista e a MRN, na ótica da empresa. A matéria intitulada “Mais que uma comunidade, uma aula de história” objetiva mostrar o bom relacionamento com a comunidade, legitimando o título de “empresa cidadã” preocupada com a população do entorno do projeto. Para tanto, conta com depoimentos de alguns moradores da comunidade.

Eu lembro que essa área era de um italiano chamado Frederico e tinha muita roça. Na hora de meter as máquinas para construir Porto Trombetas, nos deram as plantações e a gente aproveitou. Pegamos muita mandioca para fazer farinha. Depois da vila construída, passamos a trabalhar lá: as mulheres cozinhavam, lavavam e limpavam e os homens ajudavam nas obras e na mina (Jornal Kondori, Porto Trombetas, 2013, p. 1).

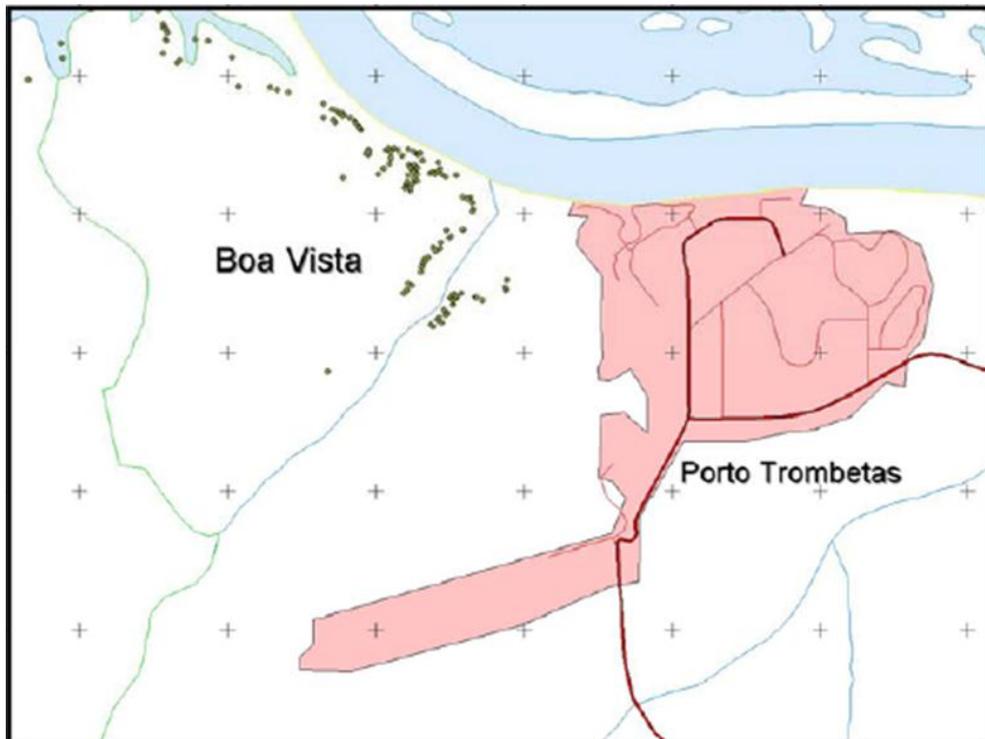
---

<sup>13</sup> Compreendemos a imprensa como linguagem constitutiva do social, com historicidades e particularidades. Dito de outra maneira, fala de um lugar social, de um tempo e contexto histórico, revelando visão de mundo e de valores de determinada sociedade (CRUZ e PEIXOTO, 2007).

De acordo com a matéria, os moradores assistiram de perto e ajudaram na construção da vila de Porto Trombetas<sup>14</sup>, sede da MRN. Apesar de ocultar os conflitos e ameaças de desocupação e a luta da comunidade para permanecer em suas terras. O objetivo da empresa é mostrar passividade e aceitação, sem contestação, dos moradores em relação à implantação do projeto. Assim, com sua importância na geração de emprego e renda para essa população, momento em que os moradores da comunidade passam da condição de “desocupados” para a de trabalhadores assalariados, “depois da vila construída, passamos a trabalhar lá”, como cozinheiras, lavadeiras, “peão de obra”.

Indubitavelmente, a entrevista, acima transcrita, foi corrigida para adequá-la ao propósito da empresa, legitimar sua ocupação no território, “manipulando” o depoimento do morador; procura ocultar a histórica de ocupação da área por inúmeras famílias quilombolas como a família do “seu” Leonir e sua esposa Solica, cuja roça foi destruída pelas máquinas para construir a vila de Porto Trombetas, como ainda lembram os moradores de Boa Vista.

**Figura 11** - Mapa da comunidade quilombola de Boa Vista e a Vila de Porto Trombetas



**Fonte:** MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Projeto Povos do Rio, 2006.

<sup>14</sup> Cidade onde funciona a sede administrativa do Projeto Trombetas e também onde moram os funcionários da Mineradora e os prestadores de serviços. A entrada na área é controlada por guaritas que exigem a apresentação de autorização para visitante (o visitante precisa relatar o motivo da visita e seu tempo de permanência, indicando o endereço e os nomes de seus anfitriões ou parentes, ou possuir crachá de identificação).

Apesar da intencionalidade discursiva em ocultar os sujeitos históricos nas suas múltiplas formas de viver e fazer, o que se tem no relato é a afirmativa de que Porto Trombetas foi erguida em um espaço produtivo, fruto do trabalho de negros e negras que foram obrigados a sair de suas terras ancestrais. Assim, destruindo formas alternativas de vida e introduzindo novas formas de trabalho, obedecendo à lógica do grande capital, a MRN transformou a comunidade de Boa Vista em reservatório de mão de obra barata e “desqualificada”.

A construção da vila de Porto Trombetas impactou enormemente os modos de vida dessa população de Boa Vista, ameaçando seu território, alterando sua rotina e impedindo-os de praticarem saberes e trabalhos próprios pela reprodução histórica de sua existência. A construção da vila operária, além de desmatar uma extensa área de floresta, retirou muitas famílias, destruiu suas roças, aterrou um lago de pesca que servia a comunidade e que também fazia ligação com o lago do Batata. Hoje, o lago está somente na lembrança dos remanescentes, conta dona Zuleide que “onde tem a feirinha [de Porto Trombetas] era uma lago, que agente pescava, tinha muito peixe e era bem pertinho, rapidinho ia lá e pegava o peixe, e o lago varava lá no Batata”. Da mesma forma, os castanhais dos platôs Saracá, Papagaio e Periquito foram devastados para exploração do minério.

A resistência tem sido a marca da trajetória da comunidade quilombola de Boa Vista. A chegada do grande capital na região marca o avanço e constituição de uma rede complexa de antagonismos, inicialmente, madeireiros, fazendeiros e a Mineração rio do Norte, mas, sobretudo, a chegada do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal-IBDF como instrumento de controle dos espaços e da população do entorno, a “serviço” do Projeto Trombetas.

### 1.1.2 Reserva Biológica do Trombetas e Floresta Nacional Saracá-Taquera: “O IBAMA quando chegou aqui... [no rio Trombetas] veio pra abrir caminho pras mineradoras”

#### 1.1.2.1 Reserva Biológica do Trombetas – REBIO: “criaram essa reserva dentro da casa do povo”

A criação da Reserva Biológica do Trombetas (REBIO-Trombetas), em 1979, e da Floresta Nacional Saracá-Taquera (FLONA), em 1989, representaram o cercamento e

expropriação de terras secularmente ocupadas por comunidades remanescente de quilombos, assim como o cerceamento de praticarem seus modos de vida ancestral, abalando, consideravelmente, suas economias de subsistência. Além de representar na realidade dessa população um “cinturão protetor” aos interesses da Mineração Rio do Norte. Dessa forma, afirma Luiz Wanderley, “a empresa tentava impedir a formação de beiradões como se deu no “Projeto Jari-PA”<sup>15</sup> (2006, p. 44), evidenciando interesses para além da preservação da biodiversidade ou da tartaruga da Amazônia.

Criada pelo decreto 84.018, de 21 de setembro de 1979, pelo então presidente João Batista Figueiredo, um ato arbitrário que não levou em consideração as populações que moravam na área escolhida para reserva, da mesma forma, desconsiderou o impacto de sua criação nos modos de vida dessas populações. Normalmente, depois de efetivada a escolha da área é que se vai fazer o levantamento socioeconômico – dados sobre a situação fundiária, da população que habita o local (número de famílias e o que produzem); no entanto, o modo como o Governo Federal procedeu no caso da REBIO- Trombetas permite aferir que tal pesquisa tem caráter secundário, pois, independente do levantamento, a área já havia sido escolhida em 1977, com base em estudos do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF (MMA, Brasília, 2004).

Seguindo esse procedimento, foi criada a REBIO-Trombetas com 385.000 hectares utilizando a concepção de unidade de conservação integral, associada à ideia de “vazio demográfico” amazônico, segundo o qual, os habitantes são desconsiderados, ou simplesmente ignoram sua existência. Nesse sentido, pode-se aferir que tal medida é decorrente do autoritarismo característico do governo Militar e de sua política de ocupação e desenvolvimento da Amazônia. Quando se observa os limites da reserva constata-se que sua localização está associada à implantação do Projeto Trombetas, estando ela situada à margem esquerda do rio Trombetas, seu curso se estende de Cachoeira Porteira até o Lago Mussurá, nas proximidades da vila Porto Trombetas, evitando futuros transtornos quanto à ocupação populacional em seus arredores, visto que esse modelo de unidade de conservação não admite interferência antrópica (BRASIL, Decreto 84.018 de 21 de setembro de 1979).

---

<sup>15</sup> O multimilionário Daniel K. Ludwig planejava desenvolver um projeto econômico gigantesco nas terras do Jari (divisa entre os estados do Pará e Amapá), a partir da construção de um complexo agroindustrial em torno da produção de celulose em grande escala (mas, também, de arroz, da criação de gado, e da mineração de bauxita e caulim). O “Projeto Jari” foi iniciado 1967 com a derrubada de grandes áreas da Floresta nativa na região. Do outro lado do rio, enfrente a sede administrativa do projeto e a vila de operários, no lado pertencente ao estado do Amapá, formou-se na década de 1970 o que podemos chamar de “a primeira favela da Amazônia: o “beiradão”, uma acumulação caótica de barracas sobre palafitas, onde se instalaram os mais pobres, os expulsados rurais, os delinquentes e as prostitutas” (GREISSING, 2011).

Com base na premissa de unidade de conservação de proteção integral, sem a interferência humana, determinou-se a expulsão, de aproximadamente, 50 famílias que moravam dentro da área da reserva e que experimentaram a invisibilidade expropriadora. Criada a revelia, sem qualquer comunicado aos moradores que há séculos moravam no lugar, Carlos Printes nos fala que:

Em 79 foi criada reserva biológica e quando foi em 80 é, muitas famílias que moravam na área onde foi criada a reserva biológica foram expulsas de suas terras, exemplo: as famílias que moravam no Jacaré [Lago do Jacaré], 24 famílias moravam lá, aí eles foram expulsos de lá. E nós no Abui nós fomos ameaçados de sai dela, que aquela área pertencia mesmo à pessoa que tinha comprado àquela área tudinho, um cidadão que se identificava como Carmo né. Ele era um gringo, foi lá e ameaçou nós. (Antônio Carlos Printes, 51 anos, comunidade quilombolas do Abui, Alto Trombetas, 23/10/2013).

Para a maioria dessas famílias restou apenas duas opções: mudar para a cidade de Oriximiná à procura de trabalhos diferentes de suas habilidades de agricultor e extrativista ou permanecer na região do Trombetas, transformando-se em mão de obra barata em Porto Trombetas e alojando-se em casa de parentes. Outras, no entanto, resistiram e recusaram-se a sair de suas terras de moradia, trabalho e lazer. É importante assinalar que a área da reserva biológica abrange um imenso território de uso comum de todas as comunidades quilombolas do Trombetas e seus afluentes, são lagos, igarapés, cachoeiras e os principais castanhais. Em suas matas coletam-se outros produtos como a madeira, a palha do ubim, cipó, copaíba, andiroba, breu, além da caça e da pesca fundamental para sobrevivência do grupo. Nessa direção, vale acompanhar o relato de “seu” José dos Santos, morador da comunidade de Boa Vista, quando perguntamos como viviam seus antepassados, ele nos diz que:

Eles pescavam aqui [apontando para a outra margem do rio Trombetas] no lago, que dão o nome de Ajudante. Ajudante, por que naquele tempo tinha muito peixe e ajudava, ia lá rapidinho e pegava o peixe e vinham embora pra casa. Hoje em dia num é mais Ajudante, porque já mora muita gente lá, e acabou com os peixes, se afastaram. Mas naquele tempo era ajudante, ajudava mesmo. Vinha gente de outros lugares pra pesca, aí nesse lago, por que não tinha ninguém habitado lá, nesse lago, num morava ninguém, e os peixes ficavam a vontade, tracajá e tudo mais, e aí eles chamavam de AJUDANTE, era o lago que mais eles pescavam. Agente ia também lá pro Erepecú, ia pega peixe pro Erepecú, caçar que lá dava muito jabuti, agente ia lá, mas despus que ouve essa proibição do IBAMA, fizeram um posto, butaram um posto lá na boca, aí diz que agora é uma reserva biológica, que eles dizem (num sei o que) que não se pode ir pra lá, nos até evitemo ir pra lá, que era o lago que nos frequentava, não só pra pega caça, como pra tira castanha né ... Era a nossa lavra de inverno era a castanha, quando era dezembro pra janeiro largava tudo e ia embora pro castanhal, passava pra lá quatro mês no castanhal, cinco mês.

[Vocês construíam casa lá no castanhal?]

Construía casa lá. [ia à família toda?] / uma casinha igual essa aqui fora de palha [apontando para frente de sua casa], construía uma casinha dessa butava uma paredinha de palha. Tudinha a família ia pra lá e ficava quatro mês colhendo castanha e quando terminava agente vinha embora, a gente ia em janeiro e voltava

de lá às vez em maio, junho... Era quando terminava a castanha. (José dos Santos, 72 anos, comunidade quilombola de Boa Vista, 16/11/2013).

O lago mais importante da reserva biológica do Trombetas é o Erepecú, lugar de pesca farta e em sua mata encontra-se abundância de caça, assim como vastos castanhais, fonte de renda dessas populações. Como podemos ver no relato, “seu” José, assim como outros moradores de Boa Vista, tinha como lavra de inverno a coleta da castanha no Lago do Erepecú, momento em que se estreitavam laços familiares e repassavam saberes historicamente construídos por experiências e vivências cotidianas que “resguardam relações de equilíbrio com o meio ambiente” (ANTONACCI, 1995, p. 247).

No Lago do Ajudante, a comunidade de Boa Vista encontrava o peixe rápido, pois sua entrada fica bem do outro lado do rio próximo à comunidade, sendo frequentado também por outras comunidades. Este lago também fica dentro da reserva, entretanto, com a construção da vila de Porto Trombetas muitas pessoas passaram a morar no lugar, fato que segundo “seu” José explica, hoje, a falta do peixe no lugar.

A memória social dos mais velhos demarca o território de uso comum, aponta lugares de trabalho, de caça, de pesca e de coleta de castanha e de herança social. Estes lugares fazem parte das relações sociais e políticas desses sujeitos, efetivando-se experiências históricas identificadas na memória de homens e mulheres, que chegam aos nossos dias e constituem os elos entre os que, hoje, vivem na região e seus antepassados. Esses sujeitos, em sua trajetória de vida, revelam sentimentos de revolta que remetem a traços da escravidão, ainda presentes na realidade desses quilombolas.

A privação da liberdade de transitar nos espaços (floresta e rios) outrora livres e os desrespeitos vividos aparecem na fala de Dona Rosa Colé, 85 anos, agricultora aposentada, nascida na região da Tapagem. Viveu durante doze anos na comunidade Abui, na época em que os moradores de lá foram ameaçados de expulsão pelo suposto dono das terras, e também na comunidade de Boa Vista. Em relação à falta de liberdade e aos conflitos na região, Dona Rosa conta:

Olha! Por que tem muita coisa que a gente está passando por aquilo, por que nós temos, pra bem dizer sendo mandado, nós temo a nossa liberdade por um ponto, mas no outro ponto nós temo... Nós não temo liberdade... Primeiro o que é nosso está preso, tomo conta como deles, dos homens grandes [IBAMA, MRN], e nós que semos os donos daqui do braço do rio [refere-se ao rio Trombetas], de que Deus boto pra nós, nós muitas vez nós come tirando ... Agasalhando pra cá, pra num sê pego, que se pegarem vai fazer már. Então nós temo preso, num tamo?. (Rosa Colé, 85 anos, comunidade do Abuí, Alto Trombetas, 31/10/2013).

Dona Rosa vivenciou tensões e conflitos na criação da Reserva Biológica do Trombetas (REBIO), em 1979, a qual restringiu às comunidades quilombolas daquele rio a caça, a pesca, a entrada nos principais castanhais, bem como a prática da agricultura de subsistência. Atividades que eram base de sua sobrevivência são, agora, proibidas e criminalizadas<sup>16</sup>, quando para a sua “proteção” são os moradores daqueles rios que devem ser afastados. Dona Rosa também assistiu a remoção das famílias que moravam no Lago do Jacaré, superposto pela REBIO.

Esses sujeitos experimentaram um violento processo de cercamento de suas terras, até então livres e, de uma hora para outra, são atormentados pela política ambientalista. As ações violentas dos agentes do IBDF marcaram profundamente suas vidas e ainda permanecem vivas na memória desses remanescentes. A experiência de restrição, perseguição, violência e injustiça marcam a vida de Elzanira Gonçalves, 39 anos, mãe e professora da comunidade de Boa Vista:

Agente sofre com muita implicância, regra disso, regra daquilo, regra não sei do quê. E que impedem as pessoas de ir e vir no seu sabe...O IBAMA, esse foi um órgão que atrapalhou muito, já houve até morte. O governo colocou isso aí [REBIO] e tirou até vida de criança e a gente não vê...é que o menino... tem um menino que morreu com 3 anos de idade pra lá [referindo-se a área da REBIO] que eles [os agentes do IBDF] prenderam o pai dele e ele [o menino] foi atrás do pai, ele se jogou n'agua atrás do pai dele. Levaram o pai dele na lancha preso por conta de tracajá, pra ti vê o tamanho. Parece que o pai tinha pego uns dois tracajás, prenderam o pai e a criança muito apegada com o pai saiu correndo e a lancha deu meia lua e passou por cima da criança. E com pouco [tempo] já tinham avisado que era pra liberar o pai da criança que a lancha tinha matado, eles [os agentes do IBDF] tinham matado a criança. E ficou impune isso, ninguém foi preso, ninguém respondeu processo. [Que ano foi isso?] Eu não lembro, só sei que era IBDF. Eles [os agentes do IBDF] bateram em muita gente, até hoje tem gente que não se uni com o IBAMA, por que ficou um trauma na cabeça das pessoas de tanta judiação. Poxa! Uma coisa que Deus deixou pras pessoas se alimentarem, só agora iam acabar tudo, só agora eles [os moradores do Trombetas] iam acabar tudo. Por que abri mercado de compra, por que compram lá pra fora, quem mais compra é essas pessoas que tem dinheiro, pessoas de alto valor aquisitivo que compra essas coisas. Por que quando as pessoas vão com a farinha, com seus produtos eles [não] valorizam, não pagam bem. E quando vai uma coisa dessa natureza eles tão pagando alto, e depois eles mesmo querem punir, eles mesmo que compram. [E esse homem que foi pego com o tracajá, ele tava levando pra casa ou pra vender?] Tava levando pra casa, pra comer. [eles prendiam as pessoas?] Prendia, batiam muito, empurrava as mulheres, tocava fogo nas casas, antigamente queimavam as casas, que antes a maioria das casas era de palha, nesse tempo. [E nada acontecia?] Não, nada acontecia, foram muitas denuncias pra melhorar um pouquinho. [hoje já tem diálogo?] Já, mas tem gente que tem raiva, que não gosta nem de conversar, que pensam que todos são bandidos que nem aqueles [agentes do IBDF].

<sup>16</sup> Aqui nos influencia o estudo de E. P. Thompson, quando em sua obra “Senhores e Caçadores” analisa a resistência ao processo de cercamento das florestas na Inglaterra do XVIII, a privatização dos parques, a usurpação das terras comunais e ao direito de coletar lenha, recolher turfa, nos oferecendo parte dos conceitos usados neste capítulo. (THOMPSON, 1987).

[...] Um agente do IBAMA matou um parente meu também, pai de família<sup>17</sup>. Um funcionário do IBAMA atirou nele, por causa dessas coisas também [pegar tracajá]. [E nem conversavam saiam atirado, batendo, agredindo?] Batia, muitos apanháramos, adoeceram de pancada, muitos ficaram doentes mesmo, uns cicatrizaram, uns tiveram consequências, uns morreram por consequências dessas porradas que levaram.

E criaram essa reserva dentro da casa do povo, ainda tem mais essa. E digo assim que, se é pra cria...Eu não sou contra, mas que seja criado encima das coisa justa. Poxa! Vai vê que tem um monte de gente morando, vai e cria uma reserva, onde já se viu um negócio desses. [Expulsaram todo mundo?] Expulsaram. Lá do Jacaré muita gente morreu. Uma senhora morreu de tanta planta que ela tinha, abandona as laranjeiras frutífera. Até hoje eles [os fiscais do IBAMA] comem laranja, que a mulher morreu de desgosto. Foi ela saindo de lá e morrendo, se impressionou de uma maneira que morreu. [Ela entrou em depressão?] É entrou em depressão e morreu (Silêncio) é muita injustiça nesse nosso [lugar].

[E a Floresta Nacional, qual o impacto pra Boa Vista?] É teve impacto. É eles tem essa questão da madeira que tem que tira autorização, mas não foi tão grande a porrada como foi aqui nessa parte pra lá [da reserva biológica do Trombetas] na questão da caça, da pesca. O impacto foi grande no povo, e até hoje ainda é. Uns até insiste, outros estão largando a pescaria e vão se fichando [nas empresas instaladas na MRN], mas não supre, por que são famílias grandes pra viver dum salariozinho de 700 reais, pra compra tudo [...]. (Elzanira Gonçalves, 39 anos, professora, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, 24/2014).

A narrativa dessa mulher percorre por experiências de sofrimento, medo, intimidação, revolta, pressão e terror psicológico, expressões que fizeram e ainda fazem parte do universo mental de homens e mulheres que vivem nas comunidades remanescentes de quilombo do Rio Trombetas, como Boa Vista. As experiências dessas comunidades quilombolas do Trombetas, na década de 1980, é vivenciada também por outras na Amazônia, como é o caso das comunidade negras do vale do Guaporé, após a criação da Reserva Biológica do Guaporé (CRUZ, 2012).

A década de 80 é um marco divisor entre o tempo de fartura, tranquilidade, liberdade e um tempo de perseguições, proibições, “regras disso”, “regras daquilo” que restringiu um direito básico de todo cidadão brasileiro, o direito de ir e vir. Com as proibições impostas pelo IBDF/IBAMA<sup>18</sup>, as populações das comunidades remanescentes de quilombo do rio Trombetas passaram a levar uma vida de “medo” e “suspeição”, quando após a criação da reserva transformaram-se em “bandidos”, “infratores” e “criminosos” tendo que burlar a lei para prover o sustento de suas famílias modificando drasticamente suas vidas.

<sup>17</sup> Segundo dados obtidos em pesquisa de campo, no dia 01/10/1994, foi assassinado dentro da reserva biológica, por funcionário do IBAMA, o morador da comunidade de Boa Vista, Cleube de Almeida de Jesus. O julgamento do acusado do crime deu-se em 1996 na cidade de Belém, sendo o réu absolvido.

<sup>18</sup> Até 1989, o órgão federal que regulava as leis e normas relativas à questão do meio ambiente era o IBDF, após a promulgação da constituição de 1988, onde se reestruturaram as políticas ambientais no contexto da sociedade, extinguiu-se o IBDF, substituindo-o pelo IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

As experiências de restrição de direitos conquistados em décadas de relações de equilíbrio com a natureza, assim como a falta de liberdade fazem parte da vida de homens e mulheres negras do rio Trombetas, evidenciada, sobretudo, pela presença polícial dos agentes do IBDF - órgão criado em 1967, responsável por criar e administrar as unidades de conservação. No caso em questão, os agentes do IBDF, com a ajuda da polícia militar e até mesmo da polícia Federal, chegavam armados, aterrorizavam os moradores, queimavam suas casas, espancavam e até matavam evidenciando práticas de violência e tortura, institucionalizadas durante o regime militar (1965-1985).

O aspecto significativo na fala de Elzanira é a força de sua narrativa superando a invisibilidade e o ocultamento de experiências vivenciadas no cotidiano de homens, mulheres e crianças negras do rio Trombetas, revelando as contradições sociais e os direitos de cidadãos brasileiros negados quando “criaram essa reserva dentro da casa do povo”. Fica nítido em seu relato o rememorar de momentos difíceis e traumáticos, visíveis na entonação de sua voz, nos gestos rápidos e movimentos fortes de seus braços, mas, sobretudo, nos momentos de silêncio carregados de tristeza e indignação frente ao descaso como as vidas perdidas, seja pela expulsão, ou pela prática, agora criminosa, de capturar o tracajá, cuja repressão tirou vida de crianças e pais de família. Ações legitimadas pelo estado e, por essa razão, os agentes do IBDF/IBAMA ficaram “impunes”, revelando a exclusão social a que foram submetidos ao longo de décadas e que, agora, segura de que sua voz será ouvida pode denunciar: “é muita injustiça nesse [lugar]”.

Apesar da ação violenta do IBDF muitas famílias resistiram e permaneceram em suas terras sobrepostas pela reserva, embora sujeitos às arbitrariedades dos agentes e as restrições impostas, Silvo Rocha nos conta que “se você tivesse, por exemplo, na sua casa com uma paca eles chegavam lá e tomavam, jogavam comida fora da panela das pessoas. Eles [os agentes do IBAMA] batiam nas pessoas, porque ninguém, até então, tinha conhecimento das leis, né.” Contudo, as comunidades negras do rio Trombetas, entre elas, Boa Vista, passaram por um longo processo de decadência, pois os castanhais agora “presos” na REBIO representavam a principal fonte de renda dessas populações, que agora “vão se fichando” na Mineração Rio do Norte.

### 1.1.2.2 Floresta Nacional Saracá-Taquera-FLONA: “eu achei que essa nossa área não atingiu por que essa área nacional é onde tá o minério”

O processo de “cercamento” da comunidade quilombola de Boa Vista não se finda com a criação da REBIO-Trombetas. Por decreto presidencial foi criada a Floresta Nacional Saracá-Taquera<sup>19</sup>, em 27 de Dezembro de 1989 e publicado no mesmo dia no Diário Oficial da União, pelo então presidente José Sarney. Possui, oficialmente, uma área de 429.600 hectares, sobrepondo-se ao território de inúmeras comunidades remanescente de quilombo, que, mais uma vez, foram ignorados pelo Estado brasileiro, quanto ao impacto dessa unidade de conservação na vida dessas populações, a exemplo do que ocorrera com a criação da reserva biológica.

De acordo com artigo publicado no dia 04 de dezembro de 1989, no jornal O Liberal, preocupada com o desmatamento e preservação ambiental:

A Mineração Rio do Norte deu entrada em julho deste ano junto à direção do Instituto Florestal de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), a um processo propondo a criação de uma reserva florestal numa área de 400 mil hectares, que englobaria não apenas o lago do Batata, mas também do Moura – ambos margeados por floresta densa e particularmente rica em madeira nobre, como angelim-pedra, o paud’arco, maraçanduba e a miracatiaia, entre outros (Jornal O Liberal, Belém, 04 de dezembro de 1989).

A partir desse discurso preservacionista, distorcido da empresa, que camufla interesses destes capitalistas de exploração dos recursos minerais e florestais existentes na área da FLONA e que não se delimitam a preservação ambiental. Todavia, adotando esse discurso, dissimula os efeitos maléficos da empresa mineradora, como, por exemplo, o desastre ambiental ocorrido no Lago do Batata, usado como depósito de rejeitos de lavagem de bauxita durante os anos de 1979 a 1989, ano da publicação do artigo. Assim como o desmatamento de grandes áreas para extração do minério, no entanto, consta na mesma fonte, o relato do chefe do setor de reflorestamento da Mineração Rio do Norte, afirmando que, “a criação de uma reserva florestal será o único meio de deter o desmatamento”, reafirmando a importância social da empresa na região.

Entretanto, destaca-se que, no mesmo ano da criação da Floresta Nacional Saracá-Taquera, no mês de julho, foi criada a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná – ARQMO que representaria as comunidades negras do rio Trombetas no cenário político nacional. Os primeiros contatos a nível nacional,

---

<sup>19</sup> A floresta nacional Saracá-Taquera foi criada pelo decreto 98.704, de 27 de dezembro de 1989, abrangendo os municípios de Oriximiná, Terra Santa e Faro, no estado do Pará.

segundo o relato de lideranças do movimento quilombola do Trombetas, aconteceram em dezembro de 1989, quando Carlos Printes, Daniel Souza e outros quilombolas, foram até Brasília exigir o cumprimento do artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, segundo nos fala Carlos Printes:

[...] mês de setembro nós fomos lá em Brasília, nós fomos antes do dia 27. E, quando foi dia 27 de dezembro de 89 foi criada a floresta nacional. Aí essa floresta pegou parte da área das comunidades lá [referindo-se a região do Alto Trombetas], comunidade do Moura, Palhal, é comunidade do Mãe Cué, comunidade do Sagrado, comunidade da Tapagem, tudo isso aí, Curuça ficou...a parte da floresta nacional pegou todinha. E aí quando nos fomos lá [na Procuradoria Geral da República] que conversamos com ele [o procurador geral Wagner Gonçalves] era só reserva biológica e a mineradora que tava lá [no rio Trombetas]. (Antônio Carlos Printes, 51 anos, comunidade do Abuí, 23/10/2013).

A demarcação da FLONA, como se observa no relato de Carlos, não levou em consideração as comunidades remanescentes de quilombo, as ignorando, mesmo sabendo de sua existência e de seus direitos, assegurados pela constituição de 1988, que, com seu artigo 68 ADCT lhes garante a titulação de suas terras, assim como as comunidades ribeirinhas que também utilizam os recursos da floresta para sua sobrevivência. A falta de respeito aos direitos constitucionais dos quilombolas aparece também pela fala de Silvio Rocha:

[As comunidades foram consultadas na criação da floresta nacional?]  
A floresta nacional eu não sei, eu não sei acho que em 88[89] eu não sei nem tô lembrado, a gente lembra, eu lembro que foi no governo do Sarney, se eu não me engano e parece que ele veio aqui até em Trombetas. O pessoal todo queriam vim pra ver e, até, então, ninguém sabia o que era. Então, era a consolidação da reserva Saracá-taquera. (Silvio Rocha, 46 anos, coordenador da comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, 29/10/2013).

Com base nas fontes, supracitadas, pode-se aferir que a proposta de criação da floresta nacional Saracá-Taquera pela Mineração Rio Norte, teve por objetivo resguardar seus interesses de exploração de bauxita. Localizada a margem direita do rio Trombetas inclui em seus limites o território concedido para lavra à MRN, quando sua demarcação preserva os recursos minerais para futuro empreendimento, da mesma forma que representa obstáculos para obtenção de concessões de exploração por empresas concorrentes, consolidado o domínio da MRN no território do Trombetas. Tal fato pode ser constatado na leitura do decreto de criação da FLONA, que no seu artigo 2º assegura “as atividades de pesquisa e lavra minerais autorizadas já em curso ou consideradas reservas técnicas na área da Flona” (BRASIL, Decreto 98.704, de 27 de dezembro de 1989), prevalecendo os interesses da mineradora.

Ainda de acordo com o artigo 5º do mesmo decreto “fica o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama autorizado a celebrar convênio com a Mineração do Rio Norte S.A., objetivando obter apoio na implantação da Floresta Nacional Saracá - Taquera e proteção de sua área” (Ibidem), visando a exploração futura dos recursos renováveis de maneira sustentável e desapropriação que julgar necessária para o cumprimento do objetivo da FLONA.

Afinal, que objetivo é esse? Qual o interesse social expresso no artigo 6º do decreto de criação da Flona? São algumas das perguntas que surgem no momento em que nos deparamos com a realidade empírica e aquela que está no papel para “inglês ver”, seja no decreto ou no plano de manejo. Ao chegar no escritório do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio, órgão responsável pela gestão das unidades de conservação, foram vistos painéis onde estão descritos a missão das unidades de conservação. No que diz respeito à FLONA - Saracá-Taquera está expresso: “sua missão é conservar amostras de ecossistemas amazônico, promovendo o desenvolvimento socioambiental das comunidades, as pesquisas científicas, a educação ambiental e o uso múltiplo sustentável dos recursos ambientais” (ICMBIO, 2014), no entanto, permite a atividade mineral altamente predatória, ou seja, não é racional e muito menos sustentável contrariando as diretrizes de sua criação.

Segundo o Plano de Manejo da Floresta Nacional Saracá-Taquera (2001), a Mineração Rio do Norte é a principal responsável pela modificação da paisagem natural, pois a lavra de bauxita implica na remoção da vegetação e do solo a uma profundidade média de 16m, modificando solo, subsolo, além de polui ar, água. Entretanto, de acordo com essa fonte, tais impactos são pontuais se forem levados em consideração fatores mais globais, tornam-se menores que os impactos causados pela urbanização e a agricultura, revelando contradições e ambiguidades que atendem, acima de tudo, a interesses da mineradora, quanto à exploração do minério e ao domínio do território.

Em relação aos impactos sociais, as populações quilombolas e ribeirinhas, ao contrário do que afirma o Plano de Manejo da FLONA, são diretamente atingidas. As restrições impactaram sobre os modos de vida dos quilombolas, como se observa na fala de dona Marina dos Santos, quando se refere às atividades econômicas da comunidade de Boa Vista:

[E o seu pai, na época do seu pai, dos seus avós como era a comunidade, como vivia a comunidade?]

Quando eu me entendi era só farinha e madeira, prancha de tábuas, de madeira que sobreviviam. A sobrevivência deles era de madeira, e tirar madeira na mata e fazer farinha pra vender, como não tinha mineração ainda né, eles iam vender em

Oriximiná de canoa, de canoa. [A remo?] A remo, de canoa a remo. Ia minha mãe, meu pai faziam aquele, aquele mon... [monte] todo mundo fazia, cada um ia no seu dia tal pra descer de canoa e a remo vender, quando vinha de lá [de Oriximiná] já vinha com seu arroz, feijão e quando não, que o meu pai plantava muito feijão. Ele gostava de plantar só não gostava de comer feijão.

[Mas ele plantava?]

Plantava.

[Então seu pai tinha muita roça?]

Tinha muita roça, muita roça, começava daqui agora onde é nosso criatório e estremava quase lá na Água Fria [igarapé da Água Fria], muita roça, minha mãe e meu pai plantavam, já chegou plantar. (Marina dos Santos, 65 anos, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, 29/10/2013).

Em sua memória, dona Marina destaca a diversidade produtiva e outra atividade econômica da comunidade de Boa Vista que era a extração de madeira na área, hoje, pertencente à FLONA, além da caça e a pesca e coleta da castanha e outros produtos da floresta. Na FLONA é permitida que populações tradicionais continuem residindo no interior da unidade de conservação, e a exploração dos recursos naturais, desde que se apresente um estudo de impacto ambiental aprovado pelo IBAMA.

Tal postura dificulta o desenvolvimento de algum tipo de atividade econômica pelas comunidades quilombolas, devido à burocracia e as exigências previstas na lei<sup>20</sup>, favorecendo grandes empresas interessadas na exploração dos recursos florestais<sup>21</sup> da Floresta Nacional Saracá-Taquera, como as concessões às empresas Ebata Produtos Florestais LTDA e Golf Indústria, Comércio e Exportações LTDA, concessionárias das Unidades Manejo na Flona Saracará-Taquera (ICMBIO, 2009).

Em relação às concessões, o antropólogo Emmanuel de Almeida Farias Júnior (2010, p. 125) afirma que “a concessão florestal pode dar uma solução legal para a extração florestal da área pretendida pela Mineração Rio do Norte-MRN”, pois a área em exploração, Unidade de Manejo Florestal-(UMF1)” corresponde à área de lavra e futura lavra de mineração, evidenciando um projeto de exploração econômica em “florestas públicas” atendendo a interesses de empresas privadas, atingindo terras tradicionalmente ocupadas por comunidades remanescentes de quilombo e os recursos por elas utilizados para garantir a sobrevivência de suas famílias.

No redesenho espacial decorrente da criação da FLONA que, indubitavelmente, segundo as fontes mencionadas, beneficiam a Mineração Rio do Norte, um fato nos chamou atenção, a demarcação da reserva exclui a área de habitação da comunidade de Boa Vista.

<sup>20</sup> Cf. Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC (2000).

<sup>21</sup> A Lei nº 11.284/2006 é o marco legal para a realização das concessões. É ela que descreve como ocorre esse processo, que envolve o levantamento das áreas em todo o país passíveis de concessão, a elaboração do edital, as audiências públicas com a população e o monitoramento da atividade.

Quando perguntamos a “seu” José dos Santos se ele sabia por que os limites da FLONA não atingiu a comunidade, ele responde:

[...] olha eu ... a minha ideia eu até falei pro engenheiro que tava lá com agente [referindo-se a demarcação da comunidade para titulação], eu achei que essa nossa área não atingiu por que essa área nacional [referindo-se a Floresta Nacional Saracá-Taquera] é onde tá o minério, já aqui tiraro mais o menos pra preserva os minérios pra mineradora. E ele [o engenheiro] disse: MAIS O MENOS ISSO, e confirmou MAIS OU MENOS ISSO. Então, é por isso, que, aqui na nossa área não tem nada, pelo que agente vê, que ele [o engenheiro] já disse num tem nada, então, o minério está na área nacional, pra lá, ele disse mais o menos. (José dos Santos, 72 anos, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, 16/11/2013).

É interessante esta análise na qual o Sr. José considera que a área definida para “preservação ambiental” não inclui Boa Vista, por que em suas terras não há minério, expressando sua visão crítica acerca da criação da reserva que protege os interesses da mineradora, prejudicando a comunidade e a floresta com a exploração mineral e florestal. Todavia, não podemos esquecer que as terras da comunidade eram de interesse da MRN. Segundo conversas com moradores, a empresa tinha planos de construir o porto de embarque no local, sendo que a frente da comunidade é o trecho mais largo do rio, onde os navios cargueiros, até hoje, fazem suas manobras.

Todos os fatores apresentados neste capítulo alteraram, significativamente, os modos de vidas tradicional das comunidades quilombolas do rio Trombetas, em especial Boa Vista, que com a implantação do Projeto Trombetas e a criação das Unidades de Conservação expropriaram seu território, restringindo o acesso sua área de trabalho, agora presa dentro das UCs. A comunidade de Boa Vista ficou impedida de desenvolver atividades extrativas, a caça e a pesca, tanto na REBIO como na FLONA, ambas sobre influência da Mineração Rio do Norte, impossibilitando a realização atividades necessárias à sobrevivência e reprodução social do grupo.

**2 ORGANIZANDO A RESISTÊNCIA:** “Tudo isso começou por que a gente decidiu viver. Viver bem, com dignidade, ser tratado como gente”

O título do capítulo remete a história de vida e de luta de um homem que foi entrevistado na cidade de Oriximiná, quando realizada a pesquisa de campo, em outubro de 2013: o Sr. Antônio Carlos Printes, 51 anos de idade, um dos mais conhecidos líderes quilombola do Trombetas, que juntamente com outros companheiros como Daniel Souza, Joaquim, Rui Brasil, Estevão, Rafael Viana, Zuleide dos Santos, José dos Santos, “enfim, muitos outros que já se foram dessa vida”, como lembra Silvio Rocha, lutou pelo direito de viver nas terras onde nasceu e foi criado, de onde, certamente, não pretendia sair.

Recorrer à memória individual possibilita a apreensão de peculiaridades de suas experiências sociais em suas múltiplas temporalidades. Nesse sentido, influencia Alessandro Portelli (2004), quando chama atenção para a multiplicidade de tempo evocada pelos sujeitos na narrativa. Para esse historiador, as narrativas organizam-se em três estratos: o individual, relacionado à vida privada do narrador; o coletivo, voltado para a vida em comunidade, e o institucional, dimensão que abarca a relação do sujeito e do grupo na esfera política, como será observado na narrativa de Carlos Printes ao longo do trabalho.

Neste capítulo, busca-se analisar a gênese da mobilização e organização do movimento quilombola do Trombetas evidenciando estratégias de resistência e enfrentamento social e político de homens e mulheres negras, frente às forças expropriadoras que avançavam sobre suas terras, destruindo e desarticulando modos de vida alternativos que não se alinhavam às pretensões de desenvolvimento capitalista para a região.

Primeiramente, entretanto, acredita-se ser necessário enfatizar que, apesar do objeto deste estudo ser a comunidade quilombola de Boa Vista, não se pode esquecer que as pressões e disputas territoriais sofridas nesse espaço, eram também vivenciadas por outras comunidades do Rio Trombetas, permitindo que as experiências de resistência de muitos sujeitos se amalgamassem na luta para libertar a terra e assegurar sua cidadania por meio do artigo 68 dos Atos de Disposições Constitucionais Transitórias.

Para compreender as dimensões e sentidos das lutas dos quilombolas de Boa Vista a análise amplia-se a outras lutas e comunidades, quando pelas fontes vazam indícios de suas experiências de sobrevivência e resistência historicamente constituídas, na defesa e manutenção de modos de viver, trabalhar e criar de sujeitos históricos do passado e do presente. Mediados por suas experiências forjadas nas relações sociais e culturais de homens e mulheres, dando cor à cultura, aos valores e ao pensamento como ensina E. P. Thompson

(1981, p.112), esses sujeitos reforçam seus laços de parentescos e de solidariedade para enfrentarem os perigos que ameaçam seu território.

Partimos do pressuposto de que construir e trilhar um caminho de conquista de direitos sobre o território historicamente ocupado era o objetivo de todas as comunidades negras do Rio Trombetas, não havendo, até a década de 1990, a escolha de um território específico para dar início ao processo de demarcação e titulação.

Foi na sede da ARQMO, na cidade de Oriximiná, onde foi encontrado Antônio Carlos Printes, quando tivemos uma longa conversa sobre a gênese e a organização do movimento quilombola naquela região, etapa fundamental para compreender como e quando os moradores da comunidade de Boa Vista construíram sua identidade política reivindicatória de “remanescentes de quilombo”. Como essa comunidade se organizou para reivindicar a titulação de suas terras? Tendo em vista que a mobilização das comunidades negras do Rio Trombetas e Erepecurú, em defesa de seus direitos à terra e sua luta e resistência ao avanço dos grandes projetos, precede o disposto pelo artigo 68 da Constituição Federal de 1988.

**Figura 12** - Antônio Carlos Printes, 51 anos (comunidade do Abuí, Alto Trombetas).



**Fonte:** Acervo fotográfico de Elaine Archanjo.

Antônio Carlos Printes nasceu no lugar chamado Serrinha, no rio Erepecurú, lugar que deu origem à comunidade de mesmo nome. Aos dez anos de idade mudou-se com a mãe e o padrasto para o Abuí. Nesse último lugarejo, que hoje abriga comunidade homônima, começa a trajetória de vida e luta de Carlos pelo direito de permanecer na terra, onde sua mãe e seu padrasto nasceram.

Em relação ao início da organização das comunidades negras do Trombetas, ele nos conta que tudo começou quando:

Em [19]79 foi criada a Reserva Biológica [do Rio Trombetas] e quando foi em [19]80 muitas famílias que moravam na área onde foi criada a reserva foram expulsos de suas terras, um exemplo: as famílias que moravam no Jacaré [Lago do Jacaré], vinte quatro famílias moravam lá, aí eles foram expulsos de lá. E nós do Abuí fomos ameaçados de sair de lá, que aquela área lá pertencia, mesmo, a pessoas que tinham comprado àquela área todinha, um cidadão que se identificava como Carmo, um gringo. Aí ele foi lá e ameaçou nós (Antônio Carlos Printes, 51 anos, comunidade quilombola do Abuí, 23/10/2013).

Nessa mesma época, chega à cidade de Oriximiná o Padre Patrício Brennan, membro da Congregação do Verbo Divino<sup>22</sup>. De acordo com relatos de Quilombolas, o padre Patrício era discípulo da Teologia da Libertação<sup>23</sup> e suas ações religiosas, sociais e políticas não estavam dissociadas. Em sua primeira viagem à região do Alto Trombetas, o padre *verbita* depara com um cenário desolador, inúmeras famílias de moradores do Lago do Jacaré acampavam na margem direita do rio, sem saber o que fazer ou que destino tomar, depois de serem expulsas de suas terras pela polícia militar, sob demanda do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

Outras comunidades do Alto Trombetas também foram ameaçadas e despejadas, como a comunidade de Mãe Cué, a qual teve suas terras adquiridas, de forma duvidosa, por Daniel Ludwig, dono da mineradora Santa Patrícia, sendo posteriormente negociadas com a Alcoa Mineração S.A., em 1981, dando início a um conflito agrário que duraria anos.

Seus moradores foram despejados, algumas pessoas receberam irrisória indenização, outras, segundo informações de moradores da região, nem isso receberam. Muitas famílias, sem ter para onde ir, transferiram-se para a margem esquerda do rio, de onde seriam novamente expulsas com a criação da Reserva Biológica do Trombetas, voltando às terras da margem direita.

As comunidades da Tapagem, Abuí e Jacaré, também estavam ameaçadas de despejo pela Empresa paulista Xingu S.A. Esta havia comprado as terras dos herdeiros do “coronel” Raimundo Costa e Lima, “dono” dos Castanhais, adquiridos de forma duvidosa, evidenciando

<sup>22</sup> A Congregação do Verbo Divino chega à região do Baixo Amazonas no dia 26 de Janeiro de 1980. Chegam a Santarém-Pará os padres Francisco Kom, José Gross e Patrício Brennan. Depois em 17 de março, do mesmo ano, chegaram os padres João Mors e João Adolfo Barendse para somar forças ao trabalho missionário. Disponível em: < <http://svdecuria.org/public/infonews/provinces/20nn/200n/05mmbra.htm>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

<sup>23</sup> A partir da década de 1960 a Igreja Católica assumiu um caráter renovador. Essa nova orientação do catolicismo é denominada de Teologia da Libertação definida pela opção pelos pobres e marginalizados. Tais orientações foram tratadas no Concílio Vaticano II (1962-1965) e enfatizadas na Conferência de Medellín (1968) e em Puebla (1979). Tem em Leonardo Boff e Frei Beto seus maiores expoentes. Para maiores detalhes cf. SADER (1988). BOFF (1986).

o processo de grilagem das terras habitadas por comunidades negras naquele rio. De acordo com informações obtidas durante a pesquisa de campo, o episódio decorrido entre os anos de 1976 e 1979 daria à empresa a contrapartida de indenizações pela desapropriação de terras decorrente da criação da Reserva Biológica do Trombetas, a qual resulta também na expulsão dos moradores do Lago do Jacaré.

Diferente do que ocorrera no Lago do Jacaré, Abuí resiste às ameaças do pretense “dono” da terra, conhecido como Carmo<sup>24</sup>, “um gringo”, nas palavras de Carlos. Na década de 1980, em visita ao Abuí, Carlos nos conta que, diante da situação em que encontrou a região do Alto Trombetas, o padre Patrício,

(...) orientou nós, que era pra nós se organizar, para poder ter mais resistência. A gente tando organizado era difícil a gente ser expulso de lá da comunidade. Aí ele levou o sindicato dos trabalhadores rurais pra incentivar a gente, passar algumas orientações. E de lá eu já estava com 18 anos e comunidade me escolheu como dirigente daquela comunidade. (Antônio Carlos Printes, 51 anos, comunidade quilombola do Abuí, 23/10/2013).

Carlos tem uma longa experiência de luta, que começa aos 16 anos, quando ele e outros moradores da região do Abuí criaram nesse lugar, na década de 1980, comunidade e igreja, “onde o povo se reunia, fazia celebração”. Aos 18 anos assume Carlos Printes o papel de dirigente da comunidade, condição de liderança política que se estenderia por todo o Trombetas. A criação de uma comunidade de base era uma estratégia de resistência ao avanço dos grandes projetos e conflitos fundiários decorrentes destes, realidade manifesta na região do Alto Trombetas naquele momento.

O papel do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oriximiná na mobilização das comunidades negras não é devidamente valorizado. Sabe-se muito pouco sobre sua atuação, haja vista que, para os remanescentes, o sindicato estava a serviço da igreja, seguindo daí orientações para as suas práticas políticas. Jean Hebertte (1991, p. 205), no artigo intitulado “A luta Sindical em resposta às agressões dos grandes Projetos”, chama atenção para a “importância exagerada”, segundo o autor, atribuída à igreja na mobilização, conscientização e organização do campesinato no Brasil, ao que se atribuiria ao Sindicato papel secundário.

No Alto Trombetas, o tema das relações entre essas duas instituições assume dimensões dinâmicas e históricas, como evidencia em sua narrativa Silvio Rocha, morador da comunidade de Boa Vista.

---

<sup>24</sup> Os jornais da época apresentam dois nomes distintos para o mesmo indivíduo: Abraham Furmanovich e Kalman Somody dono da empresa paulista Xingu S/A (Folha do Norte e Jornal de Santarém, 1981).

(...) o padre Patrício, pura caso foi passear, veio passear pra conhecer a região [do Alto Trombetas] e chegou exatamente nessa época que o pessoal do Jacaré tinha sido despejado de lá, então imediatamente ele voltou. Quando ele voltou de Oriximiná pra cá, ele já veio com tudo preparado, trouxe o pessoal do sindicato [Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oriximiná], [que] associou o pessoal, então foi uma coisa muito louca.

[Sindicato?]

É, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oriximiná, teve uma parcela muito importante também em tudo isso...

[Qual foi o papel do sindicato nessa questão?]

O sindicato ele deu apoio tipo, mais técnico né, orientar as pessoas do que tava acontecendo que até então a gente nem sabia o que era sindicato, pra que servia né. Então, associou alguma reunião, associaram várias pessoas. Então, porque era assim, era um povo muito leigo, naquela época era difícil até você ir na cidade. [...] então quando o sindicato veio ele começou a orientar junto com a igreja né o pessoal que tava na igreja. E daí, uma coisa foi puxando outra, uma briga foi puxando a outra, porque era muita coisa que se colocava em cima do povo remanescente de quilombo, do caboco, enfim, do pobre. E ninguém sabia como se defender, então, a igreja abriu essa porta pra gente, e juntamente com o sindicato, então, depois, que surgiu, que criamos a ARQMO, que era uma associação justamente pra defender o direito do remanescente de quilombo, a ARQMO foi criado pra defender o remanescente de quilombo (Silvio Rocha, 46 anos, coordenador da comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, 29/10/2013).

Observa-se na narrativa acima que a Igreja, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oriximiná, promoveu, ao longo da década de 1980 e de forma mais atuante a partir da segunda metade desse período, inúmeras reuniões para discutir uma estratégia de enfrentamento que possibilitasse aos moradores das comunidades negras do rio Trombetas permanecer nas terras, que já de fato os pertencia, mas não ainda de direito.

Seguindo tais orientações, muitos moradores filiaram-se no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oriximiná (STRO), para em seguida requerer título de posse com base na lei de “usucapião” da terra. Nessa direção, elucidando a questão, observou-se nas entrevistas de moradores da comunidade de Boa Vista, quando esses narram sobre as orientações da Igreja. Em relação ao direito de permanecer na terra, dona Zuleide dos Santos afirma que “(...) aquele [que] morasse dois anos naquele lugar ele já tinha direito, muito mais os negro que já tinha mais de quinhentos anos...”. Dona Marina dos Santos lembra que o padre Patrício falava que “a gente plantasse, plantasse bastante cupuaçu, bastante macaxera e banana pra que a gente pudesse mostrar que a gente tava [produzindo], e que era nossa a terra e foi acontecido”, evidenciando memórias que articulam passado e presente, ao lembrarem as orientações da Igreja relacionando-a com a conquista do título da comunidade.

Como se pode observar, relevando o equívoco quanto aos anos necessários para requerer a posse da terra, tem-se, nas narrativas de dona Zuleide e dona Marina, acima

transcritas, uma clara referência ao artigo 1º da lei 6.969, de 10 de dezembro de 1981<sup>25</sup>. Entretanto, de acordo com Adalto Duque (2004, p. 135), “as terras [das comunidades negras do município de Oriximiná] pertenciam legalmente à união e sobre elas não se aplicava a lei de “usucapião”. Era impossível requerer documentos de posse”, o que não descartava a possibilidade de acionar este dispositivo como estratégia.

É importante enfatizar, nesse caso, que as comunidades do Alto Trombetas, segundo narração de moradores, se enquadravam perfeitamente nessa lei, haja vista que se tratavam de terras que, supostamente, tinham “dono”. No caso de Boa Vista, a MRN teria adquirido a área na década de 1970, quando compra o sítio Conceição, passando-se o mesmo com outras comunidades, como Abuí, que “pertencia” a um “gringo”.

Os conflitos territoriais deflagrados no vale do Trombetas estão na gênese da mobilização e organização dessas comunidades, quando pela ação de agentes expropriadores como MRN, ALCOA, GRUPO LUDWIG, XINGU S.A., ELETRONORTE e IBDF/IBAMA, enfrentaram problemas de toda ordem, como perda territorial e proibição de acesso aos recursos naturais, essenciais à sobrevivência do grupo. Quanto a isso, Carlos Printes, que atualmente é suplente do coordenador financeiro da Associação das Comunidades Remanescente de Quilombo do Município de Oriximiná (ARQMO), observa que “com a chegada dos projetos, aí na região, o nosso povo foi começando sê cada vez mais massacrado e humilhado, e tal”<sup>26</sup>.

Um aspecto significativo na narrativa de Carlos está na reação contra o massacre e humilhações. Acuados pela violência, sendo submetidos a situações de pobreza crescente, e ainda, politicamente desorganizados, os negros do Trombetas viram na Igreja Católica o suporte necessário para o despertar “(...) do demônio da política, adormecido na alma dos humilhados e desvalidos da terra...”, tomando por empréstimo as palavras de Martins (1991, p. 31), pondo em xeque não só os projetos econômicos, mas, sobretudo, o direito de propriedade de suas terras, e o uso fruto dos recursos da natureza.

No âmbito dessas relações, a população negra da região do rio Trombetas, primeiramente, passa a se organizar em Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), como forma de enfrentamento dos agentes expropriadores que ameaçavam suas terras. Como dirigente

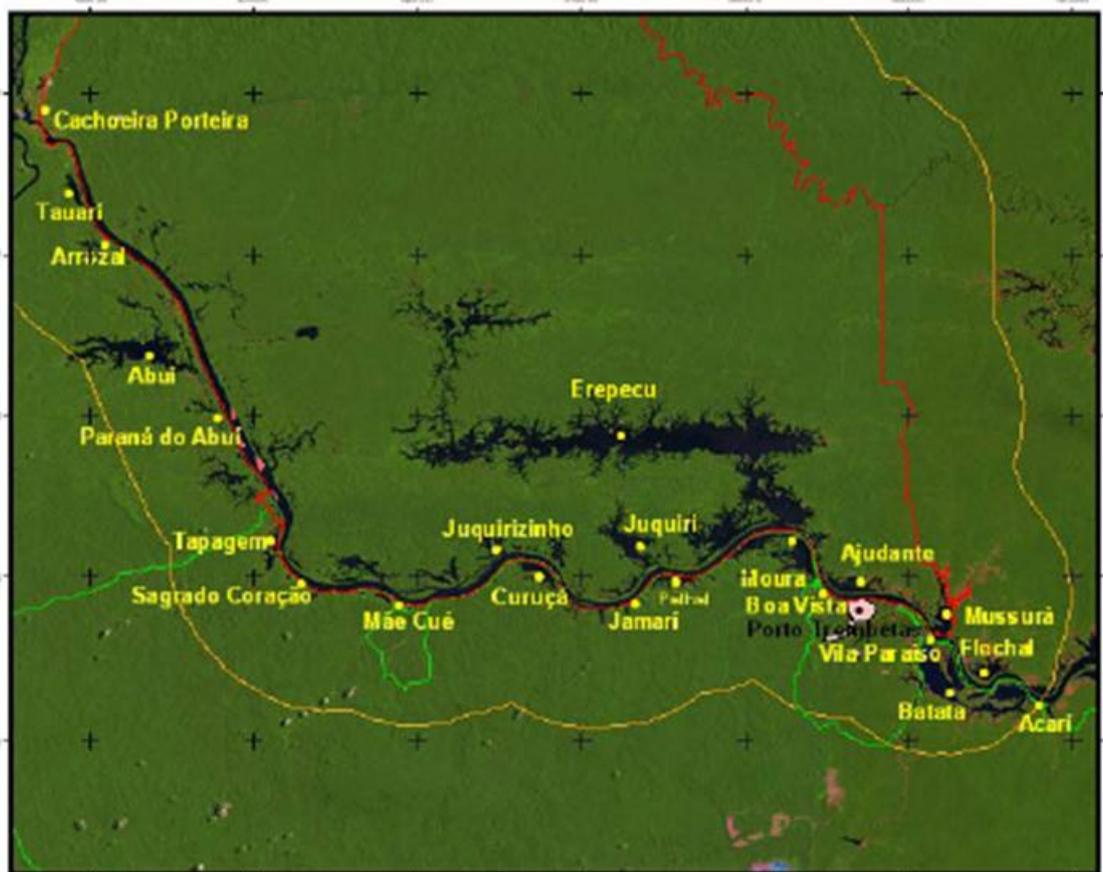
---

<sup>25</sup> De acordo com a lei 6.969, de 10 de dezembro de 1981, em seu Art. 1º - Todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, possuir como sua, por 5 (cinco) anos ininterruptos, sem oposição, área rural contínua, não excedente de 25 (vinte e cinco) hectares, e a houver tornado produtiva com seu trabalho e nela tiver sua morada, adquirir-lhe-á o domínio, independentemente de justo título e boa-fé, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para transcrição no Registro de Imóveis.

<sup>26</sup> Antônio Carlos Printes, 51 anos, suplente de coordenador financeiro da ARQMO, entrevista realizada em 23 de outubro de 2013.

pastoral, Carlos Printes passou a orientar outras comunidades a se organizarem em comunidades de base, seguindo o exemplo de Abuí. Assim, temos a criação das comunidades de Boa Vista, Moura, Flexal, Bacabal, Tapagem, todas elas existentes no Alto Trombetas na década de 80.

**Figura 13:** Comunidades Remanescentes de quilombo localizadas no Rio Trombetas.



**Fonte:** MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, Projeto Povos do Rio, 2006.

Na luta social das comunidades negras do Rio Trombetas e Erepecurú, a Igreja desempenhou importante papel como força articuladora e, acima de tudo, como porta voz, denunciando situações de violência e injustiças, vivenciadas por inúmeras famílias negras do rio Trombetas, que ganham notoriedade na mídia ao longo de sua luta. Nesse sentido, é relevante a fala de dona Rosa Colé, quando se refere à “jogança de gente” da região do Abuí e à atuação do Padre Patrício:

(...) graças a Deus que Deus mandou aquele anjo [referindo-se ao Padre Patrício] que defendeu, defendeu nós. Depois, ele deu meios pra nós ter coragem de falar e dizer o que era a nossa verdade, e que não era nossa mentira, pra eles reconhecerem

que nós era os donos de lá. Depois que criaro aquela palavra cum coragem não furo mas, por que butaro mesmo pra vale (...) (Rosa Colé, 85 anos, comunidade do Abuí, Alto Trombetas, 31/10/2013).

Criar coragem de falar a “nossa verdade”, como diz dona Rosa, num ambiente repleto de conflitos, relações de opressão policial, social, econômica e política, marcou profundamente a vida desses homens e mulheres negras do rio Trombetas, durante a ditadura civil-militar. Nesse período de repressão, conforme contam os moradores da região, em conversas informais, a Rádio Rural de Santarém, coordenada pelo Bispo Dom Floriano, atuou como porta voz dos desvalidos e oprimidos, denunciando as violências sofridas por moradores negros do rio Trombetas.

A Igreja, por meio das CEBs, ofereceu às comunidades negras uma estrutura organizativa, capacitação aos membros, e, principalmente, a troca de experiências, dando visibilidade aos conflitos, além de articular alianças com organizações que apoiaram e legitimaram suas lutas, a saber: a Comissão Pastoral da Terra, a Comissão Pastoral dos Direitos Humanos/Regional Santarém (Comissão Justiça e Paz). Também denunciou a Igreja, ao judiciário e à Procuradoria da República, violências, agressões e abusos praticados pelo IBDF/IBAMA e Polícia Federal.

Quanto ao reconhecimento da Igreja como instituição de Deus na Terra, assumindo os clamores populares enquanto exigência evangélica, Eder Sader afirma que assim teria aberto “espaço de legitimidade por onde os protestos sufocados vieram à tona.” (1988, p. 161). Nesse sentido, a paróquia de Oriximiná transformou-se em refúgio e também em espaço para debates sobre as situações vividas pelas comunidades negras da região do rio Trombetas.

Não se pretende, aqui, analisar o papel social amplo da Igreja ou das CEBs, mas sim a articulação dessas instituições no campo social das lutas de homens e mulheres negras do rio Trombetas, no seu fazer cotidiano dentro das possibilidades históricas, tendo a experiência como ponto de partida da própria história, deslocando nosso olhar da instituição para os sujeitos que constroem e redefinem seus espaços políticos, revelando novas formas de fazer política por novos sujeitos<sup>27</sup>.

As reuniões e encontros das CEBs eram espaços de reflexão crítica dos problemas comunitários e da busca de soluções. Momentos de reafirmação, aprendizado e fortalecimento das lideranças para enfrentarem a “batalha”. Esses encontros aconteciam todo final de mês, fim e início de ano, de acordo com a necessidade, como o encontro dos dirigentes das

---

<sup>27</sup> Aqui há a influência do pioneiro trabalho de Eder Sader, quando se pensa o papel da Igreja e das CEB's nas comunidades negras do rio Trombetas dentro de um contexto mais amplo (Nacional) da emergência de novas formas de fazer política, em novos espaços e por novos sujeitos históricos (SADER, 1988).

comunidades, quando faziam avaliação e planejamento das atividades pastorais, momento em que também amadureciam orientações sobre como trabalhar a conscientização política das famílias nas comunidades.

Os círculos de estudos bíblicos também eram espaços privilegiados de discussões dos problemas comunitários. Celebrações e discursos religiosos abriam espaço para o social e o político, como narra Carlos Printes:

Tríduo<sup>28</sup> é um estudo que [a Igreja Católica] fazia pra reunir várias comunidades pra estudar a bíblia. E ensinar os ensinamentos da bíblia pra gente praticar... [...] Aí, a gente começou a fazer esse trabalho de conscientizar o povo através de conversa. A gente também sempre teve aquele dom de fazer música, às vezes, falando um pouco da luta da gente, tentando fazer um modo de passar o que a gente sabia pras pessoas, então, através da música (Antônio Carlos Printes, 51 anos, comunidade quilombola do Abuí, 23/10/2013).

Em 1983, a paróquia de Oriximiná promoveu um Tríduo na Tapagem, que reuniu todas as comunidades negras do rio Trombetas e Erepecurú. Carlos comenta que esse encontro foi muito importante para o fortalecimento político das comunidades e também das lideranças que surgiam nesses encontros (Antônio Carlos Printes, Alto Trombetas e Daniel Souza, Erepecurú).

Os temas debatidos estavam pautados no método “ver, julgar, agir”, refletindo um novo modo de pensar, partindo do relato dos problemas vividos pelas pessoas e “confrontando essa realidade vivida com as sagradas escrituras” (SADER, 1988, p. 163). Dito de outra forma, nos encontros e celebrações, os participantes contribuíam com sua opinião sempre fazendo paralelo dos problemas vivenciados nas comunidades com a leitura da bíblia, abrindo espaço para reflexões sociais e políticas.

Nesse contexto de reflexão e mobilização, as constantes ameaças empreendidas sobre o território das comunidades negras do vale do Trombetas, em especial as localizadas no Alto Trombetas (Boa Vista, Tapagem, Abuí, Parana do Abuí e Mãe Cué), foram amplamente debatidas nos encontros pastorais. A atuação do IBDF/IBAMA, empresas mineradoras, MRN e Alcoa, de serviços, Andrade Gutierrez e Enge-Rio, esta última contratada para a construção das Hidrelétricas de Cachoeira Porteira e Chuvisco, provocavam mudanças drásticas na vida da população local, deixando-as, cada vez mais, vulneráveis aos desmandos e pressões do grande capital (nacional e internacional) que dominava o rio Trombetas e suas riquezas.

---

<sup>28</sup> Na liturgia romana, o Tríduo é considerado como três dias de preparação para festa de Páscoa, é ponto culminante. São três dias de Cristo crucificado, morto e ressuscitado. Tem início na celebração da Ceia do Senhor, na Quinta-feira Santa, na missa vespertina, terminando com o domingo de Páscoa. São dias dedicados a celebrações e orações especiais. Disponível em: <<https://www.catequisar.com.br/texto/materia/celebracoes/semanasanta/10.htm>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

É relevante, nesse sentido, recuperar, brevemente, a trajetória de algumas empresas, tendo em vista que suas atuações geraram conflitos de terras que perduraram por anos, influenciando na mobilização das comunidades negras do Alto Trombetas, cujos reflexos podem ser vistos e sentidos, quando problematizados no campo da memória por homens e mulheres dessas região.

A Empresa Andrade Gutierrez, atuante no setor de construção civil, instalou-se no município de Oriximiná na década 1970, em razão das obras de construção da estrada (a BR-163) que ligaria Cachoeira Porteira a BR-210, também conhecida como Perimetral Norte. A obra não foi concluída, no entanto, a empresa permaneceu no município retirando madeira para a secagem da bauxita em fornos da Mineração Rio do Norte, devastando a mata da área, na qual se formaria o reservatório da hidrelétrica de Cachoeira Porteira.

A empresa desativou acampamento operacional na região em 1989, deixando um saldo de desmatamento, deslocamento de famílias e desestruturação no modo de vidas dos moradores da comunidade de Cachoeira Porteira. No auge da empresa naquela região, em 1982, foi atraída mão de obra de todo Brasil, chegando à estimativa de três mil pessoas em 1989, ano de sua retirada da comunidade. A empresa contava com infraestrutura de vila fechada, a “Vila Andrade” (com hospital, casas de moradia, igrejas, clube, supermercado e escola), isolada por guarita, do que pejorativamente designavam então a “Vila dos Pretos” ou “Vila dos Macacos”, em referência racista aos excluídos moradores de Cachoeira Porteira.

O avanço de grandes projetos, como construção da hidrelétrica e exploração mineral no rio Trombetas, intensificou-se na segunda metade de 1980. O projeto de exploração “Mina de Bauxita da Amazônia”, das empresas Alcoa S.A. e Billiton, ambas acionistas da Mineração Rio do Norte, cujo empreendimento incidiria sobre as comunidades do Alto Trombetas, causou perdas imensuráveis ao meio ambiente e às condições de manutenção social dos modos de vida dos moradores daquelas comunidades.

O projeto Alcoa, tal como alguns dos narradores se referem, atingiria diretamente a comunidade de Mãe Cué. O processo inicia em 1981 quando a mineradora Santa Patrícia, de propriedade de Daniel Ludwig, negocia com a Alcoa sua concessão de lavra no platô Cruz Alta, provocando o terceiro descolamento compulsório<sup>29</sup> dos moradores da comunidade de Mãe Cué. Silvio Rocha, atualmente morador da comunidade de Boa Vista, e que na década de

---

<sup>29</sup> Na década de 1970, instala-se na região a mineradora Santa Patrícia, expulsando moradores da comunidade, que então se transferem para a margem esquerda do rio, sendo daí novamente expulso com a criação da Reserva Biológica, em 1979, quando voltam para suas terras originais na margem direita. Em 1981, são novamente ameaçados de expulsão, agora pela Mineradora Alcoa.

1980 morava na Tapagem, relata perspectivas sócias da “cobiça” ao rio Trombetas, onde as “comunidades eram muito assediadas”:

Eu lembro que a ALCOA queria se implantar ali onde chamam Cruz Alta, e foi nessa mesma época da titulação então ela queria se implantar lá, uma empresa muito ri... [rica] então, a gente começou a brigar com ela também. Ai, no mesmo passo, também, a ELETRONORTE queria fazer hidrelétrica da Cachoeira Porteira, então foi uma coisa muito louca ali pra gente, então a gente teve que, que, que suar mesmo a camisa (Silvio Rocha, 46 anos, coordenador da comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, 29/10/2013).

Outro megaprojeto que impactou profundamente a vida da população do Trombetas, e ainda, hoje, se apresenta como ameaça, é a construção da Hidroelétrica de Cachoeira Porteira e Chuisco, provocando o deslocamento compulsório dos moradores da comunidade Cachoeira Porteira pelas empresas Enge-Rio/Eletronorte<sup>30</sup>.

Os estudos sobre o potencial energético da bacia do rio Trombetas e Erepecurú, município de Oriximiná, iniciam na década 1970 e estendem-se por toda a década 80. Nesse período, foram feitos inúmeros estudos sobre o potencial hídrico, prospecção e soldagem. A Eletronorte ergue sua estrutura operacional nas proximidades da pista de pouso, construída pela Andrade Gutierrez, no que seria “o acampamento pioneiro” para funcionários da Enge-Rio, empreiteira contratada para a construção da barragem, tendo aí chegado em 1979<sup>31</sup>, segundo moradores da região.

A Enge-Rio realiza na década de 1980 inúmeras pesquisas, entre elas, estudos sobre o impacto na ictiofauna (peixes, realizado pelo pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - INPA, Efreim Ferreira), além de estudos para a demarcação da área. A confirmação da construção de uma hidrelétrica em Cachoeira Porteira e a falta de esclarecimentos pela Eletronorte a respeito desse empreendimento mobiliza comunidades no rio Trombetas.

(...) foi que em oitenta e sete [1987], eu fiz parte duma organização, uma organização chamada CABT que era Coordenação dos Atingidos por Barragem do Trombetas que aí em Cachoeira Porteira né, tava forte a questão de construir uma hidrelétrica lá, e a gente criou esses movimento pra tentar conscientizar o povo né (...) (Antônio Carlos Printes, 51 anos, comunidade quilombola do Abuí, 23/10/2013).

<sup>30</sup> A Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A) foi constituída em 1973 (Lei 5.899, de 5.7.73). Atua, hoje, nos estados do Amazonas, Pará, Acre, Maranhão, Mato Grosso, parte de Goiás, e nos territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia, abrangendo 58% do território nacional.

<sup>31</sup> Em 1979, a empresa Enge-Rio utilizou as instalações da empresa Andrade Gutierrez, construindo posteriormente a sua própria company town, chamada “acampamento Pioneiro”, sendo também um lugar com infraestrutura necessária para as etapas iniciais da construção da represa.

Na fala de Carlos percebe-se que as lutas das comunidades negras do Trombetas não estavam desconectadas do contexto das lutas sociais que eclodiam em todo Brasil. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (1987), os conflitos relacionados à questão das terras explodiam em todo país, assim como os movimentos sociais de resistência e luta pelo território. Conforme Airton dos Reis Pereira (2013), no estado do Pará, principalmente na região sul e sudeste, os confrontos e a luta pela terra, nas décadas de 1970 a 1990, eram múltiplos, heterogêneos e violentos, envolvendo vários atores sociais, como: posseiros, trabalhadores rurais, índios, quilombolas, seringueiros, empresários, fazendeiros, madeireiras e o governo federal com seus projetos agropecuários, minerador, hidrelétrico, de abertura de rodovias e de colonização, objetivando a “ocupação produtiva” da Amazônia, aconteciam simultaneamente em todo estado.

Em suma, o ano de retomada da democracia brasileira é também de luta política dos grupos historicamente marginalizados e excluídos socialmente. Após duas décadas vivendo o estado de exceção e de violação dos direitos humanos, diversos seguimentos da sociedade saíram às ruas reivindicando direitos sociais e políticos. Ao mesmo tempo, multiplicavam-se movimentos sociais na Amazônia, cuja forma de associação e luta escapava às formas tradicionais (sindicatos e partidos políticos), promovendo novas estratégias de organização, inserindo-se em novas categorias, como a Comissão dos Atingidos por Barragens do Trombetas (CABT) (ALMEIDA, 2011).

## 2.1 “Olha a força do negro chegou no Trombetas e no Erepecurú”<sup>32</sup>

(...) **quando foi em oitenta e oito, o tema da campanha da fraternidade falava sobre o negro né**, e aí a gente veio participar do encontro, que eu sempre falava dos dirigentes e coordenadores de área. E aí o tema da campanha da fraternidade falava sobre o negro e a gente foi tendo mais um pouco de conhecimento né, como foi que a gente foi trazido é da África pra cá pro Brasil. E com isso também, **nesse mesmo ano é, foi feita a Constituição Federal** que aí garantiu o direito pro o remanescente de quilombola. **Mas, no início de oitenta e oito**, depois que o... é terminou o encontro é, dos dirigentes e dos representante de área é, a professora Idaliana [Marinho] que trabalha em Óbidos com os padres lá, ela fez uma visita aqui no município de Oriximiná e aí nessa visita ela dizia que ela tinha conhecimento com muitos negros aí de Óbidos, trabalhava com muitos negros de Óbidos e de Alenquer e que esses negros de lá eles falavam que tinham muito parentes aqui, é, em Oriximiná. E aí, é, eles tinham um sonho que um dia eles queriam se encontrar né, os negros daqui com os negros de lá do, e aí foi que **foi organizado o Primeiro**

<sup>32</sup> Excerto da letra do canto quilombola “Força do Negro” de autoria de Rafael Viana. Disponível em: <[www.quilombo.org.br/](http://www.quilombo.org.br/)>. Acesso em: 16 jan. 2015.

**Encontro Raízes Negras** (Antônio Carlos Printes, 51 anos, comunidade do Abuí, 23/10/2013, em Oriximiná [grifo nosso]).

A narração de Carlos Printes perpassa múltiplas temporalidades. Sua narrativa apresenta ampla sequência cronológica, conectando acontecimentos locais e nacionais, suscitando interpretações relacionadas a processos de formação histórica do país.

A historiadora Yara Khoury (2004, p. 131) ensina que ao narrar “as pessoas estão sempre fazendo referência ao passado e projetando imagens, numa relação imbricada com a consciência de si mesmos, ou daquilo que elas próprias aspiram ser na realidade social”. Assim, Carlos e outras lideranças, como Daniel Souza, ressignificam suas memórias, dando sentido e historicidade as suas experiências enquanto narram a trajetória do Movimento Quilombola do Trombetas, realimentando suas próprias identidades, legitimando-se enquanto sujeitos que constroem a própria história.

A fonte oral supracitada elucida as questões que pretendemos aqui abordar, quando por meio dela se revela diversidade de formas e articulações políticas que transcendem o âmbito convencional. Nessa acepção, “o conceito de política se amplia sendo definido como todo espaço de luta” (VIEIRA et. al. 2005, p. 8), permitindo aos sujeitos históricos se organizarem em torno de seus objetivos, mesmo os mais elementares, tendo a cultura como elemento amalgamador de experiências e formulação de táticas e estratégias de enfrentamento social e político, portanto, um campo de luta.

O encontro dos dirigentes e coordenadores da área foi um marco divisor na luta das comunidades negras do Trombetas. Ocorrido em janeiro de 1988, na cidade de Oriximiná, denominou-se “Fraternidade e o Negro”, proporcionando o encontro de lideranças de todas as comunidades para a preparação da campanha da fraternidade que então foi dedicada à causa do negro. Nesse encontro, o padre Patrício e o padre José discutiram a questão do racismo e a valorização da cultura negra, reforçando a importância de suas manifestações culturais, como as danças, brincadeiras e as festas de promessa<sup>33</sup>.

O foco da campanha da fraternidade em 1988 foi o preconceito racial vivenciado por homens, mulheres e crianças negras em todo o Brasil. O Tema era “A Fraternidade e o Negro” e o lema era “Ouvi o clamor desse povo!”. Houve inúmeros debates, rodas de contadores de histórias, exibição de filmes e documentários que retratavam a vinda dos negros da África como escravos e o suplício por que passaram. Pela memória de Dona Rosa Colé, sabe-se, um pouco mais, sobre os vídeos exibidos no encontro.

---

<sup>33</sup> Conforme Eder Sader (1988), entre os motivos do êxito das CEBs, principalmente na zona rural, estaria no seu caráter flexível e no reconhecimento e acolhimento das formas da religiosidade popular.

(...) tinha uns negos que era escravo e argum escravo deles eles tratavo mais meio, meio, não bem, mas tratavam mas o menos e tinha uns nego que era mesmo de pinduraem (RISOS) e agora eles mandavam outro nego lamba, como passava no vídeo dos padre, ele chegava de regalar os solho e ficava parece isso assim [mostrando uma talha de mesa vermelha] nego, encarnado o solho dele. E se um nego não rinpasse os pareceiros dele que tavam pindurados com as mãos pra cima assim [encenando o modo como os negros eram acorrentados] amarrados lá encima na corrente, agora os pé amarrados aqui agora só curpo dele que buiava que nem acari<sup>34</sup> (RISO) quando se tá tirando,(...) (Rosa Colé, 85 anos, comunidade do Abui, Alto Trombetas, 31/10/2013).

A tônica do encontro, entre outras, era denunciar o racismo que imperava no rio Trombetas e na cidade de Oriximiná, mostrando sua violência e presença. Daniel Souza, líder quilombola, morador da comunidade do Jauarí, lembra que quando adolescente não conseguia sair nas ruas de Oriximiná.

Em Oriximiná, você chegava, por exemplo, eu andava muito no lado do papai, aquele monte de pessoas, moleques caçoando: — **olha a onça preta!** No sei o que, assim muito discriminando a gente e a gente tinha vergonha, a gente andava muito colado no pai, eu vivi isso, não só eu como vários amigos assim. Meninos da minha época e pessoas mais velhas do que eu viveram muito mais isso, essa questão da discriminação. E a gente tinha, às vezes, vergonha de sair na rua por que era muito discriminado. (Daniel Souza, membro do conselho diretor das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará (Malungo), 55anos, comunidade quilombola do Jauari, rio Erepecurú. Oriximiná, 05/11/2013 [grifo nosso]).

Quando os “pretos do Trombetas”, como são conhecidos, chegavam à cidade em suas embarcações para comercializarem seus produtos na feira, muitas vezes, e isso no tempo da minha infância e adolescência, pude observar os olhares desconfiados das pessoas e o medo das crianças de serem raptadas por esses sujeitos. Rotulados como “sujos”, “criminosos”, “macacos”, “urubus”, “onças pretas”, quando por seus sinais de ascendência africana, principalmente a cor da pele, como observamos nas palavras de Daniel, eram relacionados a outros estereótipos morais, intelectuais e culturais pejorativos. Era como se essas pessoas não fizessem parte da história da cidade. Ou melhor, por fazer parte desse contexto, eram inferiorizados, “desumanizados”, evidenciando que o preconceito racial permeava o cotidiano das relações sociais de homens, mulheres e crianças negras em Oriximiná. Preconceito gestado nas relações de dominação e subalternidade entre senhores e escravos durante o regime escravista na Pará.

---

<sup>34</sup> O *Liposarcus pardalis*, conhecido popularmente como acari-bodó, é um peixe típico da Região Amazônica, quase não tem espinhas e possui carne abundante e saborosa, além de ser rico em proteínas.

**Figura 14** – Daniel Souza, 55anos, comunidade quilombola do Jauari, rio Erepecurú.



**Fonte:** Acervo fotográfico de Elaine Archanjo.

Apreende-se da narrativa de Daniel que o racismo era uma constante na vida dos negros no município de Oriximiná, seja na cidade ou na zona rural. Ao compartilharem relatos de preconceito e discriminação, revelam que os negros do Trombetas viviam *apartheid*<sup>35</sup> não instituído, quando a população negra do Trombetas era barrada e limitada no seu direito ao trabalho, moradia, uso da terra, educação e serviços de saúde, além da segregação territorial. Como exemplo, cita-se mais acima a referida separação por guarita da “vila Andrade” da “vila dos pretos” ou “vila dos macacos”, assim como “Vila de Porto Trombetas” e os “pretos do beiradão” como as grandes empresas mineradoras se referiam aos lugares de morada dos negros.

A denúncia daquelas relações de violência, preconceito e discriminação racial, debatidas nos encontros promovidos pela Igreja Católica durante a campanha da fraternidade em 1988, era bandeira de luta do Movimento Negro no Brasil, centrando sua força no combate ao racismo e valorização da cultura negra.

<sup>35</sup>Regime segregacionista instituído na África do Sul (1944-1990) que, por meio de leis, objetivou separar as raças no terreno jurídico (brancos, asiáticos, mestiços ou coloured, bantus ou negros), estabelecendo uma hierarquia em que a raça branca dominava o resto da população e, no plano geográfico, mediante a criação forçada de territórios reservados (CUNHA, 2012).

O ano de 1988 era, também, o centenário da abolição da escravatura. Questionava-se por que comemorar uma data que reverenciava não o negro que lutou por sua liberdade, seja pela fuga e formação de quilombos/mocambos, ou negociando com o senhor espaços de autonomia, abrindo brechas no sistema escravista, mas uma princesa branca, que em nada representava o povo negro e seus anseios, ao contrário, o 13 de maio foi compreendido pelo movimento negro como uma farsa<sup>36</sup>.

(...) falando dessa questão da abolição, pra nós [negros] foi o pior dia, foi o dia que a princesa Isabel assinou a lei e disse que a liberdade. Liberdade você dizer que a partir daquele momento não tinha mais comida, não tinha mais terra né, não tinha mais nada porque se estavam libertos. E a consequência hoje é, mesmo não tendo estudo, mas pela visão política que a gente tem ela tá até hoje. Sabe eu digo, a consequência veio pros negros sabe onde, tá na rocinha, complexo do alemão, porque eu visito esse lugar quando vou no Rio, lá tá a consequência, tráfico de drogas, a maioria as prisões setenta, cinquenta, setenta por cento dos que estão presos são negros ou descendentes de negros, não adianta negar isso, o Brasil é isso! né, e essa consequência ela continua até agora né. (Daniel Souza, membro do conselho diretor das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará (Malungo), 55 anos, comunidade quilombola do Jauari, rio Erepecurú. Oriximiná, 05/11/2013).

A fala de Daniel Souza evidencia a vulnerabilidade social da população negra em relação a outros grupos, tal situação seria o legado da abolição, cujos reflexos podem ser vistos nas favelas e prisões do Brasil. Revela, ainda, que no cenário atual pouco mudou em relação à população, quando nas suas andanças pelo país como representante da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Estado do Pará (Malungo) alerta “as consequências estão até agora”.

É importante frisar que o relato, acima transcrito, conecta-se com os debates nacionais sobre a abolição e suas consequências socioeconômicas vivenciadas pela população negra em todo Brasil na década de 80, quando protestos, manifestações de negação tomaram conta das ruas, estendendo-se ao ambiente constituinte, como destaca o historiador Adelmir Fiabani (2008). Estabelecendo, então, contornos políticos em que ocorreu tal discussão, evidenciando o encontro de perspectivas políticas dos quilombolas articuladas ao Movimento Negro, em 1988, relações estreitadas no primeiro “Encontro de Raízes Negra” do Baixo Amazonas, proporcionando uma visão politizada da situação do negro em todo Brasil.

---

<sup>36</sup> Em 1988, foi realizada na cidade do Rio de Janeiro a marcha contra a farsa da abolição, reunindo cerca de 5000 pessoas, em episódio marcado por repressão do Exército. Disponível em: <<http://www.enfpt.org.br/eol/timeline/timeline-primeira.php#176>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

### 2.1.1 Raízes Negras: “o encontro dos pretos do Baixo Amazonas, dos mocambeiros do Baixo Amazonas”

“Não dá pra esquecer nunca, não esqueço nunca esse dia, é vinte e seis de junho de oitenta e oito, foi o primeiro dia que a gente foi daqui [do Trombetas e Erepecurú] e se encontramos com eles no Pacoval”, lembra Daniel Souza.

O primeiro encontro de Raízes Negras do Baixo Amazonas reuniu negros e negras dos municípios de Óbidos, Oriximiná e Alenquer (Pacoval), organizado pela Associação Cultural Óbidense, representada pela professora Idaliana Marinho Azevedo, de 77 anos, entrevistada nesta pesquisa na cidade de Óbidos/Pará, em novembro de 2013. Ela trabalhou no Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e, por longos anos, na prelazia de Óbidos, acompanhando padres e o Bispo Dom Floriano, em constantes visitas às comunidades rurais da região do Baixo Amazonas, encantando-se com Pacoval, no município de Alenquer.

Em 1983, a professora Idaliana, e seus companheiros, fundaram a Associação Cultural Obidense (ACOB), com a finalidade de implantar um museu, o que se concretizou em 1985, onde foram pesquisados os livros de Ata da Câmara de Óbidos do século XIX, além de recortes de jornais com matérias sobre as comunidades negras do Baixo Amazonas, fontes que enriqueceram este trabalho.

O primeiro projeto da ACOB e do museu foi recuperar e divulgar a cultura da região, dando foco às comunidades negras, que eram muitas. Para tanto, empreenderam a difícil missão de percorrerem a região de Óbidos coletando depoimentos orais. Esse trabalho não se restringiu a Óbidos, se estendeu a Alenquer, chegando, em 1988, a Oriximiná, a convite do padre Patrício Brennan, que já havia gravado alguns relatos, tendo um deles publicado no jornal Folha do Norte em 1981, com o título “Uma Triste história da escravidão”. O entrevistado foi o então vereador Raimundo Vieira, bisneto de mocambeiro, além de Raimundo Cordeiro, o Donga, neto de escravo.

Na comunidade negra do Pacoval, município de Alenquer, a professora Idaliana conheceu o senhor Santa Rita que externou a vontade de conhecer os negros que moravam no Trombetas, pois em muitas histórias contadas pelos mais velhos haviam as que revelavam que, ao fugirem da escravidão, muitos parentes seus seguiram para o Trombetas. Diante disso, a professora sentiu-se desafiada a proporcionar o encontro dos negros do Pacoval, Óbidos e Oriximiná, quando para isso mobilizou amigos e moradores da cidade de Óbidos, angariando fundos para realização do encontro, em 24,25 e 26 de junho de 1988.

Mas foi uma beleza, sabe pelo encontro deles, eles reconhecendo suas famílias, tanto no típico físico [ascendência africana] como no parentesco, porque quando eles separavam, separavam mesmo as família né. Então, eles se encontraram, foi uma beleza. E em Belém tem o CEDENPA [Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará] né o que cuidava do... que cuida das questões negras quilombolas. Então, nós [a ACOB] dissemos: — Olha! Nós fizemos o trabalho [de organizar o encontro], estamos interessados em resgatar essa história, a história oral [da escravidão e fuga], as gravações tão aqui vão ser trabalhadas. **Agora porque nós pensávamos com a ACOB-Associação cultural, fazer esse encontro, unicamente, pra se encontrarem, pra conhecerem suas famílias, aí dançaram marambiré, dançaram isso, dançaram aquilo** foi muito bonito. (Idaliana Marinho Azevedo, 77 anos, cidade de Óbidos, 04/11/2013 [grifo nosso]).

Percebe-se na fala da professora Idaliana que o encontro tinha como principal objetivo registrar depoimentos dos idosos sobre histórias de escravidão e fuga de seus antepassados. Resgatar e divulgar as manifestações culturais, “descobrir nossas raízes” segundo ela própria. O interesse de ampliar esse espaço destinado a um encontro cultural, em espaço de discussão política e de experiências de luta, parte dos próprios participantes, principalmente, dos negros do Trombetas e Erepecurú.

A participação do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará - CEDENPA<sup>37</sup> foi iniciativa da paróquia de Oriximiná e não da ACOB, como constatado na entrevista supracitada, quando afirma que o interesse era “(...) unicamente pra se encontrarem, pra conhecerem suas famílias, aí dançaram Marambiré, dançaram isso, dançaram aquilo (...)”, deixando claro que o encontro não se destinava a discussão sobre a constituinte ou a questão quilombola, como de fato ocorrera. Não quer dizer, de forma alguma, que a ACOB estava insensível às questões políticas, o que se quer enfatizar é que os próprios negros fizeram do encontro um fórum de debates dos problemas por eles enfrentados.

Foram três dias de celebração da cultura, com música e danças como o lundu, desfeiteira e o Maranbiré, além de apresentações de composições dos próprios quilombolas. Os cantos e danças estão associados às lutas de seus antepassados pela liberdade, assim como ao reconhecimento de sua cultura e ascendência africana, legitimando, ainda, a formação dos quilombos que deram origem às comunidades espalhadas por toda a Amazônia, como podemos observar no “Carimbó da Escravidão”.

Meus índios, meus africanos acordem os que estão dormindo (bis)

Venham ver essa caminhada que estamos descobrindo (bis) /

<sup>37</sup> Em 10 de agosto de 1980, ocorreu a fundação, sendo que somente em 16 de agosto de 1981 ocorre a reunião que discutiu, aprovou a Carta de Princípios, Estatuto e foi eleita a primeira coordenação, mas como a ata só foi registrada em 27 de abril de 1982, fica sendo 1980 a data legal da fundação. Disponível em: <<http://www.cedenpa.org.br/Historico>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

Os negros sofreram tanto que causava compaixão (bis)

O chicote pelas costa e palmatoria pelas mãos (bis)

O negro padeceu muito nessa terra do Brasil (bis)

Procurando algum abrigo até que puderam fugir (bis)

Os negros quando fugiam, fugiam quebrando as unhas (bis)

Onde foram acampa, lá no Campiche e no Turuna (bis)

Eu sou um poeta velho nessa solidão (bis)

Meu povo vamos dançar o carimbo da escravidão (bis)

(Carimbó da Escravidão, compositor: Rafael Viana)

Para os negros do Trombetas, o 1º Encontro Raízes Negras representou o início de uma nova caminhada, um “descobrir de direitos” e de “raízes históricas” plantadas nos antigos mocambos/quilombos no tempo da escravidão. Também foi momento de estreitar relações com outras comunidades e entidades, abrindo espaço para debater problemas cotidianos, como a questão da terra. Nesse sentido, o CEDENPA teve importante papel, pois a plenária regida pela entidade colocou-os informados das discussões sobre constituinte e a lei que daria direito à posse das terras ocupadas por remanescentes de quilombo, como lembra Daniel Souza:

É nós descobrimos, nós descobrimos através do encontro que a Idaliana convidou, o padre Patrício que vivia aqui com a gente, pra fazer o encontro, o encontro dos pretos do Baixo Amazonas, dos mocambeiros do Baixo Amazonas e a gente foi fazer esse encontro [o 1º encontro Raízes Negras], assim, foi um encontro muito emocionante porque a gente.... Não dá pra esquecer nunca. [...] lá [no 1º encontro Raízes Negras] descobrimos que: **descobrimos que na constituição a gente tinha adquirido esse direito** [a titulação de suas terras] **através dos movimentos negros no Brasil, através dos pais de santos né. Eles se organizaram e foram até o, congresso nacional e começaram a discutir com os deputados, com os constituintes que existia comunidade quilombola, muita comunidade quilombola no Brasil.** Existia várias comunidades e não tinha um número exato, mas que existia e que isso precisava ser visto porque esses pretos tavam por aí, pelo mato escuro, não tavam mais escondido, mais estavam considerados invisíveis para políticas do governo, tanto do governo federal, como do estado, é assim, esquecido sem escola, sem nada, claro que já tinha [referindo-se a escola] mais era muito pouco. E aí tinha que vê como é que a gente vai fazer. **E a partir dessa data [referindo-se ao encontro em 24, 25 e 26 de junho de 1988] a gente veio fizemos um novo encontro que foi lá na minha comunidade** [Jauari] (Daniel Souza, membro do conselho diretor das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do estado do Pará (Malungo), 55 anos, comunidade quilombola do Jauari, rio Erepecurú. Oriximiná, 05/11/2013 [grifo nosso]).

Apreende-se do relato que, no referido encontro, há um estreitamento com o movimento negro estadual do Pará representado pelo CEDENPA, inteirando-se sobre a situação da população negra no Brasil e suas mobilizações por cidadania e medidas

reparadoras, mediada pelo movimento negro. Percebe-se ainda que os debates sobre a titulação de terras ocupadas por comunidades negras em todo Brasil avançava. Quando foram informados sobre a lei, a tal regularização territorial havia sido aprovada e publicada no Diário Oficial no dia 22 de junho de 1988, cujo conteúdo seria divulgado e debatido com essas comunidades no estado do Pará.

Estudo sobre a origem do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), de Adelmir Fiabani (2008), afirma que o referida lei teria sido gestada e aprovada no calor das manifestações decorrentes do centenário da Abolição, quando vários segmentos sociais, principalmente, o movimento negro, pressionavam os constituintes por medidas reparadoras à população afro-brasileira.

Ao tratar do artigo 68 do ADCT, Fiabani (2008) revela que este não surge de emenda popular. No entanto, observa que nos estados do Maranhão (CCN-MA) e do Pará (CEDENPA), haviam movimentos organizados envolvendo comunidades negras rurais, cujas lideranças externavam preocupação com a questão agrária dessas comunidades. Conforme o autor, o Centro de Cultura Negra do Maranhão e o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará participaram da “1º Convenção Nacional do Negro pela Constituinte”<sup>38</sup>, realizada em Brasília e convocada pelo Movimento Negro Unificado.

Deste evento, sai a proposta de lei que garantiria os direitos das comunidades negras rurais. Registra-se na ata da convenção que “será garantido o título de propriedade da terra às comunidades remanescentes de quilombos, que no meio urbano ou rural” (Ata da 1º Convenção do Negro pela Constituinte, 1986), em seguida, encaminhada à deputada constituinte Benedita da Silva. Adelmir Fiabani observa que:

Nos anais do Senado Federal constam dois registros com proposituras: uma proposta com data de 6 de maio de 1987, encaminhada pela Deputada constituinte Benedita da Silva e, outra, 20 de agosto do mesmo ano, apresentada pelo Deputado constituinte Carlos Alberto Caó, referentes a regulamentação das terras das “comunidades remanescentes de quilombo” (FIABANI, 2008, 132).

Para as comunidades remanescentes de quilombo do município de Oriximiná, em particular a comunidade de Boa Vista, o artigo 68 do ADCT seria de autoria da deputada Benedita da Silva. Em relação ao referido artigo, dona Zuleide, moradora da comunidade de Boa Vista diz: — “Ara! Esse foi a Benedita da Silva, uma deputada, e ela, ela descobriu que o direito do [negro], ela é negra e ela descobriu que o direito do negro tava garantido na constituição”.

---

<sup>38</sup> O Centro de Cultura Negra do Maranhão (CNM-MA) foi representado no encontro por Mundinha Araújo e o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), por Zélia Amador.

A partir das fontes orais, podemos inferir que a proposta de lei debatida no “1º Encontro Raízes Negras do Baixo Amazonas” teria sido aquela apresentada pela, já referenciada, Deputada Federal do PT-RJ à Assembleia Constituinte, tendo sido formulada na 1ª Convenção Nacional do Negro pela Constituinte. O que levou a seguinte reflexão: seria tal dispositivo fruto de uma proposta de lei encaminhada pelo CEDENPA, haja vista que os estudos de Fiabani apontam para o pioneirismo dos movimentos negros estaduais do Pará e do Maranhão em discussões sobre a questão fundiária das comunidades negras rurais?

E, segundo os depoimentos de militantes negros do Maranhão, apresentado pelo referido autor, o artigo 68 do ADCT surgiu em discussões de base e não teria partido do Centro de Cultura Negra do Maranhão. Assim como Adelmir Fiabani, não foram entrevistadas as lideranças do CEDENPA, nesta pesquisa, portanto, também não se pode responder a questão: quem terá sido o autor da proposta de lei encaminhada, seja a Benedita da Silva ou Carlos Alberto Caó, que deu origem ao artigo. Pará, Maranhão ou outra entidade?

Voltando ao primeiro encontro “Raízes Negras”, a roda de contadores de história, merece atenção especial. Participaram os idosos como Santa Rita (Pacoval-Alenquer), Di Paolo (Silêncio do Mata-Óbidos) e Raimundo Cordeiro, o Donga (Trombetas-Oriximiná), todos netos de mocambeiros, todos falecidos. Parte de suas histórias e memórias morreram com eles, outras, no entanto, foram gravadas, transcritas e publicadas no livro “O Puxirum: memórias dos negros do oeste paraense”<sup>39</sup>, organizado pela professora Idaliana Marinho Azevedo, revelando histórias de dor, sofrimento e luta pela vida e liberdade construída por seus antepassados nas matas, lagos, rios e cachoeiras, sendo estes sempre acompanhados de seus santos protetores, guardiães dos caminhos e perigos da fuga.

A gente aprendeu muita história né, como era que os nossos negros passavam né, como era que os brancos faziam pra eles né, então foi uma, um encontro assim de, de muita emoção pra todos nós né, e aí e aquilo trazia também até uma revolta pra gente né, do jeito que tratavam as pessoas (Antônio Carlos Printes, 51 anos, comunidade do Abuí, Oriximiná, 23/10/2013).

Como observamos pela narrativa de Carlos Printes, os relatos dos anciãos serviram de motivação à luta para permanecer em suas terras, quando, por suas memórias, ficaram sabendo de muitas histórias de luta de seus antepassados, animando a resistência dos sujeitos do presente que, segundo eles próprios, viviam em uma “nova escravidão”, oprimidos pelas mineradoras e pelo IBDF/IBAMA, sendo necessário denunciar conflitos fundiários e ambientais que ocorriam na região do Trombetas.

---

<sup>39</sup>Para maiores detalhes sobre as entrevistas coletadas no encontro. Cf. AZEVEDO (2002).

O 2º encontro “Raízes Negras” realizou-se no período de 30 de junho a 02 de julho de 1989, na comunidade do Jauari, no rio Erepecurú, município de Oriximiná. Coordenado pelo CEDENPA e outras entidades, a saber: Igreja Católica, Comissão Pastoral da Terra, Comissão Pró-Índio de São Paulo, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oriximiná, entre outros, com o tema “Família, Trabalho e Cidadania”, reúne comunidades remanescentes de quilombo de Alenquer, Óbidos e Oriximiná. Objetiva, entre outras coisas, debates e cobrar das autoridades locais, estaduais e, principalmente, federais, a aplicação do artigo 68 do ADCT, que garante a titulação de terras ocupadas por “comunidades remanescentes de quilombo” no Baixo Amazonas.

Outra preocupação do encontro está relacionada a questões sociais e ambientais dos grandes projetos, como desmatamento, poluição dos rios e lagos, e do ar, todos provocados pela exploração mineral, além das consequências da construção da hidrelétrica.

O maior impacto ambiental causado pela exploração mineral ocorreu no Lago do Batata, usado como tanque de rejeitos para lavagem da bauxita durante dez anos (1979-1989) pela MRN, ocasionando a destruição da fauna e da flora, afetando, diretamente, a população que morava no seu entorno e dele retirava seu sustento. A denúncia dessa realidade por parte das comunidades negras e da Igreja à Secretaria do Estado de Saúde Pública (SESPA), ocasiona a primeira vistoria do órgão à Mineradora, em fevereiro de 1989 (Jornal O Liberal, 1989)<sup>40</sup>.

Na região havia duas grandes empresas mineradoras, a Mineração Rio do Norte e Alcoa. No entanto, somente a MRN estava em plena atividade, a outra ainda estava em processo de licenciamento ambiental, o que não minimiza o impacto da mesma na região, como já se observou anteriormente. Havia também, o projeto da construção da hidrelétrica de Cachoeira Porteira, cujas informações desconstruídas, preocupavam os moradores das comunidades negras do Trombetas e Erepecurú, além da ação violenta do IBDF/IBAMA.

Dessa forma, o discurso de preservação ambiental domina o âmbito do encontro e sobressai nas narrativas das lideranças,

Nós não podemos viver sem terra. Não podemos viver sem peixe. Não podemos viver com ar poluído. Senão nós negros, vamos acabar morrendo, como nossos antepassados morreram. Por isso, nós companheiros, temos que abrir os nossos olhos e como negro tomar consciência e junto com as autoridades que possam nos ajudar, defender o meio ambiente, a nossa Amazônia, a nossa região (discurso do Sr. Joaquim Lima, durante o 2º encontro Raízes Negras, na comunidade do Jauari, rio Erepecurú).

<sup>40</sup> Inúmeras denúncias foram publicadas no jornal “O Liberal”, a partir de 1988, contra a Mineração Rio do Norte, como: desmatamento na área de reserva, poluição do Rio Trombetas e igarapé do Água Fria, limite natural entre Porto Trombetas e a comunidades de Boa Vista.

A questão ambiental e a titulação da terra não estão desassociadas uma da outra, como observa Joaquim, evidenciando preocupações construídas a partir de experiências no cotidiano de cada sujeito, construindo uma relação de equilíbrio com o meio, território e os recursos que a natureza lhes oferece, pois que sem tais recursos “vamos acabar morrendo”. Destaca-se daí o fato de que as reivindicações das comunidades remanescentes de quilombo do município de Oriximiná não se limitavam, somente, ao título da terra, ampliando sentidos de luta para a questão da sobrevivência física e cultural.

Compreende-se os Encontros Raízes Negras, a partir de 1989, como “uma forma superior de luta ou o evento maior de universalização do localizado. Nos encontros são votadas e definidas as pautas e reivindicações” (ALMEIDA, 2011, p.18), momento em que quilombolas do município de Oriximiná, associando-se a entidades como o movimento negro e comissão Pró-Índio e, por meio de novas articulações políticas, pleiteiam seus direitos adquiridos com a Constituição Federal de 1988, rompendo com o localismo de suas lutas, num diálogo com interlocutores oficiais, como observa Almeida (2011).

#### 2.1.2 ARQMO: “ela foi criada pra isso, pra defesa de nossos direitos, dos remanescentes de quilombo”

A luta das comunidades remanescentes de quilombo do município de Oriximiná pela titulação de suas terras, assumindo a identidade política de “Remanescente de Quilombo”, inicia-se a partir de 1989. No 2º Encontro Raízes Negras, realizado na comunidade do Jauari, cria-se a entidade que irá representar e conduzir localmente a luta pelo reconhecimento destas terras de quilombo, a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná – ARQMO.

Conforme relata dona Zuleide dos Santos, “a maioria desses remanescentes todos foro fundadores da ARQMO” e acrescenta: “a ARQMO somos todos nós, os negros de todas as comunidades [do município de Oriximiná]”. Essas são palavras que reforçam a autonomia do movimento quilombola do Trombetas na criação de direitos a partir de suas experiências, evidenciando que, apesar de suas redes de articulações “externas” (Igreja, a ONG Comissão Pró-Índio-São Paulo, e outras entidades), as decisões partiam de seu próprios membros, homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras negras de Oriximiná.

Nessa acepção, procura-se compreender o movimento quilombola do Trombetas. Portanto, a ARQMO, como sujeito histórico, que na concepção de Eder Sader se trata de “coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas” (SADER, 1988, p. 55). Dessa forma, homens e mulheres criam novos espaços para se fazer política, lutando pelo direito à cidadania, por décadas negado. Neste sentido, constituindo-se enquanto atores de seu processo social, são sujeitos de transformações políticas e sociais, construtores de sua própria história.

A referida associação surge com a necessidade dos negros do Trombetas e do Erepecurú se fazerem representar politicamente, no cenário municipal, estadual e nacional, pelo direito as suas terras.

A ARQMO surgiu como uma resposta às invasões e ameaças contra os territórios quilombolas registradas a partir da década de 70, quando se intensificou a ocupação da região. Data desse período a instalação da Mineração Rio do Norte que ocupou parte de suas terras; a criação da Reserva Biológica do Trombetas, que impediu o acesso aos principais castanhais; a edificação pela Eletronorte de uma vila para a implantação da Hidroelétrica de Cachoeira Porteira, no Rio Trombetas; e, ainda, o aumento do número de fazendas e de ocupações de pequenos posseiros. A criação da ARQMO foi motivada também pela necessidade de se fazer valer o direito à propriedade da terra, assegurado pela Constituição Federal de 1988 (Comissão Pró-Índio-São Paulo, 2013).

Como resposta aos impactos dos grandes projetos na região, a ARQMO transformase em importante interlocutora perante as principais agências governamentais, conseguindo consideráveis avanços no reconhecimento dos direitos das comunidades remanescentes de quilombo. Entre as muitas vitórias, destaca-se a primeira titulação de terra quilombola no Brasil, o Território quilombola de Boa Vista, provando que o artigo 68 do ADCT era autoaplicável.

A ARQMO, ela foi criada em oitenta e nove com esse objetivo de trabalhar a titulação das terras quilombolas e organizar as comunidades. E ela chegou a esse ponto de organizar as comunidades e ter a maior terra titulada de quilombo também tá, que é a de Oriximiná, através da ARQMO que organizou. Hoje as associações que se criaram inclusive COQUE, a COCATE, Boa Vista, Água Fria, a mãe Dominga, essas associações se criaram pra receber o título e foi a ARQMO que organizou isso (Daniel Souza, membro do conselho diretor das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do estado do Pará (Malungo), 55 anos, comunidade quilombola do Jauari, rio Erepecurú. Oriximiná, 05/11/2013).

Os quilombolas de Oriximiná mais organizados e politizados fizeram do 2º Encontro Raízes Negras do Baixo Amazonas, na comunidade remanescente de quilombo do Jauari, um marco político, o nascimento do movimento quilombola de Oriximiná. Entretanto, para

chegar a esses avanços e conquistas, as lideranças da ARQMO foram, inicialmente, assessorados pelo Centro de Estudos e Defesa dos Negros do Pará (CEDENPA), e posteriormente, pela Comissão Pró-Índio, em parceria ainda vigente.

De acordo com os remanescentes, após o encontro na comunidade do Jauari, eles se reuniram no dia vinte e cinco de julho no salão paroquial em Oriximiná, com o CEDENPA, a fim de redigir e aprovar o estatuto da associação e empossar a coordenação, com mandato de dois anos, podendo haver reeleição para igual período. Conforme Estatuto próprio, a ARQMO tem por finalidade:

- a) Organizar a população negra do município de Oriximiná.
- b) Organizar os negros a lutarem pela sua emancipação.
- c) Estimular as comunidades negras do município no sentido de conseguirem a legalização e titulação das áreas originariamente de quilombo, as ainda ocupadas e as expropriadas em função da Reserva Biológica e dos grandes projetos.
- d) Desenvolver estudos sobre as raízes históricas, manifestações culturais e sociais do negro no município.
- e) Promover a conscientização da sociedade em geral para a questão de preservação do meio ambiente e alertar para o perigo da devastação da fauna e flora por madeiras, geleiras<sup>41</sup>, grandes fazendeiros, grileiros, projetos mineradoras, hidrelétricas, etc...
- f) Promover a criação de reservas extrativistas e pescatórias nas áreas comunitárias geradas pelas comunidades.
- g) Denunciar todas as formas de preconceito que na sociedade brasileira, condicionam particularmente a população negra a uma vida difícil, tanto a nível econômico, quanto social e político (Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo (ARQMO). Estatuto, 1989).

Segundo relatos dos narradores, participaram de sua fundação Antônio Carlos Printes, Daniel Souza, Rui Brasil, Silvio Rocha, Neli Reis, Estevão, Erineu, Manoel Oliveira, Joaquim Lima, Zuleide Viana dos Santos, José dos Santos, Rosa Colé, Rafael Viana, Silvano Santos, entre outros, todos remanescentes, dois ou três representando sua comunidade de origem.

Conforme artigo 2º do Estatuto, a ARQMO será dirigida por um conselho diretor constituído por quatro associados (as) e quatro suplentes, necessariamente integrantes das comunidades remanescentes de quilombo de Oriximiná. Será assim constituída a sua primeira diretoria: “1º Coordenador – Antônio Carlos Printes; 2º coordenador – José Melo [José dos Santos ou Zé do Melo]; coordenador financeiro – Rui Brasil, secretários: Neli Reis e Mário Roberto de Souza, coordenador de cultura – Daniel Souza, coordenador social – Joaquim Lima”, tendo como sede provisória a Paróquia de Santo Antônio, em Oriximiná (Informativo A Ronqueira, julho de 1990).

---

<sup>41</sup>Referência aos grandes barcos pesqueiros que “invadiam” os lagos da região.

Quanto às ações da ARQMO, sabemos um pouco dos caminhos percorridos pela memória daqueles que participaram de sua fundação:

Então é, em oitenta e nove, como a gente falou que foi fundada a associação nós fomos em Brasília pra pedir o apoio lá pra titular as áreas das comunidades e nós tivemos lá pelo Congresso Nacional, tivemos pelo Senado, tivemos lá pela CNBB, que foi também o padre Patrício, o padre José e a Lúcia Andrade que é da comissão pró-índio de São Paulo. (Antônio Carlos Printes, 51 anos, comunidade do Abuí, Oriximiná, 23/10/2013).

As comunidades remanescentes de quilombo de Oriximiná tornaram-se visíveis após a promulgação da nova Constituição, em 1988, desmistificando o “vazio demográfico amazônico”, passível de ser ocupado e delimitado. E a partir de 1989, as mobilizações dessas comunidades passaram a ser reconhecidas nacionalmente como movimento social organizado, devido ao trabalho da ARQMO e suas novas parcerias.

A viagem à Brasília, relatada na narrativa supracitada, rendeu bons frutos, principalmente, quando seus representantes procuraram o Ministério Público Federal e a Procuradoria Geral da República solicitando apoio na luta pela titulação das terras quilombolas do Trombetas. Desse momento, ficando acordado, verbalmente, que os procuradores entrariam com ação declaratória solicitando a expedição dos títulos daquelas terras pela união. Para orientar tal ação, a Procuradoria exigiu inúmeros estudos, como laudo antropológico, levantamento fundiário e topográfico, lançando grande desafio à recém-criada Associação (ANDRADE, 1994).

Para empreender as exigências da Procuradoria, a ARQMO solicita assessoria da Comissão Pró-Índio de São Paulo que, desde julho de 1989, acompanhava a associação debatendo estratégias a serem adotadas para garantir a posse de suas terras. Compreendendo a luta pela demarcação das terras dos povos indígenas como análoga a das comunidades remanescentes de quilombo, lembra Carlos Printes, que “a Comissão Pró-Índio foi convidada pra trabalhar como assessoria da ARQMO e aí foi que, é, eles, até hoje eles ainda trabalham como assessoria”.

Nesse sentido, vale a pena “recuperar” brevemente a circunstância em que se deu a aproximação da ARQMO com a Comissão Pró-Índio, uma organização não-governamental que tem por beneficiários os povos indígenas, e, desde 1989, também comunidades remanescentes de quilombo do Brasil.

[E a Comissão Pró-Índio como é que ela chega até vocês?]

Tá. A Comissão PRÓ-ÍNDIO é ela chegou até nós devido o encontro lá do Jaurí, então naquele encontro é, 1 Encontro Raízes Negras que nós tivemos no Jaurí eles foram participar que, é, eles tinha bastante experiência sobre barragem aí pra fora,

então eles foram convidados pra dar uma palestra pra nós lá, pra contar mais ou menos é.

[E quem convidou? A ARQMO ?]

É. A ARQMO junto com outras, CEDENPA, né, outras organizações que tinham, é, que tavam promovendo o evento, né. Não, é, nesse tempo, na verdade, a ARQMO ainda não existia. Era alguns de nós tá, lideranças, né, com a Igreja Católica mais a CEDENPA e outras organizações que tavam por aí que, como eles sabiam, tinham experiências deles que trabalhavam com, é, alguns atingidos de barragem aí pra fora, e aí foi que, eles foram convidados pra vim dá uma palestra como é que tá, é, acontecendo lá em outros estados sobre a barragem né (Antônio Carlos Printes, 51 anos, comunidade do Abuí, Oriximiná, 23/10/2013).

Entende-se a partir da narração que a luta contra os megaprojetos hidrelétricos na Amazônia aproximou a entidade das comunidades quilombolas do Trombetas, pelo projeto de acompanhamento dos empreendimentos do setor elétrico em todo Brasil. No estado do Pará, a CPI - São Paulo atuava assessorando índios e não índios atingidos pela barragem da hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins/Pará, inaugurada em 1984, cujos impactos ambientais e sociais sequer podem ser mensurados. Vários povoados foram inundados provocando o deslocamento de mais de 5.000 famílias, que perderam suas casas e roças, recebendo pífias indenizações<sup>42</sup>.

Nesse contexto, a CPI - São Paulo foi convidada pela Igreja Católica e o CEDENPA, para participar do 2º Encontro Raízes Negras do Baixo Amazonas, na comunidade do Juarí, com o objetivo de orientar e organizar as comunidades que estavam ameaçadas com a construção das hidrelétricas de Cachoeira Porteira (rio Trombetas) e Chuvisco (rio Erepecurú), e assim, evitar o mesmo destino trágico a que foram submetidos os atingidos pela barragem de Tucuruí.

Quanto aos estudos solicitados pela Procuradoria, a sua viabilidade dependia, além de uma assessoria financeira, de pessoal, de engenheiro agrônomo, antropólogos, advogados, compondo a equipe técnica, como também de recursos financeiros para o deslocamento e manutenção do grupo durante o trabalho de campo. Para tanto, fez-se necessária a elaboração de um projeto financeiro para realização do estudo, sendo aprovado em meados de 1990, quando, oficialmente, inicia-se a pesquisa para compor os laudos periciais (CPI-SP, 2006).

Conforme os relatos das lideranças escolheu-se a região do Alto-Trombetas, onde a pressão e os conflitos fundiários eram mais intensos, para início do processo de demarcação das terras quilombolas, a saber: Tapagem, Abuí, Paraná do Abuí, Sagrado Coração e Mãe Cué, comunidades ligadas entre si por relações de parentescos e de solidariedade, que

---

<sup>42</sup> Para maior aprofundamento sobre o tema Cf. FEARNSSIDE, (2002). Disponível em: <<http://philip.inpa.gov.br>>. Acesso em: 31 jan. 2015.

compartilhavam experiência social comum, todas naquele momento ameaçadas com a construção da hidrelétrica e a exploração mineral na região.

Conforme a antropóloga Lúcia Andrade (1994), os estudos deveriam comprovar a origem dessas comunidades, uma vez que seu direito às terras decorre do fato de serem “remanescentes de quilombo”. Outro passo a ser dado, seria o de determinar a extensão a ser demarcada e titulada, uma área de 275.000 hectares, correspondendo às terras requeridas para a garantia da sobrevivência por meios próprios do grupo. Em relação ao laudo, destaca a antropóloga que antes de sua conclusão “a ARQMO conseguiu demonstrar, através de sua ação política, a condição de “remanescente de quilombo” das comunidades do Trombetas” (ANDRADE, 1994, p. 91).

## 2.2 “Uma briga foi puxando a outra”

De acordo com as narrativas dos remanescentes, concomitante à luta pela titulação, outras lutas se apresentavam, renovando esforços de enfrentamentos iniciados na década de 1970 e que ainda não tinham encontrado solução, mas que, ao contrário, agravavam-se, transformando o rio Trombetas em “território minado”, “uma coisa muito louca”, como narra Silvio Rocha:

Nossa! Isso era uma coisa muito louca, porque ai a gente brigava com a Alcoa, brigava com a Eletronorte, brigava com o IBAMA, e ao mesmo tempo tinha que pedir apoio do IBAMA também. Então, era uma coisa muito louca, a gente tava que nem menino de recado né, que tinha que falar dum pra cá, pedia ajuda pra li, falava com daqui e os políticos pelo meio apoiando os grandes projetos (Silvio Rocha, 46 anos, coordenador da comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, 29/10/2013).

O relato expressa perspectivas diversas dos conflitos, como também, de articulações políticas e outras estratégias forjadas dentro da própria luta e enfrentamentos pelo movimento quilombola do Trombetas, chegando a dimensões inimagináveis – evidenciando lutas cotidianas de homens e mulheres que permitem refletir outras táticas e detalhes, até então, imperceptíveis àqueles que, ideologicamente, ou, pelo uso da força, planejaram subjugar os negros daquela região. Enfim, são sujeitos inseridos num espaço contraditório permeado por ações que revelam a compreensão de aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais de suas experiências e vivências.

A interpretação de Silvio Rocha permitiu, ainda, refletir sobre o contexto político local, quando para atrair investimentos para o município, os políticos mobilizavam-se e faziam verdadeiras campanhas “eleitoreiras” nas comunidades quilombolas, para que estas aderissem à “modernidade” e às “benesses” oferecidas pelos grandes projetos. Neste caso, evidencia-se a estreita ligação entre os interesses políticos e empresas privadas, citando como exemplo, o engenheiro Rubens Luiz Nalin, responsável pelo projeto hidrelétrico de Cachoeira Porteira, que se elegeu vereador pelo PMDB nas eleições municipais de Oriximiná, em 1992.

Segundo relatos de remanescentes, políticos e representantes da Eletronorte e também da Alcoa, em momentos distintos, realizavam campanhas, oferecendo “vantagens” às comunidades, promessas de emprego aos moradores da região. Como evidencia a narrativa abaixo:

Então, eles [Alcoa e Eletronorte] fazio campanha pela comunidade ou tinha pessoas que até, é, faziam promessas que ia ter emprego essa coisa toda, então a gente tinha que fazer a pessoa acreditar na gente que aquilo era... não era verdade. Então a gente viajava muito na época, eu nem tanto, mas meu pai [Rui Brasil] nem parava quase em casa (Silvio Rocha, 46 anos, coordenador da comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, 29/10/2013).

As campanhas das grandes empresas não se restringiam às comunidades negras. Os jornais da época reverberavam que os grandes projetos (Eletronorte, ALCOA), tinham como principal objetivo solucionar o problema do desemprego e da “miséria no Alto Trombetas, possibilitando aos jovens a oportunidade de adquirirem uma profissão, com melhor qualidade de vida”. Ao mesmo tempo, criticavam as pressões nacionais e internacionais<sup>43</sup> de entidades e seus discursos de preservação ambiental, frisando que “muitos ecologistas e ambientalistas que clamam pela preservação da Amazônia moram em regiões desenvolvidas com o conforto propiciado pelo fornecimento garantido de energia elétrica” (Jornal de Santarém, 1992), deixando claro que os fatores ambientais não poderiam prejudicar o crescimento econômico da região.

No caso da Eletronorte, representantes de doze comunidades remanescentes de quilombo do rio Trombetas e Erepecurú, juntamente com a coordenação da ARQMO e o CEDENPA, organizaram-se e reuniram-se em Oriximiná para a realização do primeiro seminário sobre a hidrelétrica de Cachoeira Porteira, nos dias 13,14 e 15 de outubro de 1989, a fim de debater sobre a construção da barragem e seus impactos sobre a população do rio Trombetas.

---

<sup>43</sup> A associação das comunidades remanescentes de quilombo, ao longo da década de 1990, recebeu cartas de ecologistas e entidades internacionais que apoiavam suas lutas, a saber: Alemanha, Canadá, Estados Unidos (Nova York e Washington) e Holanda.

O ambiente do seminário deixou claro que os remanescentes não eram totalmente contra a hidrelétrica, mas sim contra a forma como estava sendo planejado e executado o projeto, exigindo esclarecimentos sobre a real extensão e contornos da represa, como lembra Carlos:

(...) a gente não era assim, totalmente contra o projeto mas sim, do jeito que tava sendo esclarecido, colocado pro povo então a gente era contra, então o que precisava era que esclarecesse bem pro povo né, as vantagens e desvantagem pra gente poder saber se a gente queria ou não (...) (Antônio Carlos Printes, 51 anos, comunidade do Abuí, Oriximiná, 23/10/2013).

O Seminário chamou atenção da população da cidade de Oriximiná e das autoridades, quando no seu encerramento, que, como estratégia para resolver os conflitos envolvendo as comunidades remanescentes de quilombo do município, propuseram “o tombamento das comunidades negras, que se tornariam quilombos intocáveis”, proposta baseada no artigo 216<sup>44</sup> da nova Constituição, cujo parágrafo quinto esclarece: “ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”, garantindo assim o cumprimento da Constituição e assegurando a permanência em suas terras.

Em seguida, os negros do Trombetas saíram em passeata pela cidade, com faixa e cartazes em defesa do meio ambiente e contra a construção da hidrelétrica, denunciando o desmatamento da floresta, a poluição dos rios, lagos, igarapés do vale do Trombeta, pressionando a Eletronorte a abrir diálogo com as comunidades, o qual acaba sendo marcado para o dia 23 de outubro de 1989 (O Liberal, 18/10/89).

---

<sup>44</sup> Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, a ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. BRASIL, Constituição Federal, 1988.

**Figura 15:** Campanha da ARQMO contra a hidrelétrica de Cachoeira Porteira e a mineradora Alcoa, em comunidade do Alto Trombetas.



**Fonte:** Arquivo CPI-SP, 1990.

As ações de enfrentamento ampliam-se nos anos de 1990 e 1991. A ARQMO organizou campanhas nacionais e internacionais que denunciavam órgãos públicos e as empresas mineradoras, objetivando impedir a construção da hidrelétrica e a implantação do projeto de exploração mineral Mina de Bauxita da Amazônia, mais conhecido como projeto ALCOA. Nesse sentido, Daniel Souza lembra que:

Carlos [Printes] foi participar do Tribunal dos Povos da Floresta, se não me engano na Holanda e lá ele...

[Que ano foi isso?]

É, em noventa e um. E lá ele começou a discutir e falar do desprezo que a mineração dava pra gente e é foi muito legal essa história que veio agora uma jornalista de Londres<sup>45</sup>, ela veio aqui em noventa e três, ela veio pra cá, ela é da BBC<sup>46</sup> de Londres, inclusive, já aposentada e ela veio em noventa e três fazer uma matéria. Em noventa e um ela fez essa matéria com o Carlos e ela deu uma repercussão muito grande a matéria que ela fez com ele. A BBC ela é muito famosa né, muito conhecida deu essa repercussão aí no Trombetas. Eles viram, os acionistas da mineração tavam lá, o Carlos conta melhor do que eu isso, aí o Carlos contou a história e eles viram quando chegou aqui eles foram na casa [de Carlos Printes] ver se era verdade que o Carlos falava (...) (Daniel Souza, membro do conselho diretor das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará (Malungo), 55anos, comunidade quilombola do Jauari, rio Erepecurú. Oriximiná, 05/11/2013).

<sup>45</sup> Sue Branford é a jornalista que entrevista Carlos e visita a região do rio Trombetas em 1992, acompanhada do marido e dois filhos.

<sup>46</sup> A *British Broadcasting Corporation*, Corporação Britânica de Radiodifusão, mais conhecida pela sigla BBC, é uma emissora pública de rádio e televisão do Reino Unido, fundada em 1922. Disponível em: <pt.wikipedia.org/wiki/British\_Broadcasting\_Corporation>. Acesso em: 06 fev. 2015.

O fórum de debates internacional Tribunal Permanente dos Povos, foi realizado no período de 12 a 16 de outubro de 1990, em Paris, e não em 1991, na Holanda, como relatou Daniel, mas como ele próprio falou “o Carlos conta melhor do que eu isso”, resguardando-se de possíveis “equivocos” quanto às datas e locais dos acontecimentos. Em Amsterdam, na Holanda, Carlos participa do Tribunal Internacional das Águas, em 1992, como representante da Associação das Comunidades Remanescente de Quilombo do Município de Oriximiná (ARQMO) e da Coordenação dos Atingidos por Barragem do Trombetas (CABT)<sup>47</sup>, denunciando as mineradoras e construção da hidrelétrica no rio Trombetas. Nesse sentido, lembramos Portelli (2004), quando nos alerta que as histórias e os relatos pessoais sofrem acréscimos e subtrações, assim como esquecimentos ao longo da vida do narrador. Assim, o que importa não é a data e o local do evento e sim o significado dele na vida dos sujeitos que os viveram.

É importante recuperar, aqui, a participação de Carlos Printes nesses eventos, para compreendermos as dimensões das lutas dos quilombolas do Trombetas. O Tribunal Permanente dos Povos, realizado em Paris, com fórum privilegiado para as questões relacionadas à Amazônia, revela a complexidade dos conflitos fundiários decorrentes da cobiça, ocupação desordenada, projetos ditos desenvolvimentistas que expropriavam as terras de populações inteiras, como acontecia na região do Trombetas.

Carlos Printes participa da sessão Amazônia Brasileira<sup>48</sup>, como representante da ARQMO, quando relata os problemas enfrentados pela população negra do rio Trombetas frente às mineradoras instaladas e a construção da hidrelétrica de Cachoeira Porteira. Ele depõe no tribunal e denuncia: as empresas mineradoras (Alcoa e MRN) e a Eletronorte, as ameaças sofridas pelos habitantes da reserva Biológica do Trombetas por agentes do IBAMA, e a omissão do Governo brasileiro pelo não cumprimento do artigo 68 do ADCT (TRIBUNAL PERMANENTE DOS POVOS. Sessão Amazônia Brasileira. Sentença. Paris, 1990).

O 2º Tribunal Internacional das Águas realizou-se na cidade holandesa de Amsterdam, em 1992, objetivava o evento julgar casos de mau gerenciamento de recursos hídricos nos países subdesenvolvidos. Os participantes apresentam suas acusações diretas aquelas entidades públicas ou privadas, cujas atuações provocam desastres ambientais, como poluição dos rios. Os acusados são intimados a se defenderem, momento em que podem

---

<sup>47</sup> Participaram deste evento os atingidos por Barragem de Tucuruí, Atingidos por Barragem de Altamira e a Coordenação dos Atingidos por Barragens da Amazônia e a Comissão Pró- Índio-SP.

<sup>48</sup> Segundo consta no relatório da Sentença, a Sessão Amazônia Brasileira partiu da iniciativa de 30 entidades brasileiras, entre elas a Comissão Pró-Índio de São Paulo.

apresentar sua defesa. Vale ressaltar que esse tribunal não possui jurisdição oficial, suas decisões tem caráter moral, ético e pedagógico, mas podem produzir elementos para posterior promoção judicial diante da justiça oficial, além de proporcionar ampla divulgação na imprensa nacional e internacional.

Observa-se, na narrativa acima, que a atuação de Carlos, no Tribunal das Águas, suscitou o interesse da imprensa internacional, quando, por meio da BBC de Londres, o mundo conheceria a história das comunidades remanescentes de quilombo de Oriximiná e suas lutas. Conta ainda Daniel Souza, que seu companheiro denunciou o descaso da Mineração Rio do Norte para com a comunidade de Boa Vista, e, que segundo ele próprio, resultou na visita, no mesmo ano, de acionistas internacionais desta empresa a Carlos e à comunidade, momento em que ficou acordado verbalmente a colaboração da mineradora para agilizar a regularização fundiária da comunidade<sup>49</sup>.

Diante do exposto, observa-se que, a partir de 1989, amplia-se a preocupação no plano nacional e internacional com os problemas ecológicos e de preservação da Amazônia. Nesse caso, os remanescentes de quilombo do rio Trombetas, valendo-se de tal conjuntura, pressionaram os órgãos Estaduais e Federais, criando um clima político em torno da aprovação das licenças ambientais dos grandes projetos (ALCOA, Eletronorte).

Em julho de 1990, a Associação das Comunidades Remanescentes de quilombo do município de Oriximiná, lança o informativo “A Ronqueira”, editado semestralmente de 1990 a 1991<sup>50</sup>. Nesse curto espaço de tempo, em que circulou nas comunidades e na cidade de Oriximiná, o informativo se tornou o porta voz da ARQMO e dos moradores negros do rio Trombetas. Guardadas as devidas proporções, assim como o jornal “Varadouro”, que foi um “empate” no enfrentamento das ações dos grandes projetos agropecuários que se instalam e ameaçam seringueiros do Acre, arriscamos dizer que também “A Ronqueira” é “uma das fontes de registro do enfrentamento cotidiano às intervenções de euforia, milagre e progresso que marcam o devastamento da Amazônia ontem e hoje (...)” (ANTONACCI, p. 249, 1995).

---

<sup>49</sup> Em Agosto de 1992, a Mineração Rio do Norte envia ao INCRA-Santarém um requerimento solicitando a titulação da comunidade de Boa Vista. Abordaremos com maiores detalhes o processo de titulação da comunidade no 3º capítulo da dissertação.

<sup>50</sup> De acordo com o informativo, por falta de incentivos financeiros esta seria a sua última edição. Entretanto, não se pode afirmar com certeza, mas é fato que não foram encontradas outras edições.

**Figura 16:** A Ronqueira: Informativo da Associação das comunidades Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná.



**Fonte:** Disponível em: < [www.quilombo.org.br/](http://www.quilombo.org.br/)>. Acesso em: 16 jan. 2015.

Ronqueira “era um cepo de madeira e um cano de ferro carregado com pólvora, farinha, papel e barro”, uma espécie de rojão artesanal que “os nossos antepassados usavam para dar avisos para locais bem distantes”, representada na capa por desenho manual. O informativo esclarecia as dúvidas das comunidades sobre a Constituição Federal e seu artigo 68 do ADCT, assim como, sobre a própria associação. Todos os passos da ARQMO eram relatados, eventos de que participava e o resultado de cada um, bem como as estratégias de luta traçadas pela associação. Denunciava, ainda, os casos de racismo, perseguição e abuso de autoridade por parte de empresas e órgãos públicos, como IBAMA e Polícia Federal (A Ronqueira, Ano 1, nº.1, 1990).

A Ronqueira circulou com poucos números e uma tiragem de 100 exemplares semestral, dirigida aos associados da ARQMO. Após sua 3ª edição, como revela a fonte, é encerrado devido a problemas financeiros, contando com a colaboração de todos que dispusessem a ajudar. “O jornal é vitória do povo” informa “A Ronqueira”. Não contava com anúncios do comércio local e nem divulgavam nomes de políticos ou pessoas influentes. O que nos leva a aferir que o informativo destinava-se unicamente a denunciar os conflitos na região, os problemas ambientais, as ações da ARQMO, amplificando as vozes negras que lutavam pelo direito de serem ouvidas. Contribuindo para o esclarecimento dos leitores sobre

os temas abordados mobilizando-os em torno da defesa e garantia de seus direitos constitucionais.

Na fonte não há registros de diretores, editores e colaboradores que ajudaram o informativo, evidenciando que este é fruto do trabalho de uma coletividade, quando se observou um desenho de um jovem negro exclamando “esse é nosso jornal”, afirmando sua autonomia e fortalecendo os vínculos com as comunidades remanescentes de quilombo de Oriximiná, proporcionou mais reconhecimento e legitimidade para as ações da ARQMO. Ao mesmo tempo em que, objetivava fazer frente a grande mídia que atendia aos interesses dos grandes projetos na região.

O boletim informativo, conta com oito páginas datilografadas, a organização e distribuição de conteúdo no seu interior obedecem à necessidade da associação, portanto, seu projeto gráfico e editorial<sup>51</sup> é flexível em sua composição. A seção de maior destaque é “Uma triste história de escravidão”, que se destinava as denúncias de racismo, violência e injustiças vivenciadas pela população negra do rio Trombetas, articulando passado e presente.

Nesta seção de “A Ronqueira” denuncia que, no dia 16 de janeiro de 1991, dois agentes da Polícia Federal e um agente do IBAMA entraram na casa da senhora Nazaré Xavier, localidade do Abuizinho, Alto Trombetas, à procura do Sr. Dometílio, quando não o encontrando levaram preso o seu filho de 16 anos e seu cunhado, depois do que “embarcaram na voadeira e levaram ao fiscal do IBAMA, lhes bateram muito e depois fizeram tirar a roupas e depois quiseram obrigar os dois a se servirem um do outro sexualmente, como eles não aceitaram obrigaram a roçar um capinzal por baixo de chuva” (A Ronqueira, 1991, p. 02), evidenciando atos de racismo, humilhação e trabalho forçado, lembrando práticas históricas de tortura do período da escravidão e da ditadura civil-militar de 1964.

A associação protesta e exige a apuração dos fatos às autoridades competentes. Porém, fica evidente que os remanescentes de quilombo do Trombetas carregam o estigma que os marcam como alvo para as práticas institucionalizadas de violência naquelas paragens. Homens e mulheres em constante estado de suspeição e criminalização permanente, assim como trabalhadores e trabalhadoras pobres nas grandes cidades. Nesse caso, compartilhamos das reflexões da filósofa Marilena Chauí, quando afirma que:

Situação ainda mais aterradora quando nos lembramos que os instrumentos criados para repressão e tortura dos prisioneiros políticos foram transferidos para o tratamento diário da população trabalhadora e que impera uma ideologia segundo a

---

<sup>51</sup> Para maior compressão sobre a composição do projeto gráfico e editorial de um jornal ou periódico ver: CRUZ e PEIXOTO (2007, p. 262).

qual a miséria é causa de violência, as classes ditas “desfavorecidas” sendo consideradas potencialmente violentas e criminosas (CHAUI, 1986, p.57).

Principalmente quando esses sujeitos são considerados obstáculos ao desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, como os negros das comunidades remanescentes de quilombo do município de Oriximiná, são constantemente ameaçados pelos agentes da Polícia Federal e do IBAMA que, segundo relatos, faziam vista grossa aos abusos e crimes ambientais provocados pelas mineradoras, fazendeiros, madeireiros naquele rio.

Voltamos às ações de enfrentamento da ARQMO com os megaprojetos. Em 1990, a ARQMO envia uma carta à Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará (SESPA), solicitando informações sobre o processo de licenciamento do Projeto ALCOA, cujo relatório de impactos ambientais sequer menciona a existência de comunidades remanescentes de quilombo na região.

Diante dos fatos, a Secretaria ordena que a empresa realize estudos complementares para avaliar os impactos do projeto sobre as comunidades e condiciona “à aprovação da licença ambiental a destinação de recursos da mineradora para a demarcação das terras das comunidades remanescentes de quilombo” (ANDRADE, 1994, p. 91-92).

Ao solicitar informações sobre o licenciamento, os remanescentes objetivavam conhecer a concepção do empreendimento, tomando consciência e conscientizando aqueles que, como dito anteriormente, estavam sendo “ludibriados”, segundo relatos dos próprios negros, pelas “falsas” promessas de melhoria na qualidade de vida.

Mas até que nós conseguimos né, por meio de muito briga, entrar na justiça, provar porque a Alcoa já tinha feito o projeto dela né, o relatório dos impactos ambientais e quando chegou na mão da gente, que a gente viu, a gente foi ver que não tinha nada pra gente, até os empregos era tudo pra quem vinha de fora, pessoal da região [do Alto Trombetas] ia chupar o dedo. Então, quando a gente pegou esse documento e mostrou pro pessoal de todas as comunidades como que era o projeto, que era aquilo, ai todo mundo se organizou e ai a gente falou pela uma boca só, pela uma linguagem só, ninguém aceita desse jeito (Silvio Rocha, 46 anos, coordenador da comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, 29/10/2013).

Observa-se do relato que o “entrar na justiça” pressupõe a solicitação de audiência pública<sup>52</sup>, como estratégia utilizada para o enfrentamento com a mineradora, pois tal procedimento implica na participação da sociedade civil, além, é claro, dos principais afetados, revelando um espaço social de confrontos de ideias, concepções, valores e interesses. Contudo, é nesse espaço que os atingidos pelo projeto podem se expressar, expor

<sup>52</sup> Nos casos de processos de licenciamento ambiental que provoquem significativo impacto ambiental, como, por exemplo, a construção de hidrelétricas, mineração, sempre que o órgão ambiental julgar necessário, ou quando solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público ou por 50 ou mais cidadãos (Resolução nº 009/1987 do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, publicada no DOU 05/07/1990).

seus argumentos, mostrando “que todo mundo se organizou e aí a gente falou pela uma boca só, pela uma linguagem só, ninguém aceita desse jeito”.

Diante desse fato, pela primeira vez, o governo do estado do Pará reconhecia a existência de comunidades remanescentes de quilombo no município de Oriximiná. Por meio de suas campanhas, os negros conseguiram a primeira audiência pública com a Alcoa, em 12 de agosto de 1991, fato que se tornaria marco histórico de luta e resistência, quando puderam externar à sociedade civil e ao governo (estadual e federal) o desgaste e as agressões aos habitantes e às suas terras pela mineradora, reafirmando uma postura de enfrentamento, além de reivindicar o reconhecimento de seus territórios secularmente ocupados e, agora, expropriados pelos grandes projetos.

**Figura 17:** Audiência Pública para licenciamento ambiental solicitado pela Alcoa.



**Fonte:** Arquivo CPI-SP, 1994.

Em janeiro de 1992, as mineradoras Alcoa e Billiton negociaram sua concessão de lavra com a Mineração Rio do Norte, associando seu capital a essa mineradora, ficando esta comprometida com o fornecimento de Bauxita para aquelas empresas, adiando a implantação do projeto<sup>53</sup>. Uma batalha vencida na guerra pelo direito de existir dos negros do Trombetas.

<sup>53</sup> Em 2012, o ICMBio concedeu a MRN autorização para as pesquisas geológicas na área dos platôs (Cruz Alta, Cruz Alta Leste, Peixinho e Rebolado), incidentes nas Terras Quilombolas do Alto Trombetas e Jamari/Último Quilombo. Segundo comunidades quilombolas da região, as famílias não foram consultadas sobre a instalação do empreendimento, já em processo de abertura de estrada e deslocamento de funcionário em direção ao platô Cruz Alta. Denúncias de lideranças das comunidades quilombolas levou o Ministério Público a abrir um

Entretanto, observa-se que havia naquele rio outro combate, talvez o maior e mais difícil a ser vencido: a construção da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Porteira, edificada para fins de abastecimento de energia para o Distrito Industrial da cidade de Manaus – AM, suprimindo as deficiências da Hidrelétrica de Balbina e das mineradoras da região (MRN e Alcoa), sem contemplar Oriximiná. O projeto contava com apoio de políticos locais, empresários e parte da população urbana e rural do município, ansiosos por ver a Eletronorte gastar na obra 672 milhões de dólares, apenas na sua primeira fase (Jornal Pessoal, nº 48, setembro de 1989, p. 3).

Em suas campanhas pelas comunidades remanescentes de quilombo e na cidade de Oriximiná, a Eletronorte divulgava que a construção da usina empregaria, aproximadamente, 5.000 pessoas, sendo que o maior número das vagas oferecidas se destinava aos oriundos da região do Alto Trombetas (Jornal de Santarém, 1992). Conforme relatos dos remanescentes, as vagas designadas a eles se restringiam a trabalhos braçais, como "peão de obra" e, outras, como cozinheiras, lavadeiras, carpinteiros, atendendo a demanda da primeira fase da obra, a construção da barragem.

Os empregos permanentes e de maior remuneração exigiam um nível de escolaridade superior ao da maioria dos moradores do Alto Trombetas. Neste sentido, a Eletronorte adota os mesmos procedimentos da mineradora Alcoa, enfatizados por Silvio em relato supracitado, quando "os empregos era tudo pra quem vinha de fora, o pessoal da região [do Alto Trombetas] ia chupar o dedo". Há de se perceber, ainda, que a resistência explicitada pelo narrador, não é ao trabalho assalariado, mas ao subemprego, ao desemprego ou o assalariamento temporário oferecido aos negros pelas empresas instaladas na região.

A implantação dos grandes projetos na região, como sinônimo de progresso, corroborou com a degradação ambiental, assim como para expulsão de populações inteiras de suas terras, entendidas como obstáculos ao desenvolvimento. Explorados e humilhados, esses sujeitos históricos resistiram e organizaram suas lutas, criando e recriando estratégias que mobilizaram o grupo, mesmo sobre ameaça da polícia, ou, tendo que brigar com "nossos próprios conterrâneos".

Eu lembro que uma vez a gente foi na Cachoeira Porteira é, celebrar uma missa lá e mostrar o vídeo pro pessoal lá, o que tinha acontecido na Balbina, Tucuruí e houve um cara lá que ele foi buscar a polícia lá pra jogar com a gente de lá. Eu lembro

---

inquérito civil público e, posteriormente, recomendar a paralisação dos estudos até a realização da consulta prévia. Atendendo a tal recomendação em fevereiro de 2014, o ICMBio suspendeu a autorização da MRN até a realização da consulta prévia aos quilombolas. Até o momento, as pesquisas da MRN continuam suspensas. Entretanto, a exploração do platô Cruz Alta encontra-se, atualmente, em processo de licenciamento ambiental com previsão de início da lavra em 2021. Disponível em: < [www.kuilombo.org.br/](http://www.kuilombo.org.br/)>. Acessado em: 16 jan. 2015.

como se fosse hoje, nós éramos eu a professora Neli que já morreu [e] que Deus a tenha, o padre José, [e] mais um rapaz do CIMI [Conselho Indigenista Missionário] que chamavam gordo pra ele e uma filha da professora Neli. Então, o de óculos, aquele de Oriximiná, foi quem levou a gente pra casa dele lá, tipo meio que escondeu a gente lá, que o pessoal tava bravo com a gente, porque não podia falar nada contra, porque era um projeto que oferecia muito dinheiro, então o pessoal ficavam. Então isso que aconteceu [ao] mesmo tempo que a gente tava brigando com as pessoas como é que diz, de fora, com os grandes projetos [ALCOA] que tavam vindo, à gente às vezes queria, não queria brigar com os nossos próprios conterrâneos, mas, às vezes, era o jeito você brigar.

[Então quem chamou a polícia foi um conterrâneo ou a Eletronorte?]

Não, na verdade não, foi o cara que foi chamar, não era daqui, e ele era um representante da empresa [Eletronorte] aí né, mas ele tava rodeado de pessoas.

[Da comunidade?]

Da comunidade da Cachoeira Porteira, isso aconteceu na Cachoeira Porteira. E o resultado disso até hoje eles não conseguiram ser uma comunidade organizada e nem ter a titulação deles, porque eles não aceitaram a ajuda da ARQMO. Na época recusaro.

[Eles, os moradores de Cachoeira Porteira queriam a hidrelétrica?]

Eles queriam a hidrelétrica, por quê? Porque a maioria [das] pessoas que mora, moram lá até hoje erro [eram] pessoas que já tinham vindo de fora e se implantaram lá. E com as ideias deles [os de fora] conseguiram dominar os outros de lá [os que nasceram na comunidade de Cachoeira Porteira] pra aceitar, porque o negócio do pessoal de fora é dinheiro, ele não quer saber como, ele quer saber de ter dinheiro. Então, dai aquela coisa que eu volto, que eu falei aqui do Boa Vista, você [precisa] ter o controle de quem entra e de quem sai, pra que não aconteça aqui [na comunidade de Boa Vista] como aconteceu com a [comunidade de] Cachoeira Porteira (Silvio Rocha, 46 anos, coordenador da comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, 29/10/2013).

A narração de Silvio permite acompanhar dimensões das experiências vividas pela população negra do Trombetas, quando sua reação contra a expropriação e a dominação é rotulada como “arruaça”, “desordem”, sendo criminalizada e desmoralizada pela atuação violenta da polícia [militar e federal], atuantes no interesse econômico da empresa na região.

A Eletronorte, com o auxílio da polícia militar, na tentativa de desarticular o movimento quilombola do Trombetas e da Coordenação dos Atingidos por Barragem do Trombetas, em sua ações de conscientizar a população dos impactos causados pela construção da usina, proibiu qualquer tipo de manifestação contrária à empresa na comunidade de Cachoeira Porteira, principalmente a exibição de vídeos documentários que mostravam dois casos desastrosos e criminosos da atuação da Eletronorte, as Usinas Hidrelétricas de Balbina (rio Uatumã - AM) e Tucuruí (rio Tocantins - PA).

É importante enfatizar que a maior parte dos moradores da comunidade de Cachoeira Porteira era antigo funcionário da construtora Andrade Gutierrez, responsável pela abertura de um ramal de 220 km ligando Cachoeira Porteira a BR-210, “cerca de 450 famílias residentes numa autêntica favela rural, a chamada “vila da estrada” (O Liberal, 1989). E os outros tantos atraídos pelos megaprojetos da região (MRN, Eletronorte, ALCOA) estavam desejosos para a obra começar.

“O pessoal de fora” também estabeleceu laços de parentesco pelo casamento e, dessa forma, como afirma Silvio em entrevista acima transcrita, influenciando e dominando os que nasceram no Trombetas, para aprovação da construção da usina, “porque o negócio do pessoal de fora é dinheiro, ele não quer saber como, ele quer saber de ter dinheiro”.

A Usina hidrelétrica de Cachoeira Porteira está planejada para ser construída no rio Trombetas, a 5 m do encontro com o rio Mapuera, aproximadamente, 9 km da comunidade de Cachoeira Porteira. O início da obra estava marcado para começo de 1990, entretanto, pressões das comunidades e entidades nacionais e internacionais, exigindo da Secretaria Estadual de Saúde um exame mais aprofundado sobre o volumoso relatório de Impactos Ambientais, que, a exemplo de projeto já mencionado mais acima, não observava a existência das comunidades remanescentes de quilombo do Alto Trombetas, sendo adiado para 1994 o início das obras.

A julgar por seu histórico de atuação com a população de atingidos por projetos executados pela Eletronorte (Balbina e Tucuruí), se esclarece a preocupação dos moradores dessas comunidades, dando um panorama do que seriam suas consequências. Outro ponto delicado seria as indenizações “justas” ou compensatórias em caso de deslocamento, o quê, no entanto, apenas contemplaria aqueles que tivessem suas terras tituladas. No caso das comunidades negras do Trombetas, a história e as memórias serão os únicos documentos para comprovar a ocupação do rio Trombetas e seu afluente Erepecurú, desde o século XIX, por escravos fugidos, antepassados de muitos que nasceram e ainda vivem naquele rio.

Havia uma certeza entre os negros do Trombetas: se a usina hidrelétrica de Cachoeira Porteira fosse construída, perderiam eles as suas terras, seus modos de viver, criar, fazer e de expressar sua religiosidade. A Cachoeira Porteira, para aqueles sujeitos, é mais do que paisagem natural, se constitui em dimensão viva, e, como tal, ameaçada de morte. O informativo quilombola “A Ronqueira” em sua primeira edição alerta às comunidades remanescentes de quilombo de Oriximiná que “a mãe dos negros está sendo ameaçada de morte pelo governo, a mãe Cachoeira Porteira”, que, desde em tempos idos, protege e nutre seus filhos.

Porteira é também um espaço de memórias do passado, uma “terra santa”, uma “mãe”, como expressa a música Mãe Cachoeira, de autoria de Carlos Printes:

Ô mãe cachoeira se não fosse você eu não vivia feliz / Ô mãe cachoeira você é terra  
santa do nosso país  
Você é a coisa mais linda que sua beleza vai nos encantar / Agora que a coisa mudou  
fazem grandes projetos para te derrotar

Ô mãe cachoeira se não fosse você eu não vivia feliz / Ô mãe cachoeira você é terra  
santa do nosso país  
Lá viveram nossos avós com grande fartura, sem preocupação / Lá eles viviam  
felizes, eram libertos da escravidão (Canto Quilombola, de autoria de Antônio  
Carlos Printes).

A música fez parte da resistência das comunidades remanescentes de quilombo do rio Trombetas. Os cantos quilombolas deveriam ser entoados em todos os eventos sociais, pois “a gente também sempre teve aquele dom de fazer música, às vezes, falando um pouco da luta da gente, tentando fazer o modo de, passar o que a gente sabia pras pessoas né, então através da música aí é”, conscientizando sobre os perigos oferecidos pelos grandes projetos e arregimentando-os para a luta. Assim como o samba que surge da necessidade de expressar o que o povo negro vivia, sua condição social, sua luta e resistência, contando outra história desses brasileiros a partir de suas vivências em seus próprios espaços<sup>54</sup>.

As letras das canções dos quilombolas do Trombetas denunciavam os grandes projetos e suas consequências maléficas, a destruição da natureza e, por sua vez, dos próprios negros, tendo sua floresta, castanhais e lagos inundados pela represa que se formará. Derrotar a Cachoeira Porteira é apagar do mapa os caminhos percorridos e os obstáculos vencidos por seus antepassados em busca de liberdade. Portanto, a música, nesse sentido, também resgata a história e a memória de resistência e luta de homens e mulheres que passaram pela porteira, onde “viviam felizes, eram libertos da escravidão”<sup>55</sup>.

A construção da hidrelétrica de Cachoeira Porteira mobilizou todas as comunidades negras do município de Oriximiná, pois o plano de expansão do projeto incluía outra hidrelétrica na Cachoeira do Chuvisco, no rio Erepecurú. De acordo com a Comissão Pró-Índio (2011), a área total a ser inundada por tais hidrelétricas soma 5.530 quilômetros quadrados, com impactos em terras indígenas (Nhamundá-Mapuera; Trombetas-Mapuera, Kaxuyana-Tunayana e Zo'ê) e comunidades quilombolas (Cachoeira Porteira, Alto Trombetas e Erepecuru)<sup>56</sup> (CPISP, 2011).

Há de se perceber que, ao defender seu território, seus recursos, suas florestas e sua própria sobrevivência, os remanescentes de quilombo do Trombetas não lutavam só contra a omissão do poder público municipal, apoiadores dos grandes projetos. Mas, sobretudo contra o Estado, cuja presença e ações atribuem legitimidade na atuação de agentes expropriadores

<sup>54</sup> Compreendemos o samba como resistência e também como espaço de socialização de grupos socialmente marginalizados, como as rodas de samba na casa da Tia Ciata que “simbolizava toda resistência musical à cortina de marginalização erguida contra o negro em seguida a abolição” (SODRE, 1998, p. 15).

<sup>55</sup> Excerto da letra da música Mãe Cachoeira de Antônio Carlos Printes.

<sup>56</sup> Conforme dados da Comissão Pro-Índio, na bacia do Rio Trombetas, o Plano Nacional de Energia projeta 15 empreendimentos hidrelétricos: 13 deles contam com estudos de inventário; um com estudo de viabilidade e um com projeto básico (CPISP, 2011).

na região, como no caso relatado por Silvio, em que a polícia é chamada por representante da Eletronorte para impedir a exibição de vídeos que mostrassem “o que tinha acontecido na Balbina e Tucuruí”.

Nesse cenário, os remanescentes tiveram de enfrentar o “gigante” que se apresentava como o redentor de um povo pobre e sofredor, oferecendo as benesses do desenvolvimento para a região e sua população. Valendo-se da ausência do Estado, a Eletronorte oferecia e construía instalações escolares, posto de saúde, barracão comunitário, igreja, e contava ainda com a parceria da prefeitura de Oriximiná. Porém, a manutenção de tais benefícios estava vinculada à permanência da empresa e consequente construção da usina.

No mesmo período dos acontecimentos no rio Trombetas, na década de 1990, o Brasil sediava um grande evento de debates ambientais: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada entre os dias 3 e 14 de junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro. O evento, que ficou conhecido como ECO-92 ou Rio-92, teve como fórum principal a Cúpula da Terra, no Riocentro, reunindo delegações dos países participantes.

Em paralelo ao evento principal, acontecia no Aterro do Flamengo o Fórum Global, o qual contou com a participação de Ongs e movimentos sociais de vários países, entre eles a ARQMO e lideranças das comunidades quilombola, como O Sr. José dos Santos, da comunidade de Boa Vista. Os remanescentes de quilombo da região denunciam então, novamente, os grandes projetos mineradores, as unidades de conservação: Reserva Biológica do Trombetas e a recém criada Floresta Nacional Saracá-Taquerá, que se sobrepôs ao território das comunidades do Alto Trombetas e Boa Vista, além da construção da Hidrelétrica de Cachoeira Porteira, momento em que também exigiram a aplicação do artigo 68 do ADCT.

Nesses eventos nacionais e internacionais, onde se discutiu a questão ambiental, teve a possibilidade o movimento quilombola do Trombetas de associar-se a outros movimentos com ideais semelhantes (Conselho Nacional dos Seringueiros e Movimentos Atingidos por Barragem), aliando-se à causa global pela preservação da Amazônia e, assim, consolidando o próprio movimento.

Percebe-se que os acontecimentos que marcaram a década de 1990 desencadearam debates no mundo inteiro, inclusive no próprio Brasil. Os problemas ambientais, as queimadas na Amazônia, o extermínio de índios, as consequências ambientais das construções de hidrelétricas e da exploração mineral e seus impactos nas populações locais, ganharam notoriedade na mídia nacional e internacional.

Valendo-se de tal conjuntura, o movimento quilombola do Trombetas se fortalece e ganha visibilidade, sendo decisivo nas conquistas de homens e mulheres daquele rio, porém, sua principal conquista, ainda estava por vir. No 4º Encontro Raízes Negras, realizado na comunidade da Tapagem, em julho de 1992, cobrou-se, entre outras coisas, a titulação das terras dos remanescentes de quilombo do Alto Trombetas, cujos estudos já tinham sido concluídos e não restava dúvidas quanto à origem de tais comunidades. No entanto, até aquela data, não foi dada a entrada em nenhum processo.

Após o encontro, os remanescentes de quilombo do Trombetas ampliaram amadurecimentos políticos, diante da morosidade do governo em relação à titulação de suas terras. Entre o território das comunidades escolhidas havia duas unidades de conservação, a Reserva Biológica do Trombetas e a Floresta Nacional Saracá-Taquerá, sobrepondo-se as suas terras, o que se apresentava como um grande obstáculo. Dessa forma, as lideranças quilombolas decidiram pela mudança de estratégia, escolhendo comunidade de menor extensão para iniciar o processo de titulação, qual seja a de Boa Vista.

Em suma, as pressões e conflitos territoriais na região do Alto Trombetas tiveram um papel importante na gênese do movimento de resistência dos negros do Trombetas. A partir desses eventos, que colocavam em risco seus modos de vida, portanto, sua própria existência, esses sujeitos estreitaram seus laços familiares e históricos se mobilizando em defesa de suas terras.

Ao assumir a identidade política de remanescente de quilombo, cuja bandeira de luta aplica o artigo 68 do ADCT, como solução aos conflitos fundiários e, assim, impedindo o avanço dos grandes projetos sobre suas terras, esses sujeitos mobilizaram-se e organizaram-se, a fim de lutar pelo direito de existir, o que Silvio Rocha sintetiza nas seguintes palavras: “tudo isso começou por que a gente decidiu viver. Viver bem, com dignidade, ser tratado como gente”.

### 3 “ESSA TERRA DE QUILOMBO É UMA PROPRIEDADE DOS QUILOMBOLAS DO BOA VISTA”

(...) quando foi onze e meia ele [o presidente do INCRA, Francisco Graziano] ligou pro Manduca [Manuel Edilson] [e disse] que ele tava chegando lá no Porto Trombeta de avião. Aí o carro com o Manduca pegaro o carro e furo buscar [Francisco Graziano] lá no europorto [aeroporto de Porto Trombetas] quando ele chegou lá, a modo tremia aquela ferinha [em Porto Trombetas] de foguetes de vê que ele veio mermo. Aí todo mundo, deu muita imensidade de gente, deu gente que ninguém sabe nem de onde veio (Alcindino Pereira de Jesus, 71 anos, comunidade de Boa Vista, Oriximiná, em 31/10/2013).

Era 24 de novembro de 1995, lembra seu Alcindino Pereira de Jesus, morador da comunidade quilombola de Boa Vista, quando a comunidade aguardava apreensiva a chegada do presidente do INCRA, Francisco Graziano Neto, para a entrega do título de propriedade de Boa Vista, em nome da associação criada especialmente para esse fim.

A Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Boa Vista (ACRQBV) gerencia coletivamente a terra e os recursos nela existentes. A propriedade titulada e registrada em nome da associação, segundo orientações da Associação Brasileira de Antropologia naquele momento, deve respeitar formas próprias de “apropriação da terra e a ativação de seus usos e costumes” (ABA Apud NUER, 1997, p. 84)<sup>57</sup>.

Aquele dia amanheceu ensolarado no rio Trombetas. Os moradores da comunidade de Boa Vista acordavam para fazer os últimos ajustes para a grande festa da entrega do tão sonhado título de propriedade. Havia sido construído um grande barracão de festas coberto com palha de ubim<sup>58</sup> próximo à igreja, onde dançaram e cantaram até amanhecer.

O porto da comunidade estava repleto de embarcações, vindas de todas as comunidades remanescentes de quilombo do município de Oriximiná. Esperava-se também autoridades municipais, estaduais e federais, além de entidades apoiadoras, representantes do movimento negro e lideranças quilombolas de Óbidos, Alenquer, Santarém, Belém, até mesmo de Brasília, como narra dona Zuleide dos Santos.

Teve muita gente, veio gente de todo lugar, muita gente, de Belém, de Brasília, de Oriximiná, deu muita autoridade aí na entrega desse título.  
[Onde foi a entrega?]  
Foi lá, lá no centro.  
[No centro comunitário?]  
É  
[Então, teve uma festa grande?]

<sup>57</sup> Cabe registrar a realização à época de inúmeras reuniões de orientação para os quilombolas de Boa Vista pela Associação Brasileira de Antropologia, com a presença marcante da antropóloga Lúcia Andrade.

<sup>58</sup> Palmeira cujas folhas são costumeiramente empregadas para esse fim na região.

Teve, teve uma festa grande, todo remanescentes de quilombo tava aí, foi o primeiro título a nível Brasil, foi a primeira terra titulada foi aqui. Foi uma festa muito boa, foi uma festa muito. É inesquecível (Zuleide Viana dos Santos, 58 anos, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, em 29/10/2013).

Percebe-se na narração de dona Zuleide que o dia 24 de novembro de 1995 era a consagração de anos de luta pela regularização de suas terras, sete longos anos de mobilização e pressão, a contar da promulgação da Constituição Federal de 1988. A emoção tomou conta de todos os remanescentes quilombolas ao ver seu jovem coordenador, na época com 27 anos, recebendo “o primeiro título a nível Brasil”, afirmando que “a primeira terra titulada foi aqui”. No entanto, em nosso diálogo, ela enfatiza que a assinatura não ocorrera naquele dia: “o Manduca foi lá [em Brasília], que era o coordenador na época, e assinou o título lá em Brasília”.

No dia 20 de novembro de 1995, o coordenador da comunidade remanescente de quilombo de Boa Vista, Manuel Edilson Santos de Jesus, assina, em meio às comemorações dos trezentos anos da morte de Zumbi dos Palmares, juntamente com o então presidente da república Fernando Henrique Cardoso, o título de domínio de terras da comunidade Boa Vista com base no artigo 68 do ADCT, evidenciando que, com boa vontade política, o referido artigo era autoaplicável, fortalecendo as reivindicações de inúmeras comunidades remanescentes de quilombo em todo Brasil.

Porém, vale dizer ainda que, no período de 17 a 20 de novembro de 1995, em Brasília, realizou-se o “I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas”, com o tema “ 300 anos de Zumbi: os quilombos contemporâneos e a luta pela cidadania”, quando contou com a participação de comunidades negras rurais de diversas regiões do país, cujos representantes entregaram suas reivindicações ao então presidente da república. Entre os participantes estava Manuel Edilson, representante da comunidade de Boa Vista, juntamente com membros da diretoria da ARQMO. Diante disso, compreende-se a assinatura do título de propriedade da Comunidade de Boa Vista também como uma forma de acalmar os ânimos exaltados dos movimentos das comunidades negras quilombolas em todo o Brasil, quando se exigia a aplicação do referido artigo 68 do ADCT.

A festa na comunidade foi inesquecível, conta dona Zuleide.

(...) quando nós vimos o nosso coordenador que foi o Manduca [Manoel Edilson, à época com 27 ano], um jovem, eu acho que ele inda não tinha, dá não tinha nem trinta anos, eu acho, que na época tinha uns vinte nove anos, por aí. Quando vimos aquele jovem dando aquela assinatura, lá assinando, e o esforço que ele fez, e ele assinando lá, e o pessoal cantando e delirando, aí aquela maior alegria.

[Só cantava...]

Em?

[Cantavam?]

Mas cantava. Nossa Senhora, tinha muito artista aí da terra mesmo aí, muito artista da terra mesmo e cantavo e acompanhavo aí.

[Seu pai era um artista da terra?]

É, meu pai [Rafael Viana]. É, tinha muito deles aí. Foi muito bonita a entrega do título, as bandeiras foi assim. É muito, deu até, teve, gente que chorou assim de vê aquela grande emoção, assim a de alegria.

[Todas as comunidades remanescentes?]

Todas as comunidades

[Vieram pra cá?]

Todas as comunidades remanescente de quilombo todo deu muita gente.

[vocês apresentaram algum tipo de dança tradicional de vocês, de cultura?]

A gente apresentou, até apresentou.

[que dança apresentou?]

Tem lundu que maior dança assim que apresenta[ram] na época, que era apresentada aí era lundu, era, é murzuca aquela a zinza, e os mais velho dançavo. Mas o que foi apresentada foi lundu e disfeitera (Zuleide Viana dos Santos, 58 anos, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, em 29/10/2013).

Nota-se que o momento narrado é de exaltação, não apenas de Boa Vista, mas de todas as comunidades remanescentes de quilombo no rio Trombetas e Erepecurú, pois este era o primeiro passo para a regularização de outras terras quilombolas no município de Oriximiná e um modelo a ser seguindo em todo país. A narração também evidencia a festa da entrega do título como um momento de afirmação da identidade de “remanescente de quilombo”, expressão ressemantizada e utilizada “pelos grupos para designar um legado, uma herança cultural e material que lhes confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico” (ABA Apud NUER, 1997, p. 81).

A história de luta dos negros da região também são contadas e cantadas em encontros e festas. O canto quilombola “Força do Negro” tornou-se um hino entoado em todos os encontros de “remanescentes de quilombo” no município, pois ao falar de força e superação sintetiza o sentimento de vitória desses sujeitos:

Olha a força do negro chegou no Trombetas e no Erepecurú (bis)

Mas eu queria que essa força fosse desde o tempo dos nossos avós / só que naquele tempo negro não tinha valor (bis)

Na eleição da constituinte o direito do negro se aprovou

Olha a força do negro chegou no Trombetas e no Erepecurú (bis)

O minha nega chega aqui e vamos desatar esse nó / vamos dançar agarradinho o nosso carimbó

Olha a força do negro chegou no Trombetas e no Erepecurú (bis)

Essa nega tá lutando, tá botando para quebrar / já estive em Brasília, já estive em Macapá, já estive em São Paulo, já estive no Ceará, já estive no Amazonas e agora está no Pará

Olha a força do negro chegou no Trombetas e no Erepecurú (bis)

(Carimbó Força do Negro, compositor: Rafael Viana)

Este canto quilombola foi escrito no início da década de 1990, de autoria de Rafael Printes Viana, pai de dona Zuleide dos Santos. Percebe-se que a letra conta a história de luta dos negros por seus direitos a terra e cidadania, conquistados na Constituição Federal de

1988. Evidenciando que seus antepassados não tiveram a mesma “força”, pois naquela época, anterior à nova Constituição, o “negro não tinha valor”, revelando um passado de privações de direitos, injustiças social e racial, eram “mocambeiros” esquecidos pelo poder público. Dessa maneira, a palavra “força” assume dois sentidos: o de determinação dos negros e de estímulo, quando suas lutas recebem apoio de entidades e da própria lei, artigo 68 do ADCT, reconhecendo o negro remanescente de quilombo como sujeito de direitos.

A letra da canção está carregada das vivências e experiências de Rafael Printes Viana, como militante do movimento quilombola do Trombetas e fundador da ARQMO, não falando, portanto, a partir de um lugar neutro, mas de um lugar seu e do grupo a que pertence. Rafael morava na comunidade do Abuí, no Alto Trombetas. Como referido no capítulo anterior, foram os moradores dessa localidade ameaçados de expulsão pelo seu pretense “dono”. Em vista disso, percebe-se que o refrão faz menção à resistência e organização dos quilombolas, bem como às primeiras vitórias; “olha a força do negro chegou no Trombetas e Erepecurú”.

O fragmento “vamos desatar esse nó”, expressa os obstáculos enfrentados para titulação, destacando a figura feminina como articuladora, a “nega” que senta e discute as saídas para os problemas, aquela que “bota para quebrar”, que não mede esforços, que viaja pelo Brasil, lutando para que os direitos dos seus filhos sejam respeitados.

Da mesma maneira, valorizando a figura feminina, o excerto “essa nega está lutando”, refere-se às mulheres negras do Trombetas e Erepecurú: mãe, esposas e filhas que militavam no movimento quilombola, como dona Zuleide e Rosa Colé, respectivamente, filha e esposa de Rafael Viana. Por outro lado, arrisca-se afirmar que a figura feminina retratada na letra da música é uma referência à ARQMO, considerada a mãe de todas as comunidades e associações, evidenciando na letra da canção os caminhos percorridos e os entraves por ela enfrentados e superados.

Em suma, o canto quilombola “Força do Negro” fala da experiência de luta, resistência e mudança de consciência. Portanto, a música, para os quilombolas de Oriximiná vai além de sua manifestação artística, ela está impregnada de discurso político importante para o desenvolvimento das lutas históricas<sup>59</sup> das comunidades negras do Trombetas.

Foi naquele contexto, aludido na composição de Rafael Viana como momento histórico marcado pela mobilização, articulação e amadurecimento político, o que nesta pesquisa se designa Movimento Quilombola do Trombetas, que, depois de discussões internas

---

<sup>59</sup> Acompanha-se aqui conceitos da obra de Paul Gilroy (2001), quando chama atenção esse autor para a música como dimensão da luta política.

sobre a extensão da área e forma da titulação (individual ou coletiva), se opta pelo início do processo de titulação que teve então como interessada a comunidade de Boa Vista.

Assim, neste capítulo se analisará as formas com que a comunidade de Boa Vista se organizou e construiu sua identidade étnica, política e histórica de quilombolas, legitimada por percurso próprio de lutas, forjando de dentro de seus modos de vida uma nova identidade social expressa nas práticas políticas e culturais implementadas pela comunidade naquelas disputas pela regularização e titulação de suas terras.

Para realizar tal análise, procurou-se ver as motivações para a escolha de Boa Vista, seu modelo de organização, o qual servirá como referência para outras comunidades, fortalecendo reivindicações pelo direito a terra por quilombolas no Brasil. Discute-se ainda a luta pela sobrevivência social, política e cultural dos quilombolas de Boa Vista, destacando-se as manifestações religiosas e festas tradicionais. Com base nas narrativas orais de quilombolas do Trombetas, objetiva-se compreender quando e como essas experiências e vivências serão evocadas para a construção de uma identidade quilombola.

Apoiados na memória e na história que compartilham sobre o passado, esses sujeitos fizeram e fazem a leitura de acontecimentos que elegeram/elegem como importantes, para afirmarem seus direitos, mesmo diante de tantas pressões e perseguições. Assim, a partir da cultura como elemento constitutivo do social, compreende-se as dimensões das experiências e vivências de luta que produzem, historicamente, a memória dos homens e mulheres quilombolas da comunidade de Boa Vista.

A partir do relato de suas memórias, busca-se ainda demonstrar como os moradores da comunidade de Boa Vista vivenciaram diferentes situações, elaboraram e reelaboraram estratégias para afirmação da identidade de remanescente de quilombo, e, assim, reivindicar direitos sobre suas terras.

### **3.1 “Boa Vista foi o primeiro degrau, a porta de entrada pra todas as titulações do Trombetas”**

De acordo com Lúcia Andrade (1995), as comunidades remanescentes de quilombo do município de Oriximiná, em sua luta pela titulação de suas terras, enveredaram-se em caminhos diversos, uma vez que não havia, até aquela data, um dispositivo constitucional que

regulamentasse o artigo 68 do ADCT, o que só ocorreu em 2003, com o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

No caso de Boa Vista, o processo é direcionado ao Poder Executivo Federal, para efetivação pela via administrativa. Dessa forma, a comunidade dá início ao procedimento administrativo de nº 21411.000081/94, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/PF Santarém/PÁ, em 1994 (INCRA, 1995).

É importante destacar que a escolha da comunidade de Boa Vista faz parte de um contexto complexo de mudança de estratégias e amadurecimento político, ou seja, de progressos e recuos experimentados pela ARQMO.

Na verdade a luta da ARQMO com relação à Boa Vista é foi engraçado, porque a gente organizou as comunidades, a gente pensou em começar pela uma área maior [Alto Trombetas e Erepecurú]. E a ARQMO... nós fomos até Brasília e começamos a discutir com os procuradores que deveríamos mexer na Reserva Biológica, na Floresta Nacional, aí os procuradores disseram que era melhor mesmo, nós chegamos depois percebemos que tava difícil (...) (Daniel Souza, membro do conselho diretor das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará (Malungo), 55anos, comunidade quilombola do Jauari, rio Erepecurú. Oriximiná, em 05/11/2013).

Em março de 1991, a diretoria da ARQMO encontra-se em audiência com o procurador da república, em Brasília, momento em que se apresenta o resultado dos estudos solicitados para regularização da região do Alto Trombetas: Tapagem, Abuí, Paraná do Abuí e Mãe Cué, abrangendo um território de 275.000 hectares, o qual se apresentava como prioritário. Entretanto, o Procurador Wagner Gonçalves alerta as lideranças sobre as dificuldades para regularizar uma área cujas terras haviam sido sobrepostas por duas unidades de conservação (Reserva Biológica e Floresta Nacional Saracá-Taquera). Lembra Carlos Printes:

Wagner Gonçalves era o procurador nesse tempo, né, era o chefe lá, ele falou pra nós que ia ser difícil a gente conseguir devido ser, é.. a aquela área lá [Alto Trombetas] tá em unidade de conservação, que tinha a Reserva Biológica e aí ia ser difícil. Então, o que a gente podia fazer era ver se escolhia uma outra comunidade, uma outra área pra a gente tentar logo já ir fazendo, é, a titulação. Até que essa área aí [Alto Trombetas] a gente fosse tentando resolver. E aí foi que nós voltamos de lá e pensamos em titular a área lá do Erepecurú (Antônio Carlos Printes, 51 anos, comunidade do Abuí, entrevista realizada em 23/10/2013, em Oriximiná).

Observa-se do relato que o território do Erepecurú<sup>60</sup>, com 218.044,2577 hectares, ocupado pelas comunidades Pancada, Araçá, Espírito Santo, Jauari, Boa Vista do Cuminã, Varre Vento, Jarauacá e Acapu, constituídas por 154 famílias seria a segunda opção para dar

<sup>60</sup> Titulada pelo Incra em 1998 e pelo Iterpa em 2000. Dimensão: 218.044,2577 hectares. Disponível em: <<http://www.quilombo.org.br/#!/territorios/c1jji>>. Acesso em: jan. 2015.

início ao processo de titulação. Logo após o retorno da diretoria da ARQMO de Brasília, foram realizadas reuniões nas comunidades e, imediatamente, inicia-se o processo de autodemarcação, o qual reúne naquele momento outras comunidades remanescentes de quilombo, em um grande puxirum.

Entretanto, o processo de demarcação da área do Erepecurú desencadeou conflitos envolvendo diversos atores sociais, como quilombolas, não quilombolas, madeireira, fazendeiros, comerciantes e políticos locais. Havia, ainda, a polêmica quanto à forma de titulação coletiva, posto que eram muitas as divergências nesse ponto. A resolução dos conflitos exigiu um longo e cuidadoso processo de negociação que se encerra em 2000, com a segunda parcela do território titulada pelo Instituto de Terras do Pará-INTERPA, conforme informa Daniel Souza, morador da comunidade do Jauari, rio Erepecurú.

Diante dos entraves apresentados, há uma nova mudança de rumo, optando-se por uma única comunidade, e de menor extensão, a comunidade de Boa Vista. Silvio Rocha, hoje coordenador da comunidade, participante do grupo de trabalho para titular as comunidades remanescentes de quilombo do Trombetas, também confirma a dificuldade de se titular extensas áreas como Alto Trombetas e Erepecurú. Nessa situação, ele comenta que, em 1992, “foi voltado todas as atenções de todas as outras comunidades remanescentes no trabalho da titulação da Boa Vista”.

Na narrativa de Carlos Printes, recupera-se o contexto histórico e as motivações que levaram a escolha de Boa Vista para iniciar o processo de titulação:

(...) quando foi mais ou menos em noventa e dois, aí nós pensamos em comprar uma briga com a Mineração Rio do Norte. Aí vamos comprar uma briga com a Mineração Rio do Norte, vamos tentar titular Boa Vista que está do lado dela, aí, é, é. É, vamos, aí a gente planejou todinho e tentamos, fomos lá com a comunidade, fizemos reunião e mobilizamos eles, aí eles aceitaram, e aí foi que a gente na hora de fazer o trabalho de alta demarcação pra identificar por onde era. Aí eles, é, requereram um pedaço pequeno e a gente queria que fosse maior, né, pra poder atingir uma área onde a gente pudesse mais ou menos questionar com a mineradora, e aí a área que a comunidade é mais ou menos disse que eles queriam, o tamanho da área, não chegou mesmo aonde a gente pensava em chegar (Antônio Carlos Printes, 51 anos, comunidade do Abuí, entrevista realizada em 23/10/2013, em Oriximiná).

A narrativa relata o diálogo de Carlos Printes com os membros da diretoria da ARQMO, logo após o “4º Encontro Raízes Negras”, realizado na comunidade da Tapagem, quando traçam novas estratégias para concretização da regularização de terras quilombolas e “comprar uma briga com a Mineração Rio do Norte”. É importante lembrar que desde a instalação da mineradora na região, a comunidade de Boa Vista foi perdendo gradativamente

suas terras para a mineradora, vivendo sob a ameaça de expulsão, pois a mineradora dizia-se dona da área da comunidade.

A reunião da ARQMO foi realizada em Oriximiná e contava com a presença do senhor José dos Santos, uma importante liderança da comunidade de Boa Vista, à época suplente do coordenador financeiro, e atuante na associação desde a sua fundação. Diz ele: “eu trabalhava quatro anos, dois anos na ARQMO como diretor suplente, aí eu conversava com eles [os membros da diretoria da ARQMO], e eles conversavam comigo que tinha que titular a terra” e, dessa forma, garantir a permanência e posse do território, em defesa de seus espaços próprios de vida (ALMEIDA, 2008).

Ao “questionar com a mineradora”, titulando Boa Vista, as lideranças da ARQMO “comprovariam” seu “poder de fogo”, a força e articulação social da associação. “O nosso trabalho a gente teve bastante apoio, assim, é nacional e internacional<sup>61</sup> também, né, a luta nossa. E aí a gente tinha bastante força, né, peso, e a gente queria experimentar, questionar com ela [Mineração Rio do Norte] pra vê se a gente ganhava”, observa Carlos Printes. Em sua narrativa, evidencia Carlos o quanto o movimento quilombola do Trombetas, representado pela ARQMO, adquiriu notoriedade ao longo de suas lutas, consolidando-se socialmente a associação como importante interlocutora das lutas políticas de quilombolas de Oriximiná.

Vale dizer ainda, que, conforme Daniel Souza, outra liderança do movimento quilombola do Trombetas, a mineradora ignorava as lideranças quilombolas, e mesmo a diretoria da ARQMO, transformando a comunidade de Boa Vista em periferia da Vila de Porto Trombetas. Ele lembra que, “nessa época [década de 1990] a Mineração Rio do Norte ela não dava atenção pra gente, né, ela não via a gente [a ARQMO] com bons olhos”, uma vez que pelas práticas políticas da associação junto às comunidades quilombolas eram ameaçados os interesses da mineradora, assim como pretensões de subjugar e estabelecer seu domínio absoluto, sem contestação, na região do rio Trombetas.

O processo de mobilização da comunidade, ou seja, a organização da comunidade para o reconhecimento e titulação da terra, aludido na entrevista acima transcrita, adequando objetivos próprios de acordo com o artigo 68 do ADCT da Constituição, aparece pelas narrativas orais de muitos dos moradores da comunidade, como dona Marina:

ARQMO veio, fiz a primeira reunião, fizemos a primeira reunião, era um barracão velho bem lá perto da casa do meu pai [José dos Santos, conhecido como Vô Marcelo], e eles (onde veio a Lúcia Andrade) que era chefe da ARQMO (de São Paulo), com Carlos Printes, e o Joaquim, Daniel, estes que vieram fazer a reunião. E

---

<sup>61</sup> De acordo com dados fornecidos pela ARQMO, a associação recebeu apoio de entidades internacionais como: Fundação Ford (EUA), OXFAN (Inglaterra), EED (Alemanha).

falaro a mesma coisa: olha, vai passar... nós vamos titular. A ARQMO vai titular essas terras e vocês não vão sair daqui, por mais que jogue um trator em cima vocês, vocês não vão sair daqui por [que] é lei! Vocês abriro isso aqui a terçados e machado, mais vocês não vão sair daqui ( Marina dos Santos, 65 anos, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, em 29/10/2013).

Nessa mesma direção, temos a narrativa de seu José:

Eu vinha aqui pra conversar com povo da comunidade, e a Lúcia Andrade que trabalhava, essa antropóloga de São Paulo, trabalhava na comissão Pro-índio ela também incentivava [Ela vinha pra conversar?] Vinha, ela vinha, ela fazia muita reunião. [O que ela falava nessas reuniões?] Ela falava muita coisa, ela explicava nossos direitos e [a] que nós tinha direito, não era pra se curvar pra mineração, a mineração chegou despois de nós, nós já tava aqui, que era pra brigar pelo título da terra, que essa terra era nossa, e nós tinha direito. Ela [a Mineração rio do Norte] não tinha que jogar nós daqui, ela [a antropóloga Lúcia Andrade] dava aquela força pra nós, e aí a gente ficou e trabalhava mesmo em cima pra titular a terra, até que conseguimos (José dos Santos, 72 anos, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, em 16/11/2013)

Percebe-se nas narrativas que os moradores da comunidade de Boa Vista se sentiam constantemente ameaçados pelo avanço da mineradora, num processo de expropriação que se inicia na década de 1970, intensificando-se a partir dos anos 1980, com assédios constantes pela posse daquelas terras, já bastante reduzidas, como relatam os seus moradores. É importante, ainda, destacar o papel de mediador de seu José dos Santos nesse processo de conscientização e mobilização dos moradores da comunidade para a defesa de suas terras.

Evidencia-se da narrativa de seu José dos Santos que mesmo com a realização de inúmeras reuniões, já tendo se apropriado do conhecimento textual do artigo 68 do ADCT, havia, no entanto, a necessidade de se compreender a lei. As discussões não se limitavam em “explicar nosso direito”, ampliavam os debates para o conhecimento de quais direitos, e como cobrá-los. Dito de outra forma, o dispositivo constitucional não deveria ser simplesmente lido, mas interpretado a partir de elementos da realidade apresentada.

A luta pela titulação incluía a definição da extensão do território que a comunidade utilizava, não só para a moradia, mas para a manutenção e reprodução dos modos de vida do grupo, sua cultura, em áreas de pesca, de caça, e coleta de castanha, frutas e óleos. Nesse caso, é relevante frisar que a necessidade de demarcar o território quilombola de Boa Vista, vai além da posse do território geográfico, sendo, sobretudo, a afirmação e defesa de espaços de vida daquela cultura quilombola.

O território para os quilombolas não é apenas um limite físico e geográfico, é espaço cultural, religioso, social, uma vez que, a própria história da comunidade está aí inscrita. Constrói-se o espaço físico pelas relações sociais de homens e mulheres com a natureza e seus mistérios, mantendo uma estreita relação entre o material e o imaterial, elementos estes que

compõe sua territorialidade (MARIN e CASTRO, 1998). Em vista disto, pensar na delimitação de uma área quilombola deve levar em conta tais elementos, considerando-se as diferentes formas de uso e apropriação da terra (ALMEIDA, 2008).

Nessa perspectiva, a concepção de território extrapola limites físicos, estabelecendo-se numa relação indissociável com a identidade social do grupo, reforçada pelo sentimento de pertencimento e construção de uma “territorialidade específica”, o que define “delimitações físicas de determinadas unidades sociais que compõem os meandros de territórios etnicamente configurados” (ALMEIDA, 2008, p. 29), constituídos em face de trajetórias de mobilização étnica e práticas políticas, por livre acesso aos recursos básicos e a ocupação da terra baseada no uso comum.

A identidade étnica e política dos quilombolas de Boa Vista está intimamente ligada ao território por eles reivindicado, forjados os seus limites territoriais de dentro daquela cultura, o que se observa da fala do Sr. José dos Santos: “essa comunidade aqui do Boa Vista, antes da mineração só era habitada por pessoal dos quilombos, dos primeiros que começou, que era a família de Antônio Honório”. Evidencia-se daí um passado comum, articulado aos objetivos presentes e futuros da comunidade, a titulação da terra. Assim, a identidade étnica de remanescentes de quilombo emerge no contexto de luta e mobilização política presente pelo reconhecimento de suas terras (O’ DWYER, 1993, p. 25).

O trabalho social da memória presente sobre os antigos mocambos mostrou-se, desde o início, indispensável à construção da identidade do grupo atual, sempre articulada àquele processo histórico, como a chegada do casal de escravos Antônio Honório dos Santos e Maria José Conceição, avós maternos do sr. José dos Santos e dona Marina dos Santos, que, resistindo às dimensões sociais amplas da escravidão, construíram sua liberdade nas matas do rio Trombetas, formando o quilombo Boa Vista.

(...) eles [Antônio Honório dos Santos e Maria José conceição] viero fugido pra cá [para o rio Trombetas- Boa Vista] que ela falou, a minha vó falou pra minha mãe [Francisca de Paula] que procurasse parente lá em Pacoval [comunidade remanescente de quilombo, no município de Alenquer] que nós temos parente lá. E lá tem um quilombo, né, que é Pacoval que faz a festa dos negros [Marambiré] né, das raízes negra. (Marina dos Santos, 65 anos, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, em 29/10/2013).

A história, narrada timidamente, e até mesmo desconhecida de muitos, ganha visibilidade em torno de articulações sociais e práticas políticas pela promulgação da Constituição de 1988, iniciando-se na comunidade movimentos de resgate daquele patrimônio, por compreenderem os quilombolas a importância das lutas no campo da

memória para o seu reconhecimento como “remanescente de quilombo”. Diante disso, é forjado o espaço social em defesa da própria história,

às pressas, porque era uma urgência a gente aprender a se defender., Foi então que, a gente foi descobrir quem foram às lideranças [de] antigamente, há muitos anos atrás, né, pra gente desencadear essa luta e garantir nossos direitos [e provar] pro governo que [aqui] vivia remanescente de quilombo a mais de cem anos atrás, entendeu? (Silvio Rocha, 46 anos, coordenador da comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, em 29/10/2013).

A antropóloga Eliane Cantarino O’Dwyer registra em trabalho etnográfico, realizado nas comunidades remanescentes de quilombo do rio Trombetas e Erepecurú, que “a legitimidade desse reconhecimento encontra-se registrada na memória social desses grupos que se apresentam como descendentes de um bisavô ou trisavô ‘mocambeiro’ ao traçar oralmente suas genealogias” (1993, p. 24). No caso de Boa Vista, protagonizam o reconhecimento os netos e bisnetos de Antônio Honório dos Santos.

Ao lembrar a trajetória de fuga e apontar os lugares de memória e história de seus antepassados, os moradores da comunidade de Boa Vista reforçam a sua origem e as formas de apropriação e uso da terra, revigorando nos velhos, e criando nos jovens, um sentimento de pertença sobre aquele território.

(...) eu ainda conheci meus tios, meus tios eu conheci bem, então, a aqui mais embaixo [tendo como ponto de referência a sua casa], era casa do meu tio Balbino, lá próximo a boca do [igarapé] Água Fria era a casa do meu tio Secundino, e pra cá [lado esquerdo de sua casa] tinha a casa da minha tia Finica, ela morou..., ela ficou na casa dos antigos velhos, e quando morreu tudo, o pai, a mãe, ela ficou na casa, a minha tia Finica. [...] Ele [Antônio Honório dos Santos] ficou aqui no meio da enseada, que a casa dele era logo ali [mostrando o local próximo a sua casa], a casa velha dele, e ele deu esse nome de Boa Vista (José dos Santos, 72 anos, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, em 16/11/2013).

As lembranças da localização das casas, das terras de trabalho, dos lagos de pesca, a área de caça e coleta, as culturas agrícolas, as rezas, as crenças, as festas de promessa, desenvolvidas pelos antigos, também foram narradas, como podemos observar nos relatos de outros moradores,

(...) falavam na cultura todo tempo que eles vinham [o] padre [e] a ARQMO, [os] que vinham de São Paulo [comissão Pró-Índio] que não deixasse de ter ao menos uma lembrancinha da cultura dos antepassado, da dança que minha mãe gostava muito, da disfeitera e do lundu e eles aconselhava uma qualquer coisa que vocês sabem, fazem, não deixa cair a cultura, não deixa acabar (Marina dos Santos, 65 anos, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, em 29/10/2013).

As memórias desse passado quilombola foram trabalhadas entre esses sujeitos a partir das lutas presentes debatidas naquelas reuniões, quando lideranças da ARQMO, da comunidade, demais quilombolas, e também a antropóloga Lúcia Andrade (CPI-SP),

articulam a construção de uma nova identidade social, desencadeada por elementos e desafios do presente. Assim, observa-se o processo de constituição da identidade de “remanescente de quilombo” como processo histórico, de luta, e de luta política dos moradores da comunidade de Boa Vista, articulado o seu passado às disputas sociais daquele presente, em constante movimento, retrospectivo e prospectivo (HALL, 2001).

### **3.2. Demarcação e titulação, uma longa negociação:** “por que muitos queriam que fosse demarcado individualmente e a gente não”

Em 1993, foi realizada uma reunião com os moradores de Boa Vista, quando lideranças da comunidade, contando com o apoio da ARQMO e da Comissão Pró-Índio, arrecadaram fundos para iniciar a autodemarcação. O relato de seu Alcindino Pereira de Jesus expõe informações importantes sobre os acontecimentos que marcam a memória social daquele lugar.

(...) reunimos a comunidade aí depois... que antes de chegar o titu... [título] foi a medição.[Manuel Edilson] pediu dinheiro pra medir e aí fizemo reunião lá na comunidade, o Manduca fiz. E no primeiro dia nós fomos quatro pessoa, só cortar o pico, nós cortemo uma banda em dois dia, nós cortemo do lado de baixo beirando o igarapé da Água Fria, dois nós cortemo o pico pra dentro. Aí quando foi no outro pico já foi mais deu mais pessoa. Aí fomo dez roçar porque a extensão foi maior pelo lado de cima, aí nós cortemo três dia passemos cortando ele pra igualar o pico a extrema da Agua Fria lá em cima. E deixo lhe dizer que: o pico mesmo o fundo da Boa Vista não é pronto não tá demarcado mais não foi pronto porque quando o engenheiro demarcou lá, ele [disse]: olha, essas picada pelo lado que nós fizemo isso é só a medida é pra saber a largura e o quadro que é da Boa Vista mais que o fundo da Boa Vista é esse fundo aqui aí (Alcindino Pereira de Jesus, 71 anos, comunidade de Boa Vista, Oriximiná, em 31/10/2013).

Recupera-se na narrativa a experiência do trabalho coletivo, quando utilizam o puxirum, que evidencia o agrupamento de pessoas para realizar uma tarefa, a demarcação dos limites de Boa Vista, contando com a solidariedade de muitos homens que compartilhavam da mesma situação de pressão, exploração, pobreza e ameaças. O puxirum durou cinco dias e contou com o auxílio da ARQMO para articular a participação de todas as comunidades remanescentes de quilombo do rio Trombetas e Erepecurú.

A participação de outras comunidades para “cortar o pico”, também, ganha destaque na narração de seu José dos Santos:

[A ARQMO] também trouxe gente de outras comunidades, lá do Jamari, Jarauacá, pra ajudar fazer o pico aqui, eles [ARQMO] trouxeram também esse pessoal ... Todas essas comunidades, eles trouxeram [o pico foi feito com ajuda de várias

comunidades?] Foi com a ajuda de varias comunidades, tipo mutirão era muita gente, não era só de uma comunidade tinha do Batata, do Jauari, Jarauacá, Serrinha, todas essas comunidades pra cá tinha gente que veio ajudar fazer esse pico, muita gente (José dos Santos, 72 anos, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, em 16/11/2013).

É importante destacar que o trabalho coletivo fortalecia vínculos de vizinhança, camaradagem, mas também significava lazer, solidariedade material e afetiva, uma vez que, todos compartilhavam da mesma experiência de luta pelo acesso a terra e a cidadania. Havia muita cumplicidade, e ajudavam-se mutuamente. Assim, o título de Boa Vista representava a vitória de todas as comunidades, como expõe Silvio Rocha ao observar que “todo mundo se sentia um pouco de boavistense aqui, mesmo não sendo, porque a gente tava engajado numa discussão, então a ARQMO naquela hora, naquele momento era mãe de todos”.

Apesar dos esclarecimentos e discussões na comunidade, ainda restavam muitas dúvidas, colocavam-se naquele momento inúmeras dificuldades, principalmente relacionadas à forma da titulação, individual ou coletiva, reveladas nas narrativas dos moradores entrevistados, como dona Marina dos Santos:

[Dona Marina, em relação à título coletivo e individual, tinham moradores na comunidade que queria o título individual?]  
 Hum hum! Teve gente, mas aqui na nossa [comunidade] não conseguiram individual. Eles [os moradores favoráveis ao título individual] queriam que fosse... [que] dividisse o Patauá [igarapé do Patauá, limite oeste da comunidade] que é mais um pedaço da Boa Vista mais longe, e dividisse a Água Fria [igarapé da Água Fria, limite leste da comunidade] pra ficar Água Fria com título individual, só que eles... não existia. Eles [refere-se à ARQMO, à CPI-SP, e aos moradores favoráveis ao título coletivo] disseram que só era se fosse coletiva, e que eles só iam dar, só ia ter posse da terra os que fosse coletiva, se não fosse [coletivo] que fosse retirado pra outra parte procurar outro canto [para morar]  
 [Mas houve gente que foi contra o título coletivo?]  
 Houve gente que foi contra, contra, foi muita gente que foi contra o título [coletivo]  
 [Eles se retiraram da comunidade?]  
 Não, não se retiraro, mas eles não ero a favor. Um primo meu aí, ele disse: eu tanto faz coletivo como não coletivo eu não sou chegado esse negócio de ARQMO, ele dizia. Mas ele tá aí, ele mora aí na Água Fria. Da parte pra cá tudo isso é nosso, né, e ele [seu primo] mora lá [no igarapé da Água Fria], mas é assim não houve, não conseqüiro [o título individual] até porque a maioria [dos moradores] era tudo coletivo, torceu pra ser coletivo e hoje quando eles querem vender, quando eles querem vender a gente vai lá, um[a] das pessoas que são a favor vai lá, você pode vender, mas retire sua casa, né, porque ninguém não pode vender a terra e é assim (Marina dos Santos, 65 anos, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, em 29/10/2013).

Acrescenta ainda outro morador da comunidade que,

(...) quando as pessoas viram que era o melhor [título coletivo] até porque tinha pessoas que tinha é, muito assim ideias de outras pessoas influenciando pra que não fosse [coletivo], não tivesse esse modelo [titulação coletiva], porque muitos queriam que fosse demarcado individualmente e a gente não. A gente brigava para que fosse coletivamente, porque [individual] ai ficaria muito mais difícil você vender e ter e

migrar pra cidade. (Silvio Rocha, 46 anos, coordenador da comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, em 29/10/2013)

A princípio, a titulação coletiva desencadeou conflitos de interesses, um processo que “implica em transformações e negociações tanto nas relações com aquele que as rodeiam quanto nas suas relações internas” (ARRUTI, 2003, p. 40), como se evidencia pelas narrações de dona Marina e Silvo. Na comunidade havia moradores que não aceitavam essa forma de titulação coletiva, pois queriam ter o controle de sua terra, propiciado pelo título individual, em nome da pessoa física. Outros, no entanto, “brigavam” pelo título coletivo, impedindo, dessa forma, a venda futura da terra, inviabilizando-a para o mercado especulativo imobiliário.

Conforme se pode observar no relato de Silvio, alguns moradores não aceitavam a titulação coletiva por influência de pessoas “de fora”, que se instalaram na comunidade vindas de outros lugares, como Oriximiná, Terra Santa e outras localidades e mesmo os nascidos na comunidade como o primo de dona Marina, morador do igarapé da Água Fria. Alguns moradores chegam a afirmar que a Mineração Rio do Norte, por meio de outras pessoas que moravam na comunidade, como também os nascidos na comunidade que trabalhavam na empresa, influenciavam para a rejeição do título coletivo, uma vez que, com o título individual seria mais fácil para a empresa comprar as terras de Boa Vista.

Diante da resistência encontrada quanto à forma de titulação, a ARQMO e a CPI-SP consideraram de extrema importância intensificar o trabalho de “conscientizar” a comunidade, informando sobre o que é quilombo e o que é ser “remanescente de quilombo”, questões necessárias para a construção e reconhecimento de uma identidade quilombola que se elaborava na emergência de garantir o direito a suas terras. Discutia-se ainda sobre a importância da titulação coletiva e o que era a terra quilombola, nas palavras de Daniel Souza, uma terra que “se dividi a partir da consciência do grupo que ali tá convivendo”.

As expressões quilombo e remanescente de quilombo foram introduzidas nas comunidades remanescente de quilombo de Oriximiná a partir de 1988, pelo movimento quilombola do Trombetas-ARQMO e seus apoiadores, pois “antigamente era assim que eles diziam, preto mocambeiro, né. Ah, é do mocambo”, lembra Daniel Souza.

Atualmente, o termo quilombo é recuperado a fim de designar a situação presente dos seguimentos negros em todo país, quando “remanescente de quilombo” refere-se então ao legado comum, herança cultural e material, que lhes confere referência presencial e sentimento de pertença a um grupo e território (ABA, 1994). Dessa forma, estaria ligado não

exclusivamente ao que o grupo foi no passado, mas “à sua capacidade de mobilização para negar um estigma e reivindicar cidadania” (ARRUTI, 2003, p. 26).

Solucionados os problemas, inicia-se o processo de titulação coletiva a pedido da comunidade, quando seu José dos Santos, Valério Manoel dos Santos, Zionete Maria Ferreira, Antônio César Pereira de Jesus e Gilson Gonçalves dos Santos, por meio de requerimento entregue a chefia regional INCRA-Santarém, solicitam a regularização das terras da comunidade. No requerimento datado do dia 05 de janeiro de 1994, consta a seguinte redação:

(...) neste ato representando a comunidade Remanescente de Quilombo Boa Vista, situada à margem direita do Rio Trombetas, no município de Oriximiná, tendo interesse na regularização em forma de TITULAÇÃO COLETIVA da área ocupada pela referida comunidade, vem respeitosamente, com fundamento no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, requerer a V. as., que determine a formalização do processo, com o objetivo de demarcação da área e, posterior titulação, na forma pretendida.

Requer, também, que o processo formalizado seja apenado ao de nº 0297/92, de iniciativa da Mineração Rio do Norte S/A (Requerimento de abertura de processo Titulação da comunidade remanescente de quilombo Boa Vista, Santarém, 05 de janeiro de 1994)<sup>62</sup>

A comunidade de Boa Vista, de acordo com essa fonte, valeu-se da concepção de que o reconhecimento do grupo dependia apenas de sua autodefinição como “comunidade remanescente de quilombo”, seguida da solicitação para regularização e titulação de suas terras com base no artigo 68 ADCT. Para elucidar a questão, mais uma vez recorro a Daniel Souza, quando explica que “no Estado do Pará foi diferente, o governo achava que nós bastava que a gente fizesse... se identificar, mandar um ofício pro governo dizendo que a gente era comunidade quilombola que aí pra eles já estava resolvido”, dispensando a produção de relatório de identificação e laudo antropológico, estes só seriam exigidos se houvesse contestação da condição quilombola da comunidade (ARRUTI, 2003).

Há ainda a referência no documento citado de ofício de requerimento solicitando a titulação da área ocupada pela comunidade enviado ao INCRA-Santarém, pela Mineração Rio do Norte, em 10 de agosto de 1992, quando reconhece a empresa a longa ocupação das terras da comunidade, identificando-os como “posseiros, na maioria remanescente de quilombos, que há muito habitam o local, e que merecem, com justiça, o título de propriedade do terreno”<sup>63</sup>, o qual ficaria, pelos seus critérios, delimitado em pequena área de ocupação pelas moradias da comunidade, divididas em lotes individuais.

<sup>62</sup> Fonte cedida por José dos Santos, morador da comunidade Boa Vista, em novembro de 2013.

<sup>63</sup> MRN. Requerimento solicitando abertura do processo de Titulação da comunidade de Boa Vista, Santarém, 10 de agosto de 1992.

Nessa direção coloca-se a MRN à disposição do INCRA-Santarém no que “for necessário para realização deste feito, que temos absoluta certeza ser do interesse comum a todos os habitantes do Boa Vista” (Requerimento solicitando abertura do processo de titulação da comunidade de Boa Vista, Santarém, 10 de agosto de 1992)<sup>64</sup>, comprometendo-se com as despesas de descolamento dos técnicos do INCRA e futuros encargos financeiros com a demarcação e titulação da comunidade, avançando em estratégias de controle antecipado do processo (demarcação e titulação), buscando anular resistências e interesses próprios dos quilombolas.

De acordo com as narrativas orais de moradores de Boa Vista, a empresa mineradora, observando a capacidade de mobilização e organização da comunidade para titular suas terras, resolve antecipar-se à ação do grupo. Segundo dona Zuleide:

(...) [A] mineração viu que tinha o pico aí ela mandou chamar o INCRA de Santarém pra titular a terra individual, individual. Aí o rapaz... o meu marido disse... me perguntou, se eu já sabia [da vinda do INCRA-Santarém], eu disse não, porque na época eu trabalhava na ARQMO e trabalho até hoje, mas não é como eu trabalhava, né, que eu tinha cargo lá, agora não, eu trabalho [como voluntária] [Qual era o seu cargo lá, na ARQMO?]

Eu era conselho fiscal, e também eu era conselho fiscal e era coordenadora de cultura também. Aí eu, tinha um rapaz daqui [que] era diretor da ARQMO aí, o Anarcindo, aí eu foi lá procurei saber se ele já sabia [da vinda do INCRA-Santarém], ele disse que não. Aí ele disse... me perguntou se tinha como fazer uma reunião, eu disse que tinha, aí eu cheguei aqui [referindo-se a sua casa] pedi pro meus filhos fazere um bilhetinho pra cada um aí dos morador aí. O pessoal viero aí, gente fez um ensaio aí, que nós não queria terra individual, mas sim uma terra coletiva, que quando eles chegaro aí, a gente ensaiou aí a gente preparou pela uma boca só, que a gente não queria terra individual e sim uma terra coletiva. Aí veio o INCRA de Santarém e aí disse que o trabalho deles [não] era pra vim uma terra coletiva, [só] individual. Aí só a mineração ia decidir isso aí. Eles [MRN] chamaram a uma reunião, mas só lá só cabia seis pessoas, aí nós se organizamo aqui e levamos doze, aí nós fomos doze pessoas lá. Aí a gente se organizou lá, aí a gente falou, eles falava. Aí eu perguntei pra ele [o representante da MRN, José Carlos Soares] por que todo aqueles ano a gente aqui nunca a mineração tinha se preocupado por nós como ela tava se preocupando depois da gente fazer um pico comunitário. Aí ele ficou... [calado], ele disse é, tanto faz, a mineração tá pra ajudar vocês, tanto faz ser coletivo como individual, só que vai custar mais porque o título [coletivo] vai custar mais porque individual é mais rápido e coletivo vai mexer com o INCRA de Brasília é vai ser mais demorado. Passe até cem anos mais nós queremos de Brasília porque faz uma coisa mais é vai fazer aquilo que nós temos querendo, nós temos querendo um título coletivo. Aí eles dero a contribuição deles (Zuleide Viana dos Santos, 58 anos, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, em 29/10/2013).

O longo diálogo com dona Zuleide traz indícios de amadurecimento político e organizacional da comunidade de Boa Vista, socializando experiências comuns, com foco nas garantias de seus direitos étnicos e territoriais, enfrentando a onipresença e conivência do poder público, ao mesmo tempo das pressões do grande capital na região. Resistem naquele

<sup>64</sup> Fonte cedida por José dos Santos, morador da comunidade de Boa Vista, em Novembro de 2013.

momento os quilombolas inseridos na luta pela terra e por sua própria existência, criando uma identidade social expressa em suas vivências e práticas políticas e culturais.

A chegada do INCRA na vila Porto Trombetas foi uma surpresa para os moradores da comunidade de Boa Vista que ficaram sabendo por “um rapaz”, que trabalhava na empresa, da chegada dos técnicos do referido órgão, despertando a indignação de seus moradores, pois eram os principais interessados e deveriam ser comunicados. Foi nesse clima de pressão e indignação que homens e mulheres se reuniram e fizeram um “ensaio”: “nós não queria terra individual, mas sim uma terra coletiva”.

Na narrativa de dona Zuleide sobressai o enfrentamento de interesses e valores contraditórios, ou seja, a luta de classes. Ensina-nos Edward P. Thompson (1981, p. 190) que “toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores”, o que evidencia a narradora ao expor um nível de mobilização impetrado no imperativo do direito ao espaço de vivências comuns.

Fica evidente que os técnicos tentam pressionar a comunidade a aceitar o loteamento individual, delegando a decisão quanto à forma de titulação à MRN, além de desconsiderar o requerimento feito pela comunidade exigindo a demarcação e futura titulação coletiva de suas terras. O que leva a inferir que a visita do órgão, de maneira inesperada, seria a pedido da mineradora, na tentativa de desarticular mobilizações pela titulação coletiva da terra.

A narrativa de dona Zuleide possibilita ainda apreender a evolução das lutas dos moradores de Boa Vista, amparadas naqueles anseios e reivindicações, fazendo insurgir um movimento de recusa e resistência às imposições do INCRA-Santarém e da MRN pelo título individual: “passe até cem anos mais nós queremos de Brasília porque faz uma coisa mais, mas vai fazer aquilo que nós temos querendo, nós temos querendo um título coletivo”. Evidencia a narradora que o que está em jogo não é somente a posse da terra, mas “o valor do sentimento, da identidade com o meio, do cotidiano, da experiência social” (ALBUQUERQUE, 2005, p. 55). Enfim, a garantia de sobrevivência e de defesa de todo um modo de viver desses sujeitos históricos.

A fim de que se efetivasse a titulação coletiva daquelas terras consolidaram os moradores de Boa Vista o registro jurídico de sua associação, para gerenciar a ocupação e o uso dos recursos que dispõe o território ocupado pela comunidade.

(...) a gente teve que formar uma associação jurídica, pra poder nós receber o título da terra em nome da comunidade, da associação, porque se não, não podia ser do nome de uma pessoa e o chefe do INCRA disse, pra vocês receberem em nome da comunidade e dá como nós queria, porque inclusive foi liberado esse título coletivo, tinha que sair só um nome, porque era coletiva, então, é só um nome pra todo

mundo que tá lá dentro usa, e é como ficou, é só um nome que representa a associação da comunidade de Boa Vista. E todo mundo usa porque é coletivo, [mas] ninguém tem lote de terra pra dizer é meu, mas todo mundo tem direito no seu pedaço e não tem problema nenhum, então ele disse [está falando do representante do INCRA] pra sair nesse nome tem que ser jurídico, tem que registrar uma comunidade, uma associação, pra sair o título, e se viremo pra fundar essa associação (José dos Santos, 72 anos, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, em 16/11/2013).

Fundam assim, a Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Boa Vista (ACRQBV), em 02 de dezembro de 1994, a fim de que a comunidade tivesse as condições legais para receber o título coletivo, abrangendo uma área de 1.125, 0341 ha (um mil, cento e vinte e cinco hectares, três ares e quarenta e um centiares), atendendo a 112 famílias. Os sócios dividem-se em duas categorias: “sócios fundadores”, beneficiando os herdeiros de Antônio Honório dos Santos e famílias antigas; “sócios participantes”, aqueles que não nasceram na comunidade, legitimando distinções socialmente construídas e respeitadas naquele grupo.

O processo de titulação de Boa Vista exigiu muita negociação, com o INCRA/Brasília, firmando o entendimento da titulação coletiva, até então problemático, com o objetivo de atender o principal pleito da comunidade, convencendo o INCRA e o governo que o título teria que ser indiviso, ter o caráter coletivo, o que, historicamente, distingue a exploração da área sob o domínio quilombola das demais formas de apropriação e uso das terras da região. Daniel Souza lembra que “o INCRA aprendeu com a gente isso da titulação coletiva e com longo debate. A mensagem do coletivo, propriedade definitiva coletiva, isso só se discutia só para o índio, não para os quilombolas”. Desde então, as balizas daquele amadurecimento civil passaram a servir de modelo, abrindo o caminho para outras titulações em todo país.

É importante destacar que o título de propriedade de Boa Vista seria expedido e entregue à comunidade em agosto de 1995, mas a Fundação Cultural Palmares entra com um processo questionando a condição de “remanescente de quilombo” da comunidade. Nesse mesmo período, a referida entidade publica a portaria de nº 25 de 15 de agosto de 1995, estabelecendo a normas que conduzirão os trabalhos de identificação e delimitação das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombo. Com base, neste documento, a Fundação Cultural Palmares exigiu da comunidade laudo antropológico produzido pela entidade, o que adia a conclusão do processo de titulação. Neste caso, as pesquisas desenvolvidas na região pelas professoras Rosa Acevedo Marin e Edna Castro, assim como, a pesquisa de doutorado do historiador Antônio Eurípedes Funes, serviram como peças chave do processo, comprovando a origem da comunidade.

Voltando à narrativa de seu José dos Santos, mais acima transcrita, percebe-se, também, a forma de organização do território da comunidade de Boa Vista que “todo mundo usa por que é coletivo”, entretanto, “ninguém tem lote de terra pra dizer é meu, mas todo mundo tem direito no seu pedaço”, cuja territorialidade é marcada pelo uso comum da terra. Tal organização é mediada por normas instituídas nas relações sociais entre os moradores da comunidade, das quais “os laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável” (ALMEIDA, 2004, p. 10).

Por esta concepção, observa-se que as áreas ocupadas pelas residências, assim como o roçado, plantações e animais domésticos possui um caráter individualizado, sendo a terra, contudo, de domínio coletivo. Os moradores da comunidade não são considerados donos da terra onde são erguidas essas benfeitorias, ou seja, seu direito de propriedade restringe-se a estas e não a base física onde são instaladas, como explica dona Marina, “se vai vender [a casa] pra alguém que é coletivo [quilombola] pode vender, pode vender porque vai ficar aí mesmo, mas se for pra gente individual [não quilombola] ele vai ter que arrancar daí as madeira e levar”.

A área demarcada e titulada pela comunidade não levou em consideração o aumento da população, pois, hoje, conta com, aproximadamente, 200 famílias, entre quilombolas e não quilombolas, como se assinala na narrativa abaixo:

(...) ela não é uma área grande, mas pra habitação do pessoal dá, agora se fosse um caso que, fosse pra trabalhar mesmo muito ela era pequena, pelo tanto de gente que tem aqui. Mas como tô dizendo num querem mais roçar, pra ficar no mato ela é suficiente.

[Mas por que uma área pequena? Por que não demarcaram uma área maior?]

Mas pedimos uma maior, mas quando eles vieram aí pra liberar, eles disseram que uma parte [era] da reserva, da Floresta Nacional Saracá-Taquera, e aí eles diminuíram uma parte que ele [o técnico do INCRA] disse que tinha entrado, ele diminuiu, ele não liberou, e por isso ficou pequeno [aí o INCRA só liberou a área que não estava na reserva]

Então, por isso que a área ficou pequena (José dos Santos, 72 anos, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, em 16/11/2013).

Percebe-se na narrativa que o fato da área solicitada pela comunidade estar fora do limite da Floresta Nacional facilita a titulação, ao mesmo tempo em que limita naquele momento as pretensões das lideranças de titular uma área maior. A comunidade não dispõe de área de castanhal, pesca e de caça, não havendo igualmente espaço suficiente para seus moradores desenvolverem atividade de agropecuária, conforme previsto no título, situação que força relações de trabalho dependentes das ofertas da Mineração Rio do Norte.

De acordo com lideranças da ARQMO, conforme também lembra Carlos Printes, a ideia era questionar uma área igual ou superior a dez mil hectares, o que “provavelmente ia pegar a área aonde a mineradora diz que é dela e aí gente ia questionar, então, era vontade nossa né, pra gente tentar questionar aqui”, atingindo a área de domínio da Mineração Rio do Norte dentro dos limites da Floresta Nacional (FLONA) Saracá-Taquera. O processo de titulação de Boa Vista, também indicaria o caminho a ser percorrido pela ARQMO para titular as terras quilombolas sobrepostas pelas unidades de conservação, uma vez que, solicitando uma extensão maior de terra, alcançaria o espaço destinado à “preservação ambiental” da Flona.

Entretanto, como revela a narrativa acima transcrita, a comunidade optou por seguir as orientações do INCRA, e titular uma área que “não é uma área grande, mas pra habitação do pessoal dá”. A ARQMO, no entanto, afirma que tal decisão teria sido influenciada pela dependência da comunidade em relação à mineradora, fazendo com que seus coordenadores na época evitassem um confronto com a empresa, uma vez que, solicitar a demarcação e titulação de uma área maior, como deseja a ARQMO, atingiria as terras de propriedade da mineradora dentro dos limites da Floresta Nacional<sup>65</sup>.

Neste sentido, vale observar que a MRN acompanhou milimetricamente o processo de demarcação e titulação das terras de Boa Vista, financiando as viagens à cidade de Santarém, a criação da associação da comunidade e na formulação do seu estatuto. Numa tal conjuntura, compreende-se as razões para que lideranças da ARQMO questionassem a postura da comunidade, diante dos indícios de ingerência da mineradora, provocando, posteriormente, o afastamento da coordenação da comunidade e da ARQMO após sua titulação, em situação que ainda persiste.

### **3.3 Comunidade de Boa Vista, novas experiências e novas lutas: “até que melhorou depois da titulação”**

(...) depois da titulação o povo [de Oriximiná e Porto Trombetas] é, respeitou mais, principalmente aqui a empresa [MRN] aí respeitou mais o lado dos remanescente, aí sentiu mais um respeito pela gente. [...], depois dessa titulação de terra, com certeza

---

<sup>65</sup> O Decreto 98.704, de 27 de dezembro de 1989, de criação da Floresta Nacional Saracá-Taquera, versa em seu art. 4º que “fica excluída do presente Decreto, a área de 1.884ha, denominada Almeidas, de propriedade da Mineração Rio do Norte, conforme escritura pública de compra e venda e cessão de Direitos Hereditários e Meação lavrada no Cartório do 24º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, Livro nº 2.809 - fls. 72, D 20, em 25-3-83”.

melhorou muito, principalmente, a questão de a gente ser respeitado, tem aquele que o preconceito existe mesmo em todo lugar, mas pelo menos a associação quebrou mais uma parte do preconceito (Zuleide Viana dos Santos, 58 anos, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, em 29/10/2013).

Olha! Até que melhorou depois da titulação eles [MRN] deixaram uma portaria expedida pro povo de Boa Vista, que era pra dar abertura pra fazer qualquer coisa, projeto, e aí ainda fizemos um projeto, aliás, dois projetos, e conseguimos alguma coisa (...) (José dos Santos, 72 anos, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, em 16/11/2013).

As narrativas dos moradores de Boa Vista evidenciam experiências vividas pelo grupo social, marcas de um passado de desrespeito a sua dignidade por parte dos moradores de Porto Trombetas, Oriximiná e da Mineração Rio do Norte, evidenciando como eram vistos e tratados. Discriminados, vítimas de preconceito por serem negros, pobres e terem um estilo de vida que os diferenciava dos moradores destas cidades. Hoje, os tempos são outros e dona Zuleide revela, em sua narrativa, a consciência dessa mudança proporcionada pela organização da comunidade, seu reconhecimento e titulação, ao mesmo tempo em que, reconhece que o preconceito está sempre presente nas relações sociais de homens e mulheres da comunidade, “mas pelo menos a associação quebrou mais”.

A narrativa de seu José também aponta mudanças nas relações estabelecidas entre a comunidade e a mineradora, quando esta abre as portas para o diálogo com os moradores de Boa Vista. Logo após a titulação, a Mineração Rio do Norte passa a desenvolver na comunidade inúmeros “projetos sociais”, visando desenvolver formas alternativas de sobrevivência e geração de renda para seus habitantes, como a Casa de Farinha, Criatório de Peixe e Quelônios, Projeto Mel, Projeto Galo, Fornecimento de Sementes e a Cooperativa de Trabalhadores. Indubitavelmente, a “Casa de Farinha” foi o projeto de maior repercussão, não só pela sua inauguração que contou com a presença de autoridades municipais e até mesmo com o Governador do Estado Almir Gabriel, mas por seu fracasso que ainda reverbera nas ruas de Oriximiná e na vila de Porto Trombetas.

Neste sentido, é relevante compartilhar uma das experiências vividas durante a minha pesquisa de campo, em outubro de 2013, quando, com o objetivo de conhecer a comunidade de Boa Vista e seus moradores, hospedei-me na vila de Porto Trombetas. Nesta vila tenho parentes e amigos, e foi em um encontro com esses amigos, em um alojamento da empresa, que ouvi inúmeros relatos sobre o projeto “Casa de Farinha”, todos esses comentários em tom de crítica aos moradores da comunidade.

Compartilho aqui um desses comentários. Quando inquirida sobre o motivo de minha visita à vila, falei das pretensões de pesquisa na comunidade de Boa Vista, sendo logo

interrompida por um homem que me pergunta então se conhecia a história da “Casa de Farinha”, ao que respondendo negativamente, seguiu-se o relato abaixo:

A Mineração Rio do Norte já investiu muito na comunidade, mas o pessoal de lá não quer saber de nada, é um bando de preto preguiçoso. Quando a MRN foi entregar a “Casa de Farinha”, toda mecanizada, era só jogar a mandioca, que o resto o maquinário fazia, aí um morador levantou a mão e perguntou para o representante da mineração: — quem vai roçar e plantar a mandioca? Será que esses pretos são preguiçosos?! Eles queriam, eu acho, que a mineração pagasse alguém para plantar e fazer a farinha pra eles. (Porto Trombetas. Caderno de Campo, 28 outubro de 2013).

Apesar de todos os avanços e conquistas políticas do movimento negro no Brasil, este relato evidencia que no cotidiano de homens e mulheres negras no rio Trombetas, o preconceito racial permanece e perpassa todas as relações sociais desses sujeitos. O preconceito, neste caso, não se restringe apenas à cor da pele, quando se refere aos moradores da comunidade como “um bando de preto preguiçoso”, revela, ainda, a divisão de dois mundos, um dos brancos, os diligentes trabalhadores, e outro dos “pretos”, os inveterados preguiçosos, seguindo tendência história da sociedade liberal capitalista (CHALHOUB, 2001).

O projeto “Casa de Farinha” tinha por objetivo incentivar a produção de farinha na comunidade, assim como sua comercialização na vila Porto Trombetas, quando, para tanto, necessitava de uma produção significativa que garantisse o abastecimento local. Contudo, o projeto fracassou diante das dificuldades. Neste caso, vale resgatar a narrativa de Aildo Viana, ao observar a implantação daquele projeto como “ato de covardia”.

Olha! Outra coisa é essa casa de farinha, quando ela foi implantada na comunidade. Ela [casa de farinha] foi um projeto errado. Por que um projeto errado? Antes todos os antepassados viviam da farinha, viviam da roça, da agricultura. Hoje a geração nova, bem pouquinhos sabe fazer farinha. Até por que eles [pais] queriam que a gente se dedicasse mais aos estudos e não pegasse na mandioca. Aí eles [a MRN] implantaram essa casa de farinha. E aí ficam batendo na tecla: nós [referindo-se a MRN] fizemos essa casa de farinha pra vocês, não sei mais o que, fizemos isso, fizemos aquilo. Mas só que já era tarde. Minha mãe já está cansada não vai mais fazer farinha, não tem mais condições de trabalhar. Então, a gente vê. Eu digo, assim, foi um ato de covardia usar uma cultura que praticamente já não tinha mais, porque muitos deixaram o trabalho na agricultura pra ganhar uma diária lá [na MRN] (Aildo Viana, 37 anos, comunidade de Boa Vista, 23/09/2014).

A narrativa de Aildo é uma resposta àquelas críticas aos moradores da comunidade quanto ao fracasso do projeto, observando preconceitos e, ao mesmo tempo, a situação de dependência social dos moradores da comunidade aos empregos oferecidos em Porto Trombetas, quando muitos “deixam de trabalhar na agricultura pra ganhar uma diária”. Nessa conjuntura, compreende-se a interrogação do trabalhador de Boa Vista frente à iniciativa de

implantação da “casa de farinha”, questionando sobre quem então plantaria a mandioca, em que terras e com quais experiências nesse saber.

Ao implantar o projeto, a mineradora não levou em consideração a realidade vivida na comunidade, onde a maioria de seus moradores são prestadores de serviço ou funcionários da própria empresa, ou de empreiteiras instaladas no polo minerador, restando apenas os velhos, que “cansados não vai mais fazer farinha”, porque “não tem mais condições de trabalhar”. Para manter a regularidade do fornecimento, a produção deveria ser em escala comercial, implicando o plantio em grandes extensões de roça, o que levaria necessariamente a outros entraves, tal como a área da comunidade, bastante reduzida para a manutenção no tempo de um cultivo em grande escala.

**Figura 18:** Casa de Farinha ou Centro de Trabalho em Comunidade (comunidade Boa Vista).



**Fonte:** Acervo fotográfico de Elaine Archanjo.

Conforme relatos de moradores, a comunidade fundou uma Cooperativa de Produtores Rurais em 1996, com o objetivo de fornecer farinha à GR Serviços de Alimentação, empresa responsável, entre outras coisas, por fornecer alimentação aos refeitórios da mineradora. Porém, a GR exigia a entrega de uma grande quantidade mensal, não suportando a produção da comunidade aquela demanda, quando houve a tentativa de comprar a mandioca de outras comunidades quilombolas, o que resulta então em novo fracasso, por ser essa atividade produtiva sazonal e artesanal. Diante da situação, a GR rompe o contrato, ficando a casa de farinha para o uso coletivo das famílias em sua produção de subsistência.

A mineração deu uma casa de farinha, tá lá no mato até hoje, com maquinário, com tudo, que só era juga a massa no forno e torrar. Ela fazia tudo, jugava a mandioca lá dentro do lavador, ele não precisava ninguém, pra ela se comprometia, toda motorizada era ótimo, mas o pessoal não soubera zelar, acabou tudo. [Mas não usaram essa casa de farinha?] Foi usada bem pouco, mas quem mais usou foi eu, porque era só quem fazia roça na época, e meu primo também. Mas ele não gostava de trazer a mandioca pra cá, porque ele descia a mandioca dele por ali [apontando para o igarapé da Água Fria]. Fica longe, eu é que mais usei, eu tinha bastante roça na época, eu fiz um bucado de farinha aí. Mas o resto nem deu valor [Não plantavam?] Tinha alguns que plantavam, mas queria fazer na casa deles por que era longe, só se fosse uma casa de farinha em cada casa, e aí não tinha combate. Eu vi de lá [referindo-se ao diálogo com seu primo, morador do igarapé da Água Fria] trazer a mandioca aqui e a casa era pra cá [área distante das casas da comunidade], muitos faziam por lá mesmo, não traziam pra fazer na casa de farinha. (José dos Santos, 72 anos, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, 16/11/2013).

A casa de farinha fica distante das casas da comunidade, dificultando o transporte da mandioca da roça até o local, principalmente, para os moradores do Igarapé do Patauí e Água Fria, como observado na narrativa do seu José. Este, no entanto, tinha sua roça próxima à casa de farinha, utilizando-a com frequência, até o momento em que abandona o trabalho na roça por conta da idade avançada e por cuidar da esposa doente. Ainda se evidencia na narrativa as facilidades de um equipamento moderno que reduz o esforço e o tempo de trabalho, mas que isolado do direito real da comunidade a sua própria reprodução social, não passa de meio de produção que apenas poderia servir a propósitos capitalistas.

Outros projetos foram implantados em períodos distintos, como o “Programa Demonstrativo de Ação (PDA)”. O Programa, desenvolvido pelo ministério do Meio Ambiente a partir de 1995, era direcionado a produção sustentável e ambiental, como recuperação de áreas degradadas, e fruticultura. O projeto em Boa Vista tinha como objetivo melhorar a qualidade de vida dos moradores, aliando geração de renda e preservação ambiental, recuperando áreas degradadas na comunidade com plantas frutíferas. Com o recurso deste projeto, alguns moradores plantaram cupuaçu, laranja, tangerina e pupunha. Entretanto, segundo os moradores, muitos não tiveram o resultado esperado.

O mesmo fim teve o “Criatório de Peixe e Quelônios”, destinado à criação de peixes e quelônios para consumo, venda e repovoamento de espécies no igarapé da Água Fria, poluído pela MRN. Observa seu José dos Santos:

tivemos um bocado de tracajá, tartaruga, mas depois num deu certo, começo a morrer, eles [os técnicos da mineração] disseram que era a água que não era própria e sem muitas explicações levaram “pra lá ai foi, no voltou mais, as tartarugas, tracajá que tinha ai no votaram mais [levaram pra onde?] pra mineração. (José dos Santos, 72 anos, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, 16/11/2013).

Vale frisar que todos os projetos mencionados contaram com o apoio técnico e/ou financeiro (casa de farinha e criatório de peixes e quelônios) da mineradora, recuperando

modos de vida da região segundo propósitos de conformação do mundo do trabalho para os seus interesses.

**Figura 19:** Criatório de peixe e quelônios (comunidade Boa Vista).



**Fonte:** Acervo fotográfico de Elaine Archanjo.

A Mineração Rio do Norte divulga os projetos como parte de seu papel social e, em contrapartida, constrói e solidifica sua imagem de “empresa cidadã”, preocupada com o meio ambiente e com as populações locais. Do outro lado, a comunidade da preguiça e do desperdício do tempo, os quilombolas.

Atualmente, há dois projetos em funcionamento, o de “Educação Ambiental e Patrimonial”, financiado pela MRN, e a Cooperativa de Prestação de Serviços (COOPERBOA). O projeto “Educação Ambiental e Patrimonial” funciona no “Espaço Cultural Konduri<sup>66</sup>”, construído em 2012.

O Espaço Cultural Konduri é destinado à produção de cerâmicas, sendo dona Zuleide dos Santos a responsável pelo espaço. Zuleide é ceramista conhecida na região, ensinando a arte de trabalhar o barro, a produzir utensílios domésticos e réplicas de cerâmica Konduri,

---

<sup>66</sup> Tribo indígena que habitava a região do rio Trombetas e Nhamundá, teve sua presença registrada por religiosos e viajantes, nos períodos de 1551 a 1725. Em 2001, os arqueólogos do Museu paraense Emílio Goeld descobriam um sítio arqueológico na comunidade de Boa Vista, encontraram objetos e fragmento de cerâmica atribuído à tribo Konduri. Cf. REVISTA ARTESANATO DAS COMUNIDADES BOA VISTA E MOURA. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2011.

encontradas em sítios arqueológicos na comunidade, em tradição passada por gerações de sua família.

**Figura 20:** Dona Zuleide mostrando seu espaço de trabalho com a cerâmica.



**Fonte:** Acervo fotográfico de Elaine Archanjo.

A tradição ceramista na região do rio Trombetas remonta ao cotidiano dos povos indígenas e africanos que habitaram a região. A arte de trabalhar o barro é uma prática cultural herdada dos seus antepassados “mocambeiros de fuga”, cujo conhecimento e o modo de fazer utensílios domésticos como panelas, potes, pratos e copos de barro, é um saber transmitido de geração a geração, entre as mulheres da família de dona Zuleide: “aprendi a fazer panela, tudo de barro com minha vó e minha mãe”.

Entretanto, a narradora alerta para perda da tradição de transformar o barro em objetos utilitários, quando observa no cotidiano da comunidade sua substituição por objetos de alumínio comprados na cidade. Assim como, também observa, a falta de interesse dos jovens da comunidade pelo conhecimento e técnicas de produção de artefatos de barro, ressaltando que “os jovem não querem mais aprender a trabalhar com o barro”, colocando em risco de desaparecimento um saber milenar a cerca da natureza, extração e preparo do barro.

A historiadora Tereza Almeida Cruz em seu estudo sobre as mulheres quilombolas do vale do Guaporé e da floresta do Mayombe, na província de Cabinda, Angola, observa que além de desenvolverem atividades agroextrativistas estas mulheres também são hábeis artesãs.

No caso das comunidades quilombolas do vale do Guaporé, assim como as comunidades quilombolas do rio Trombetas destaca-se a produção de cerâmica. O conhecimento da produção de objetos de barro “é uma prática cultural que carrega em si toda uma sabedoria, pois tem a época certa de extrair o barro, que não é qualquer tipo. Há todo um ritual no seu preparo” (CRUZ, 2012, p.211), além de aspectos “mitológicos” que devem ser considerados como a restrição as mulheres grávidas e menstruadas de extrair e manusear o barro.

A arte de modelar o barro é um processo trabalhoso, exigindo de dona Zuleide uma gama de conhecimento que abarca desde o tempo certo para extrair o barro (julho a setembro) à queima das peças. A técnica especializada para a construção do forno, também de barro, foi a avó materna Laureana Colé quem passou. Depois de “colher o barro na beira do rio”, este passa por um processo de secagem, em seguida é peneirado para retirar as impurezas, sendo umedecido para ser modelado.

Dona Zuleide domina a arte do barro. Ela explica como se dá o processo de confecção das peças. Depois de confeccionadas, as peças são “colocadas para secar na sombra, seis, oito dias, não pode pegar sol, se pegar sol racha tudo”, quando secas são levadas ao forno “para assar e não pode entrar ar, porque estraga a peça, ela quebra fácil”, sendo, posteriormente, impermeabilizadas e pintadas com a tinta (genipina)<sup>67</sup> extraída do jenipapo, como evidência de conhecimentos compartilhados com os índios da região, possibilitando o encontro de diferentes experiências e tradições, além de reinventar modos de fazer e de viver (HALL, 2001, p. 88).

Dona Zuleide também cedeu o terreno onde foi construído o “Espaço cultural Konduri”, localizado ao lado de sua casa. No espaço deveria funcionar uma loja para comercialização do artesanato produzido pelos comunitários, sala para confeccionar as peças e também receber alunos da escola local. Dona Zuleide lamenta o fato do projeto não cumprir com os objetivos propostos, como o de gerar renda para moradores da comunidade: “eu tentei conversar com o Evandro [relações comunitária da MRN] e pedir melhorias, mas ele me respondeu: nem tudo que a gente quer a gente consegue. Isso é uma vergonha!”.

---

<sup>67</sup> A genipina é o composto orgânico encontrado no jenipapo (*Genipa americana*), responsável pela utilização tradicional dos frutos verdes para a pintura corporal, cerâmica e cestaria, hábito comum de várias tribos indígenas na região.

**Figura 21:** Dona Zuleide mostrando sua obra de arte.



**Fonte:** Acervo Fotográfico de Elaine Archanjo.

O espaço não alcança suas finalidades, afirma dona Zuleide, “não tem pia para lavar a mão, não tem banheiro. A MRN manda turista pra cá e ficam usando minha pia, e o banheiro, que é lá no quintal, e é aquele antigo”, interferindo na rotina de sua família, tirando sua privacidade. O espaço é uma sala dividida pelo forno artesanal, construído por ela e seu marido Valério, com o barro que vem da “beira do rio Trombetas”.

A COOPERBOA foi fundada no dia 04 de julho de 1996. Inicialmente, tratava-se de uma cooperativa de trabalhadores rurais criada para poder fornecer farinha para a GR Alimentos – seguindo os mesmos interesses empresariais assinalados mais acima – e receber os recursos do PDA. Entretanto, com o fracasso dos inúmeros projetos implantados na comunidade, a Mineração Rio do Norte, segundo relato dos moradores, transforma a cooperativa de trabalhadores rurais em prestadora de serviço.

Elniza Gonçalves, então com 36 anos, há quatro é encarregada do setor de zeladoria da cooperativa, cuidando, entre outras coisas, da limpeza dos alojamentos, em trabalho extenuante das 7:00hs às 11:30hs, apenas com intervalo para o almoço, retorno para o período vespertino das 13hs às 16:30hs. Explica Elniza:

A cooperativa é uma prestadora de serviço. Ela veio com o intuito de sustentabilidade, para ajudar a comunidade, porque muitos não tinham emprego. Na empresa [MRN] precisa ter estudo, formação para atender em diversos cargos e devidas áreas. Então, buscamos o apoio da mineração para formar essa cooperativa,

para dar esse apoio, frente de serviço para as pessoas da comunidade. Ela é auxiliar de serviços gerais. [Que serviços?] Limpeza de alojamento, capinar, mais esses aí de limpeza. [Quais os pontos positivos e negativos do trabalho da COOPERBOA?] Positivo quando vê que pessoas que estão precisando, porque aqui é uma área restrita, Porto Trombetas, quem não consegue trabalho, porque as vagas são limitadas. Eu vou ali [na COOPERBOA] pegar uma diária, mesmo que eu não queira ficar direto [efetivo no quadro da COOPERBOA], trabalho cinco dias, seis dias. É meu povo pessoal, é meu povo, isso eu tenho orgulho. O negativo é de não ser carteira assinada, porque nós somos donos, os sócios, é sem fins lucrativos (Elniza Gonçalves, 36 anos, Encarregada da zeladoria da COOPERBOA, comunidade de Boa Vista. 23/09/2014).

Elniza expõe em sua narrativa o problema do desemprego na comunidade quilombola de Boa Vista, ao mesmo tempo em que reconhece a existência de vagas de empregos oferecidos pela mineradora, preenchidas essas por pessoas qualificadas, com “estudo” e “formação”, evidenciando outros problemas enfrentados pela comunidade: vencer as exclusões sociais dos pré-requisitos de escolaridade e de qualificação para exercer determinada função ou cargo. Além disso, também dimensiona no campo dessas barreiras o fato da MRN oferecer à COOPERBOA somente os serviços de limpeza.

Quanto ao serviço de limpeza, que Elniza também realizou por muitos anos, e que, na maioria de seu quadro, mescla homens e mulheres, observa que mulheres “cuidam das tarefas mais leves”, como a limpeza dos alojamentos, rotina que começa na segunda-feira às 7hs da manhã. Relata Elniza que

O alojamento é a casa da pessoa, não é só um alojamento que tem. Um alojamento tem dezenas de pessoas, então, segunda tá bagunçado, levam cerveja, fazem festas, bagunça nos banheiros. Então, segunda-feira é dia que fica puxado o serviço, principalmente, segunda-feira as lixeiras estão cheias de lixo às vezes, mas a gente não deixa de concluir. (Elniza Gonçalves, 36 anos, Encarregada da zeladoria da COOPERBOA, comunidade de Boa Vista. 23/09/2014).

A narrativa expõe as estratégias de sobrevivência das mulheres da comunidade de Boa Vista, exercendo funções que extrapolam os cuidados com a casa, maridos e, principalmente, com os filhos. Suas tarefas e funções apresentam-se como extensivas ao serviço doméstico, limpando e arrumando a “casa de dezenas”, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de sua inserção no mundo do trabalho como meio de contribuir, ou assegurar a sobrevivência das famílias, haja vista que muitas são chefes de casa. Desta forma, suas atividades domésticas passam a se constituir em atividade remunerada, submetendo-as a extensas e “nada leves” jornadas de trabalho, procurando equilibrar-se entre os cuidados da casa e o “exercício da maternidade com atividades outras que lhes permitissem garantir a sobrevivência” (MATTOS, 2004, p. 18). Assim, as mulheres de Boa Vista levam sua experiência de dona de casa para o mundo do trabalho.

Para garantir o sustento da família, os moradores de Boa Vista acabam “se submetendo a todo tipo de serviço”, como afirma Fernando Alves da Silva, de 23 anos, auxiliar de serviços gerais. Continua o narrador: “eu trabalho na área da feirinha, fazendo limpeza da pracinha, tirando lixo das lixeiras, lavando banheiro. É um trabalho que não se pode dizer que é bom, mas é um trabalho digno. Eu não conclui os estudos [referindo-se ao ensino médio]”, em experiência que evidencia a realidade de muitos homens e mulheres na comunidade. No caso de Fernando, e segundo suas palavras, “está correndo atrás do prejuízo”, cursando o ensino médio na comunidade do Moura, uma vez que Boa Vista só oferece o ensino fundamental (do 1<sup>a</sup> ao 5<sup>o</sup> ano). Concluindo essa etapa na idade correta, aqueles que são cadastrados, acabam transferidos para a escola de Porto Trombetas, onde precisam lidar com realidade que desconhece e desrespeita seus modos de ser e de viver.

É importante lembrar que o ensino formal é um direito, historicamente negado à população de Boa Vista. A escola na comunidade é uma conquista recente, datando do início de 1990, jamais alcançando atender a necessidade social da oferta de educação para seus habitantes, quando para continuar os estudos precisam se deslocar da comunidade, seja para Porto Trombetas ou para outra escola da região, em difícil realidade que se repete em comunidades quilombolas de todo o país (MIRANDA, 2012).

Os jovens quilombolas de Boa Vista ainda têm que lidar com o discurso que reverbera em Porto Trombetas, quando se afirma que os moradores da comunidade não estudam porque não querem, ocultando dimensões de exclusão social e econômica, e de negação de direitos. A educação escolar oferecida aos moradores de Boa Vista, e de outras comunidades quilombolas no rio Trombetas, desconsidera as particularidades dessas populações, pois tanto o currículo quanto a proposta pedagógica são as mesmas da zona urbana, assim como os professores (as) que, em sua maioria, não são oriundos dessas comunidades quilombolas. No caso de Boa Vista, apenas uma professora é da comunidade, sendo as demais de Oriximiná. Situação análoga foi observada por Egnaldo Rocha Silva (2013), em pesquisa realizada na comunidade negra rural de Lagoa Santa (Município de Ituberá/BA).

A Cooperativa é pensada de maneira positiva pela maioria dos moradores de Boa Vista, quando para muitos é a única fonte de renda. Outros, no entanto, enfatizam seu lado negativo, pois da associação à COOPERBOA segue-se suposto abandono da agricultura e do extrativismo. É fato que a Cooperativa apresenta-se como forma conveniente de substituir o trabalho assalariado pela prestação autônoma de serviços. Desta forma, a MRN livra-se de encargos trabalhista, sociais e médicos com os cooperados. Estes, por sua vez, não têm a

segurança da carteira assinada, em caso de demissão e término do contrato não podem usufruir dos demais direitos trabalhistas, como, por exemplo, o FGTS (O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e o seguro-desemprego, além de direitos básicos como: descanso semanal remunerado, férias, 13º salário.

Neste sentido, equivale dizer que a Cooperboa está sendo usada como mecanismo de redução de custos com a força de trabalho pela MRN. Ao terceirizar o serviço de limpeza, a mineradora reduz despesas com encargos trabalhistas, ao mesmo tempo em que intensifica e oculta a exploração do trabalhador, uma situação que se fundamenta em relações precárias de contratação.

É importante enfatizar que a Cooperboa foi criada em meados da década de 1990, quando muitos moradores da comunidade de Boa Vista que eram funcionários da empresa mineradora haviam sido demitidos, momento em que também fracassam os projetos alternativos de renda. A solução apresentada pela MRN ao desemprego foi transformar a cooperativa de produtores rurais em cooperativa de prestação de serviços. Desta forma, a mineradora recontrataria os antigos funcionários (quilombolas de Boa Vista e de outras comunidades), para que reassumissem seus antigos postos em condições trabalhistas diferentes, evidenciando um quadro de precarização do trabalho e do trabalhador (ANTUNES, 2009).

Conforme o sociólogo Ricardo Antunes, a partir de 1970, com a ditadura civil-militar, o capital executa um processo de reestruturação em muitas regiões do país, redesenhando novas e velhas formas de modalidades de ofício, que se apresentam como “as mais distintas formas alternativas de precarização do Trabalho”, quando o modelo de cooperativas “talvez seja o mais eloquente, uma vez que, em sua origem, as cooperativas eram reais instrumentos de luta e defesa dos trabalhadores contra a precarização do trabalho e o desemprego” (2009, p. 49). Sob esse ponto de vista, compreendemos a criação da Cooperboa como estratégia do grande capital para substituir o trabalhador regularmente assalariado por prestadores de serviço — os terceirizados, com salários mais baixos, sem direitos trabalhistas e sociais. Neste sentido, a cooperativa acaba servindo à mediação do processo de terceirização local, privando os trabalhadores de seus direitos, e reforçando a exploração na região.

A cooperativa conta com 100 cooperados em seu quadro efetivo, além dos trabalhadores temporários, aqueles que trabalham “cinco dias, seis dias”. A mineradora garante à cooperativa a prioridade em trabalhos temporários e serviços gerais, limpeza de alojamento, de rua e praças, escolas e prédios da empresa. Encontram-se, diariamente, esses sujeitos nas ruas de Porto Trombetas, nas casas fazendo serviço de limpeza de quintal e de

jardinagem. O contrato é anual e chegou em 2014 ao valor de R\$: 150.000. O valor pago pela diária é de R\$ 51,94, depositado na conta da COOPERBOA, sendo posteriormente repassado para o cooperado. Do valor total de dias trabalhados desconta-se R\$ 20,00, a fim de cobrir despesas com transporte e encargos.

Além da Cooperativa, os moradores de Boa Vista contam com os empregos oferecidos pelas inúmeras empresas instaladas no complexo mineral de Porto Trombetas, pois, de acordo com os moradores, “são poucos os que são funcionários da Mineração Rio do Norte”. Neste sentido, vale resgatar a narrativa de Aildo Viana:

Daqui de Boa Vista são poucos os que trabalham na mineração, entendeu? Pouquíssimos, pouquíssimos. Prova do contrario que a maioria já trabalhou na própria mineração, entendeu? [Foram demitidos?] Foram demitidos, porque não tinha estudo, o grau de escolaridade não era competente. Quando você ficha, você não sabe tudo, você tem que passar por uma experiência. Aí o que acontecia, ensina quando a pessoa se qualificava tomava a vaga dele e ele voltava pra estaca zero. É o que sempre acontece, nunca mudou. Então, a nossa vida hoje ainda está deixando a desejar. [Tu trabalhas onde?] Eu tô parado. Eu estava prestando serviço na PAREX, que era a empresa que estava fazendo a montagem dessa estrutura pra tirar o minério, a britadora, daí terminou a expansão eu saí. [Uma nova mina?] É uma nova mina. [Onde fica?] É aqui no Monte Branco. A gente trabalhou um ano e onze meses. A obra foi muito rápida pra terminar. Eu já trabalhei em várias empresas, mas a qualificação eu vim pegar agora nessa empresa nova [PAREX]. Não é o fato que não saiba fazer, pelo contrário, grandes profissionais a gente é, mas as oportunidades é para as pessoas de fora (Aildo Viana, 37 anos, comunidade de Boa Vista, 23/09/2014).

A fala de Aildo evidencia os sentidos sociais e históricos das relações cotidianas de homens e mulheres inseridos no mundo do trabalho, moldando a partir deste, suas experiências sociais, ora negativamente, ora positivamente. Reconstroí, em sua narrativa, suas vivências enquanto trabalhador disputando espaços e competências, qualificando-se, com o passar do tempo, depois de trabalhar em muitas empresas, interpretando o processo de trabalho a que ele e outros moradores de Boa Vista são submetidos.

Percebe-se no relato, as dimensões e categorias do trabalho, uma divisão entre aqueles qualificados, classificados por Aildo como os que têm o “grau de escolaridade competente”, e os não qualificados, aqueles que não possuem tal exigência, categoria de trabalhador onde estão inseridos os moradores de Boa Vista. Por outro lado, é possível apreender o significado que atribui a seu trabalho, se profissionalizando não pelo “estudo”, mas pela experiência que adquiriu ao longo dos anos como mecânico.

A narrativa também revela o discurso neoliberal de que a qualificação profissional seria um fator determinante para a inserção e manutenção do trabalhador no mercado de trabalho, por meio de constante formação e aperfeiçoamento, além de exigir níveis mais elevados de escolaridade. Desta forma, transfere-se ao trabalhador a responsabilidade da

obtenção e manutenção do seu emprego, quando seu sucesso depende unicamente de seu esforço pessoal, evidenciando que o discurso de qualificação profissional especializada antecipa e oculta uma exclusão social e econômica (OLIVEIRA, 2005).

Fica evidente na narrativa que o emprego oferecido, seja na MRN, ou em outras empresas contratadas pela mineradora, constituiu-se como a única fonte de renda para muitos em Boa Vista. Seus moradores tornam-se cada vez mais dependentes dos trabalhos oferecidos em Porto Trombetas, excluídos muitas vezes na preferência da empresa pelas “pessoas de fora”, vindas de Oriximiná e cidades vizinhas.

Mais do que dependências, a narrativa de Aildo mostra as transformações na relação de trabalho e na atividade econômica. Entretanto, fica implícita a destruição de um modo de vida que não atende aos interesses capitalistas, destruindo conhecimentos tradicionais passados de geração em geração, como o trabalho na roça e na coleta da castanha. Estes sujeitos, que outrora eram agricultores, pescadores e extrativistas que se orientavam “pelas tarefas” cotidianas, agora são trabalhadores assalariados ou prestadores de serviço dominados pelo relógio, marcando o confronto de dois tempos: o do capital e da natureza (THOMPSON, 1998).

### **3.3.1 “Eu tenho orgulho de ser negra e fazer parte desse grupo de quilombolas”: festa cultural, heranças dos antepassados.**

A vida de homens e mulheres na comunidade de Boa Vista não se resume, apesar do trabalho, à dura e cansativa jornada que para maioria se inicia às 5:00hs da manhã. Festas marcam a alegria do cotidiano da comunidade, como a festa do seu padroeiro São José, realizada nos dias 29 e 30 de novembro. As comemorações pelo padroeiro transformam-se em momento de lazer, em que os moradores fortalecem seus laços familiares e comunitários, onde os conflitos são abrandados, possibilitando a aproximação de vários grupos sociais. Além de ser um momento privilegiado de afirmação da identidade do grupo.

Foi no clima da preparação para a festa religiosa que cheguei à comunidade no dia 16 de novembro de 2013, momento da minha segunda visita ao local. Era manhã de sábado e os moradores estavam reunidos em mutirão para limpeza da igreja, centro comunitário e para a capina do terreiro. Os dias que precedem a festa são marcados por movimento de grande organização, quando algumas pessoas tomam a frente dos preparativos, caso de Silvio Rocha,

coordenador da comunidade, então responsável pela distribuição das tarefas a serem executadas, e pelo convite dos moradores para o mutirão.

Geralmente, a gente faz um comunicado, né, manda pras pessoas e no dia tal as pessoas já vem pro mutirão, e aí às vezes quando a gente não tá disponibilizando em recurso pra comprar alguma coisa como alimentação, as pessoas, cada um que vem traz um pouco, né, aí às vezes a gente pede doação nessas lojas e é assim dessa maneira que funciona (Silvio Rocha, 46 anos, coordenador da comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, em 29/10/2013).

Ressalta seu Silvio Rocha que “nem todos participam do mutirão de limpeza”, por razões e motivos diversos, mas, principalmente, por terem uma rotina de trabalho cansativa, outros que, por estarem em área de mina, dependem de folga para visitar a comunidade, uma vez que trabalhadores nesse ofício moram em alojamentos no mesmo local. Fica assim limitada a participação presencial da maioria, o que não significa que estes não participem de outras formas, como ajudando na alimentação daqueles que estão no mutirão.

**Figura 22:** Mutirão de limpeza (centro comunitário de Boa vista).



**Fonte:** Acervo gráfico de Elaine Archanjo.

O mutirão, como se observa na imagem, transforma-se em espaço de sociabilidade, um encontro de famílias, reforçando os laços de afetividade e também de compadrio, torna-se ali um espaço de lazer, onde as crianças brincam e também ajudam. As celebrações religiosas sempre tiveram e ainda têm muita importância no Brasil: em Boa Vista não é diferente, é o

momento mais esperado do ano, revelando um sentimento que, mesmo diante das dificuldades cotidianas, une a comunidade entorno dessas celebrações.

Sobre a programação da festa, observa Silvio:

Olha, nós temos uma programação aí que vai ter o círio fluvial, né, é às 18:00 horas e depois segue em procissão até na igreja, tem a celebração da missa e vai ter algumas apresentações, bingos essas coisas assim. Vai ter uma noite cultural, onde as pessoas vão apresentar suas [danças] de histórias, essas coisas toda e isso vai ser no dia 29, então a partir de uma da manhã encerra tudo. É a parte religiosa essa. E dia 30 vai ter a festa dançante, já pra que não seja misturado [com] a questão religiosa (Silvio Rocha, 46 anos, coordenador da comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, em 29/10/2013).

Dona Marina assinala outros preparos tradicionais para o festejo:

Vai ter na festa dançante? Eu não sei, mas no círio vai ter dança, vai ter venda de comida, galinha caipira, não sei se vai ter nesse ano pato no tucupi, que eu não sei se meu primo vai botar, isso eu não garanto, mas galinha caipira com certeza, peixe, às vezes que vem peixe, até tartaruga ano passado teve, mas sabe, é proibido, quando a gente não garante muito (Marina dos Santos, 65 anos, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, 29/10/2013).

A festividade de São José é regada à comida e à bebida. Os pratos típicos da região são preparadas pelas mulheres para serem vendidos nas barracas construídas para esse fim; quanto à bebida, a cerveja e o refrigerante são comercializados no bar que funciona no centro comunitário, sem falar na música que alegre o ambiente. .

Nos dias de festa, a comida e as roupas são especiais, diferentes das usadas no dia a dia. Homens e mulheres preparam-se, sendo este um momento de trocas afetivas, de solidariedade e de comunhão. A decoração do terreiro e da igreja fica sob a responsabilidade das professoras da comunidade, que enfeitam esses espaços de bandeirolas.

**Figura 23:** Terreiro e o altar da Igreja de São José (comunidade de Boa Vista).



**Fonte:** Acervo gráfico de Elaine Archanjo.

O círio é fluvial. O santo sai em cortejo pelo rio Trombetas, então repleto de barquinhas iluminadas, indicando o caminho ao comandante da embarcação. Depois, ele segue em procissão até a igreja, onde acontece a celebração da missa. “Depois da missa tem dança”, lembra dona Marina. O círio é também a “noite cultural”, quando “as pessoas vão apresentar suas [danças] de histórias”, informa Silvio Rocha. Porém, percebe-se, na narrativa de Silvio, a preocupação em não misturar o sagrado e o profano.

As festas de santos católicos sempre foram frequentadas pelos negros libertos ou escravos que dançavam ao som de batuque desde os tempos da colônia, alegrando as festividades religiosas (REIS, 2002, p. 121). Assim como as festas religiosas na Bahia do século XIX, analisadas por João José Reis, guardadas as proporções e temporalidades, a festa de São José representa para a comunidade de Boa Vista “a oportunidade para a celebração de valores culturais trazidos pelos africanos e de outros aqui criados” (Ibid., p. 101). Valores estes transmitidos por seus antepassados mocambeiros, oportunizando um momento de recriação e reafirmação de sua identidade quilombola.

Em “Carnavais e outra f(r)estas: ensaios de história da cultura”, livro organizado por Maria Clementina Pereira Cunha, encontram-se autores que se dedicam a analisar o entrelaçamento entre o sagrado e o profano. Nesta obra, a festa é vista como espaço de múltiplas expressões, possibilitando inúmeras reflexões e interpretações. Sendo esta o lugar da tradição e da permanência, onde reaparecem os deuses e mitos, sendo reinterpretados de acordo com o tempo e espaço em que são evocados (CUNHA, 2002).

Porém, ao longo do tempo, a festa em devoção a São José passou por muitas transformações e reformulações. Era uma festa de folia e de promessa, era o santo de devoção de Francisca de Paula dos Santos, filha de Antônio Honório dos Santos, lembra Marina.

Olha, antes essa festa daqui era com os foliões, como ainda é no Abuí. No Abuí ainda é com foliões, com bandeiras, mas o problema [é] que nós não tínhamos foliões, a gente pegava das outras comunidades. Aí trazia o santo com as bandeira voando vinha àquela coisa linda todas as bandeiras voando do Divino Espírito Santo, da Boa Vista, do São José, a gente tinha as bandeiras, mas não tinha os foliões que sabiam cantar e até agora nós não temos, por isso que não tem mais essa festa com foliões com bandeiras. Mas a gente tem o santo que vem, né, esse ano ele vai pro Jamari [comunidade quilombola] do Alto Trombetas. E era assim com os foliões cantando, meu tio ainda cansou de cantar, cantava e eles cantavam: “Que santo é aquele que vem do bebé é o glorioso São José, que santo é aquele que trás o bebé é o glorioso São José”. Eles cantavam, já morreram tudo os nossos, né.

De acordo com os relatos dos moradores, a preparação para a folia de São José começava com bastante antecedência, quando ressaltam que no “tempo dos antigos” a igreja

reprimia tal manifestação, observação que encontramos igualmente no relato de dona Rosa Colé:

Hum! Os padres num eram dessas festividades, depois já que tinha um certos anos que já vai algum padre numa festa dessa. Mas primeiro era festa cultural dos negros. [Como eram essas festas?] É assim, eles chegava aqueles tempos da festa que era na data certa, dia dez, doze, conforme a data do santo, quando chegava por aqueles tempo ele iam trabalhar, tinha mordomo, tinha juiz, procurador, que na primeira festa abria o piloro do santo e faziam aqueles piloro dos santos. Chamava de piloro, era pra a coordenação dos mordomos, juiz do mastro e da festa, procurador, procuradera, mordomo, caixeiro, quem andava cum a bandera era aquele, fulião, fulião (Rosa Colé, 85 anos, comunidade do Abui, Alto Trombetas, 31/10/2013).

O Piloro do santo era realizado no primeiro dia da festa. Segundo dona Rosa, era o momento do sorteio dos mordomos, juiz e os demais componentes da mesa, as pessoas inscreviam-se para desempenhar determinada função. Como explica Leonel:

(...) tinha dois folião, caixeiro, e mantenedor, mantenedor é esse que pega o santo, vai na canoa o mantenedor vai pegar a toalha, põe uma toalha aqui no ombro, agora põe o santo aqui, esse é mantenedor. Agora tem quando era de Canoa, era remando, tinha dois, seis, às vez até sete remeiros, quando era de Canoa. Hoje tá tudo deferente, antigamente era desse jeito com a gente tá conversando, da antiguidade. Ai os remeiro remava, tinha o piloto, o piloto era que manobrava com a canoa, tudo que ganhava ia pro piloto. Olha, aqui vamos dizer que chagasse a que em casa e a Ruth agarrava e dava essa coisa aqui [um copo] era uma esmola pro santo São José vamos dizer, esmola pra São José. Chegava lá e dizia: olha aqui piloto (Leonel Colé, 62 anos, comunidade da Tapagem, 31/10/2013)

As narrativas apontam para a existência de irmandades na região do Trombetas, no entanto, em nenhum relato há a confirmação de sua existência, mas sua estrutura, mesmo com as suas transformações, chega ao presente por meio da memória de velhos e velhas, permanência viva de seus antepassados mocambeiros. O sr. José dos Santos acrescenta que “na festa dos antigos tinha auxiliar, mordomo, juiz, mestre sala e o mastro”.

As irmandades, de acordo com Vicente Salles, multiplicaram-se nos séculos XVII e XVIII, em Belém e em outras localidades. Nas devoções dos negros no Estado do Pará, afirma o autor, “vemos aí traço da congada africana que se generalizou por quase todo o país e da qual ainda há resquícios do império de São Benedito em Cameté, no Marambiré em Alenquer, e no Aiué de Oriximiná.” (SALLES, 2004, p. 26). Tal organização e estrutura podem ser observadas na festa do Aiué de São Benedito na comunidade do Jauarí, rio Erepecurú, onde há a coroação do Rei e Rainha do Congo, evidenciando traços da cultura africana, cujos resquícios podem ser encontrados nas comunidades negras do rio Trombetas e Erepecurú, evidenciando características de uma celebração que marca a sua memória e reafirma sua identidade.

A narrativa de Leonel, acima transcrita, descreve o ritual de esmolação, peregrinação do Santo pelas comunidades para recolher donativos. Essas visitas são solicitadas pelos devotos que, na maioria das vezes, desejam pagar alguma promessa. A comitiva tem a frente dois porta-bandeiras com o estandarte do santo. Em seguida, vem o mantenedor com o santo. Há um detalhe que chama a atenção, é a toalha branca que fica no ombro do mantenedor para que o santo não entre em contato com sua pele. O momento mais importante da esmolação é a ladainha. À noite, os caixeiros convocam toda comunidade para participar da reza, reunindo-se todos na casa do promesseiro, onde se monta o altar. São os esmoleiros que fazem a louvação e, em seguida, a ladainha e o enceramento. É responsabilidade do promesseiro dar abrigo, comida e bebida para a comitiva.

É importante ressaltar que as devoções dos negros foram reprimidas pela igreja de Oriximiná, o que leva a supor que reflexos dessa repressão teriam chegado à comunidade de Boa Vista, a mais próxima da cidade, concorrendo para romanização de sua celebração religiosa, descartando elementos como a esmolação e o mastro.

Desde 1904 havia uma circular proibindo a esmolação para fins religiosos, que consistia na peregrinação do santo pela cidade para a arrecadação de donativos e realização da festividade. O mesmo ocorrendo na festividade de São José, como revela a narrativa de dona Marina. Entretanto, as folias continuavam mesmo com a proibição da paróquia de Oriximiná, pois que os festeiros não se sujeitavam as suas leis, o que, em muitos casos, virou assunto de polícia, como o ocorrido, em 1918, com o festeiro de São Benedito, na tentativa de romanizar as celebrações de devoção popular negra (PAROQUIA DE ORIXIMINÁ, Dados Históricos, 1900 a 1922).

Nos relatos de homens e mulheres da comunidade de Boa Vista, percebe-se a existência de conflito de gerações entre os mais velhos e os jovens, uma vez que estes convivem com a introdução de novos elementos no seu cotidiano. Dona Zuleide afirma que o desinteresse dos jovens sobre o passado, sua cultura e tradição, é, sobretudo, por sua proximidade de Porto Trombetas, onde a maioria dos jovens trabalha ou estuda. Neste caso, o conflito está na negociação entre o grupo daquilo que muda e o que permanece como tradição, entendida essa, neste trabalho, não como algo imóvel ou estático, mas como “processo ativo”, onde certos significados e práticas são realçados e outros, no entanto, são negligenciados, elegendo os elementos que farão parte do “processo de identificação social e cultural” do grupo (WILLIAMS, 1979, p. 118-119).

Sobre dimensões sociais amplas do círio de São José, como narra dona Marina, é preciso lembrar que “depois da missa tem dança”. Na comunidade, encontramos o Grupo

Folclórico A Força do Negro”, formado por moradores de Boa Vista, sobretudo mulheres. Este grupo folclórico é responsável pelas “danças tradicionais da comunidade”, a desfeiteira<sup>68</sup>, o Carimbó<sup>69</sup> e, com presença mais marcante, a Catisirigandô (lundu), a qual se transforma na sua principal forma de expressão cultural.

Segundo os integrantes do grupo de dança, seu nome é uma junção de Quatipuru (espécie de macaco) e sirigandô (lundu). Catisirigandô foi “criado” na década de 1990, por dona Zuleide dos Santos, em meio às exigências para a titulação da terra, objetivando reforçar sua etnicidade e reestabelecer os laços com sua história, cultura e tradição, e, dessa maneira, reafirmar sua antiguidade no território, seu modo de vida, suas manifestações culturais e a história social do grupo. Porém, conta dona Zuleide, a primeira festa de “cultura” na comunidade foi motivo de críticas de muitos moradores que não conheciam, ou, simplesmente, não queriam uma festa com instrumentos “dos antigos” de ‘pau e corda”. Queriam festa com banda, com caixa de música, assim “não saiu como a gente queria, mas a parte da cultura mesmo eles gostaram”, essa foi a primeira apresentação do Catisirigandô e, desde então, transformou-se na mais importante expressão cultural da comunidade de Boa Vista.

A dança foi montada a partir da história das velhas da “casa grande”, Catarina, Luzia e seu macaco de estimação, as escravas, mais acima mencionadas, que fogem para o Trombetas, acima da Porteira, para o lugar chamado Turuna. Sobre história que ouviu de sua avó materna, Laureana Colé Livramento, a qual nasceu no Turuna, em 1882, observa Zuleide que:

(...) contava que está dança era de origem daqueles negros que fugiram e se acamparam nas cachoeiras do Campixe e do Turuna, até que ouviram dizer que os negros já podiam sair desses lugares de fuga [referindo-se aos quilombos]. Foi então que a família de Laureana Colé Livramento desceram e acamparam na área da Tapagem, onde formaram um santuário chamado Oratório, que colocaram a imagem da Santíssima Trindade. (Zuleide Viana dos Santos, 58 anos, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, em 29/10/2013).

---

<sup>68</sup> De acordo com moradores de Boa Vista, a desfeiteira é uma dança de pares enlaçados que circulam livremente pelo salão. A única obrigatoriedade é passar, cada par de cada vez, diante do conjunto musical. Aquele que coincidir estar na frente da banda passará por uma prova: o músico-chefe escolhe a dama ou o cavalheiro para declamar versos. Quem não conseguir é vaiado por todos e, por esta desfeita, paga uma prenda, ficando assim desfeiteado.

<sup>69</sup> O carimbó, gênero de música e dança popular da região Norte do Brasil, tem origem no sincretismo entre as culturas indígena, africana e ibérica. Sabe-se que a música e a dança de carimbó representavam a relação com o trabalho e a desigualdade social. O nome deriva do instrumento de percussão indígena, principal artefato para a realização dos encontros em terreiros, o curimbó, feito de tronco de madeira e pele de animal, sendo um marco simbólico desta manifestação popular, caracterizada por sua função comunicacional e vinculativa em torno dos rituais religiosos, festas populares e reuniões sociais (SALLES e SALLES, 1969).

Eram treze irmãs que moravam numa casa bem grande, em um lugar que chamaram de Trindade. Viviam da agricultura e vendiam seus produtos em Óbidos e Oriximiná. Entre as escravas fugidas, Catarina e Luzia, personagens da dança de Dona Zuleide, era a primeira dotada de visões com que alertava os quilombolas para o que estes chamavam de pega-pega<sup>70</sup>. De acordo com dona Zuleide, a Luzia tinha o dom de atrair os animais e conversar com as plantas, e tinha um macaco chamado Quatipuru. Catarina, além da adivinhação, tinha o poder da cura e da benzeção, em tempo de festa benzia e “limpava”, jogando “banho de erva cheirosa” no local da festa, tal ritual de purificação objetivava afastar os maus fluidos, assegurando a proteção de todos os participantes, assim como proteger o quilombo de ataques dos brancos.

A dança, conforme nos informa dona Zuleide, pretende mostrar como “os antigo faziam festa no mocambo, festas de santo, de promessa e depois da reza dançavam o lundu, mas elas não chamavam de lundu, as velhas da casa grande chamavam de Sirigandô. É por isso que essa dança é Catisirigandô”. Precede o momento de entrada das dançarinas do lundu a apresentação do santo homenageado, São José, numa alusão às festas de promessa. Em seguida, a apresentadora chama os personagem que compõe a dança, quais sejam Catarina, Luzia e seu macaco de estimação. O ponto alto da dança é o lundu, momento que representa o profano desta apresentação, a sensualidade e da ludicidade negra do Trombetas.

Os personagens principais da dança são Catarina, a dona da festa, Luzia, rainha das flores e seu macaco Quatipuru. O objetivo da dança, segundo do Zuleide, é mostrar a cultura dos seus antepassados que viviam da agricultura. A dinâmica da apresentação acontece no entorno do mastro, como expressa no verso “jogado” pela apresentadora: “quando olho esse mastro representa a cultura nos lembra dos antepassados que viviam da agricultura”, retratando a celebração em agradecimento pela fartura e boa colheita do quilombo.

---

<sup>70</sup> Expedições de captura de escravos fugidos.

**Figura 24:** Apresentação da dança Catinsirigandô, no círio de Santo Antônio, em Oriximiná (começando pela esquerda, temos do Zuleide montando o mastro, dona Marina, representando Catarina, e Zuleia, Luzia, a rainha das flores)



**Fonte:** Acervo fotográfico de Elaine Archanjo.

Os personagens centrais Catarina, Luzia e o macaco Quatipuru, interagem com o público “botando versos”. O verso que Catarina apresenta é marcado pela afirmação e orgulho de ser negra: “sou negrinha e todos estão me vendo e não é por que sou negra que também não vá vivendo”. Cada personagem tem uma música para sua apresentação, porém, a do macaco é entoada pela rainha das flores: “chegou, chegou o macaco Quatipuru / ele veio de muito longe para dançar o siringandô [lundu] /se eu soubesse que tu vinhas mandava varrer a estrada / pingava, pingo de cheiro, sereno da madrugada”, evidenciando que as festas eram momentos de encontros de amigos e parentes, ou outros, escravos fugidos, que não mediam esforços para chegar ao quilombo.

**Figura 25:** Dançarinas do Catisiringandô, Círio de Santo Antônio Oriximiná.



**Fonte:** Acervo Fotográfico de Elaine Archanjo.

A dança dos antigos era o Sirigandô, outro nome dado ao lundu, no rio Trombetas. Dançava-se a noite inteira ao som do Gambá, o reco-reco, o cavaquinho, e o banjo. Dona Rosa informa que o gambá era o instrumento mais importante, lembrando que se trata de um tambor feito pelos negros: “o gambá era uma caixa grande de [tronco da árvore de] arapari, num concheci arapari, é um pau que por dentro ele é brocado, cavava até ficar como queriam”. Depois pegavam o couro do veado e fechava as extremidades, era o principal instrumento nas festas do quilombo, afinal “no gambá sai tudo”, principalmente o lundu.

Vicente Salles (2004), em seu livro “O negro na formação da sociedade paraense” ressalta que o lundu é a mais antiga expressão da lúdica negra documentada na Amazônia. Neste sentido, compreende-se o papel da dança Catisiringandô na comunidade de Boa Vista, como importante meio de vivências, na compreensão de como foram vividos os tempos da escravidão, fuga e cotidiano dos seus antepassados, portanto, elo entre passado, presente e futuro, realimentando a identidade quilombola, como expressa Diandra Viana, de 21anos, moradora da comunidade de Boa Vista:

A gente fica muito orgulhoso de ver, assim, as pessoas brancas virem elogiar a dança. A gente tem um grupo de dança A Força do Negro, Grupo Folclórico A força do Negro. E pra gente é muito gratificante ver as pessoas virem e não ter mais aquele preconceito: eu não trisco nele por que ele é negro. Hoje a gente vê que as coisas mudaram, graças a Deus! A gente é respeitado, nosso trabalho é reconhecido.

Então, eu tenho orgulho de ser negra e fazer parte desse grupo de quilombolas (Diandra Viana, 21 anos, comunidade de Boa Vista, 23/09/2014).

O resgate do passado quilombola por meio da dança está diretamente ligado ao fazer presente dessa comunidade, quando a produção social dessas memórias se articula como elemento constitutivo da construção da identidade social e cultural do grupo sobre as tradições dos seus antepassados.

As crianças também participam dessa construção. Conta Diandra que “hoje todas as crianças conhecem um pouco da história dos antigos” e de suas danças. No ano de 2014, fica responsável a narradora por ensinar “os pequenos a dançar o carimbó, para apresentação na noite cultural, no cívico da comunidade”, encantando com esse seu trabalho os visitantes presentes na comunidade, entre eles antropólogos, fotógrafos, moradores de Porto Trombetas e de outras comunidades quilombolas.

É importante, neste sentido, destacar o papel da mulher na manutenção de valores tradicionais que garantem a possibilidade de preservar as “raízes” do seu povo e sua comunidade presente. Saberes e valores se constroem e se reconstroem no dia a dia por homens e mulheres. As últimas, por cuidarem da casa, acompanham a educação dos filhos e assuntos comunitários, conciliando o exercício da maternidade com atividades outras que lhes permitem, juntamente com seus companheiros, ou mesmo na ausência desses, garantir a sobrevivências de sua família (MATTOS, 2004), quando, por sua sensibilidade para as questões cotidianas da comunidade, tomam para si a responsabilidade de manter viva nos jovens a história de seus antepassados.

São trabalhadoras, mães, filhas, esposas e líderes, assumindo muitos papéis, conquistam o respeito e visibilidade pelo trabalho prestado à comunidade. Ao assumirem o lugar de liderança, criam alternativas para superar os problemas cotidianos, revelando, acompanhando a aceção de Certeau (2008), a “arte de viver”. Desta forma, essas mulheres constroem sua própria história e, também, a história da comunidade, mantendo viva a cultura e a tradição sobre os seus antepassados, transmitidas aos membros do grupo por meio da oralidade, para “que eles num se esqueçam de suas origens e que são quilombolas”, finaliza dona Zuleide.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a comunidade de Boa Vista, autodefinida como remanescente de quilombo, mostrou-se reveladora em vários aspectos. A comunidade, conforme exposto neste trabalho, sofreu um processo intenso de expropriação de seu território, que teve início na década de 1970 e se intensificou nas décadas de 1980 e 1990, com a chegada da Mineração Rio do Norte e a política preservacionista do Estado brasileiro.

A Mineração Rio do Norte, antes de começar suas atividades adquiriu enormes extensões de terra, chegando a 153.480 hectares, sendo que parte dessa área constituía o patrimônio das famílias que “abriram esse lugar, a terçados e machados”, como lembra uma moradora da comunidade, referindo-se à própria família, da qual se tem notícias desde o início de século XX (MARIN, 1998).

Com a chegada da empresa, os moradores de Boa Vista experimentaram uma mudança drástica no seu modo de vida, e no seu meio de sobrevivência: castanhais, lagos de pesca e área de caça ficaram sobre o domínio da mineradora que, no dia 20 de novembro de 1980, envia uma carta comunicando à comunidade que a partir daquele momento não podiam mais caçar, pescar ou adentrar na área de castanhais sobre sua posse. Começava, a partir dessa data, a resistência e luta daqueles quilombolas para não serem expulsos de suas terras.

O estado também atou como agente expropriador de direitos ao criar a Reserva Biológica do Trombetas e Floresta Nacional Saracá-Taquera, legitimando a atuação do grande capital nacional e internacional. A implantação das Unidades de conservação desestruturou modos de vida na região, impondo aos quilombolas pressões e dificuldades na reprodução de seus costumes e cultura. As ações do IBDF/IBAMA, criminalizando práticas de sobrevivência secular, geraram muitos conflitos, provocando a morte de um de seus moradores pela ação de agente daquele órgão.

Observa-se que as atuações desses agentes (IBDF/IBAM e MRN), externos à realidade desses sujeitos, estabelecem novos valores e relações outras, que na sua grande maioria, expressam preconceito, sobretudo racial, quando são discriminados e segregados pela cor da pele ou pelo modo de vida tradicional, sinônimo de atraso e contrário às pretensões de desenvolvimento capitalista para a região. Assim, era exíguo e conflituado o espaço social permitido à população dessa comunidade segundo o modelo desenvolvimentista que então se desenhava para região do rio Trombetas.

Apesar de se identificarem como agricultores, pescadores ou coletores, e apontarem a agricultura como principal atividade econômica da comunidade, constatamos no decorrer da

pesquisa que, atualmente, poucos se dedicam a essa atividade produtiva. Conforme informações obtidas no órgão responsável por gerenciar as unidades de conservação, o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), apenas cinco pessoas figuram no cadastro como coletor de castanha, sendo apenas a esses permitido o acesso aos castanhais da Reserva Biológica, área onde se encontram grande parte dos recursos naturais, que outrora eram livres como a castanha, açaí, a palha de ubim e o breu, sendo também importantes lugares de memória, como os cemitérios, onde muitos parentes de moradores da comunidade foram enterrados.

Em linhas gerais, a construção deste trabalho teve como foco analisar o processo histórico de formação, reconhecimento e titulação da comunidade quilombola de Boa Vista, pela luta de trabalhadores, homens e mulheres daquela localidade no município de Oriximiná. Conforme foi enfatizado, nesta pesquisa, a mobilização da comunidade de Boa Vista e de outras na região precede o artigo 68 ADCT da Constituição Federal de 1988.

Constatou-se que ao longo da década de 1980, os moradores da comunidade de Boa Vista criaram e recriaram estratégias de resistência para não serem expulsos de suas terras pela Mineração Rio do Norte, evitando um confronto direto com a mesma. A presença daquela empresa, compreendida como maléfica à manutenção de seus modos ancestrais de vida, é hoje, ao mesmo tempo, observada pelos moradores pelo campo das necessidades de sobrevivência material e de emprego, no que evidencia toda essa realidade perspectivas e percepções ambíguas e contraditórias.

A Mineradora deveria oferecer saúde, educação, emprego e renda como parte de sua responsabilidade quanto aos agravos praticados contra aquela população, sendo evidentemente ineficaz nessas contrapartidas, vistas pelos quilombolas como embustes, sobretudo em relação à saúde.

Quanto ao emprego e geração de renda, observou-se, na realidade, a implantação de “projetos sociais” que destoavam da realidade local, evidenciando que a empresa atuava de forma a gerar relações de dependência da comunidade para atender as suas demandas por mão de obra. Assim as suas práticas na região, segundo os relatos dos narradores entrevistados nesta pesquisa, evidenciam o descaso e o objetivo velado de mantê-los subjugados, garantindo a manutenção daquelas práticas industriais.

Os moradores admitem dependência em relação à Mineração Rio do Norte e, ao mesmo tempo, reconhecem tal dependência como prejudicial à organização política da comunidade, visto que muitos não querem se indispor com empresa, pois o medo de

represálias é real, quando muitos dependem dos empregos oferecidos em Porto Trombetas, seja pela COOPERBOA, ou por empreiteiras.

É fato que cada vez mais diminuem essas ofertas de trabalho para os moradores de Boa Vista, assim como os serviços oferecidos pela empresa à comunidade, alegando os dirigentes da MRN que “pagam o imposto para o município de Oriximiná”, conforme nos relata Aildo. Preocupam-se as lideranças quilombolas com a redução gradativa das já pequenas contrapartidas indenizatórias pelas enormes destruições praticadas continuamente. Estas conhecem seu poder de reivindicação, sabendo também como, quando e para quem exigir o cumprimento de seus direitos e melhorias para comunidade, como água, luz, saúde de qualidade e educação.

Boa Vista é a comunidade mais afetada pelo projeto minerador na região. No entanto, grande parte de seus moradores se recusam a adotar uma postura de enfrentamento com a mineradora, não denunciando aquilo que acreditam estar errado na postura da empresa, como a poluição do rio Trombetas, igarapé da Água Fria, casos de abuso de autoridade e preconceito. A comunidade ainda acusa a mineradora de preterir seus moradores em relação às vagas por ela oferecidas, dando preferência “as pessoas de fora”, quando “pessoas qualificadas passam a vida toda, anos de sua vida de joelho, limpando chão”.

Exige a mineradora cada vez mais qualificação e um nível maior de escolaridade, o que exclui homens e mulheres da comunidade, que passam a compor o quadro da COOPERBOA como prestadores de serviços. Percebe-se, ainda, que a procura de tal qualificação e escolaridade provoca a mudança de muitos moradores de Boa Vista para as cidades mais próximas, como Oriximiná, Santarém, Belém e Manaus, figurando esta última como o principal destino dos filhos e filhas dos entrevistados, momento em que buscam ensino universitário e técnico profissionalizante, eventualmente tendo em vista as próprias vagas oferecidas pela MRN, em preocupação com a manutenção de suas famílias na região.

Os moradores da comunidade que trabalham no complexo mineral têm uma jornada cansativa, sobretudo mulheres, pois que estas acumulam a rotina do trabalho fora de casa com a rotina do lar. Contudo, orgulham-se essas trabalhadoras por contribuírem, ou mesmo prover o sustento de seus filhos.

Há também conflitos de geração. Os mais velhos reclamam a postura dos jovens em relação à cultura e à tradição da comunidade, quando afirmam que não conhecem “uma enxada, um terçado, não sabe plantar mandioca, não sabe fazer farinha”, acontecendo o mesmo com os valores familiares, como respeitar idosos e idosas da comunidade. Nesse caso, as observações recaem sobre os homens da comunidade, quando estes se recusam a participar

de maneira mais ativa das manifestações culturais. Por outro lado, percebe-se pelas narrativas dos quilombolas de Boa Vista a força do sentimento de pertencimento de todos àquele território, reafirmado na memória social da comunidade, na luta pela titulação da terra, pelas leis, pela cultura.

O título da terra expressou a vitória de homens e mulheres que travaram uma luta desigual com o grande capital que invadiu e expropriou suas terras. Essa mobilização e luta pela titulação da terra, assumindo a identidade política de remanescente de quilombo, possibilitou ao grupo se organizar e refletir sobre suas experiências e vivências. Evidencia-se no decorrer deste estudo que a organização e a resistência se forjam a partir de laços históricos, políticos e de solidariedade, criados e construídos ao longo do tempo, por sujeitos do passado e do presente.

Quanto aos resultados da presente pesquisa, entendo que os encontros e diálogos estabelecidos marcam antes um princípio do que uma conclusão, importando aí que não cesse de se alargar o campo político e democrático da formação do conhecimento histórico.

## FONTES

### Entrevistas

**Aildo Viana**, 37 anos, comunidade quilombola de Boa Vista, Alto Trombetas, 23/09/2014.

**Alcindino Pereira de Jesus**, 71 anos, comunidade quilombola de Boa Vista, Alto Trombetas, 31/10/2013.

**Antônio Carlos Printes**, 51 anos, comunidade quilombola do Abuí, Alto Trombetas 23/10/2013.

**Daniel Souza**, 55 anos, membro do conselho diretor das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará (Malungo), comunidade quilombola do Jauari, rio Erepecurú. Oriximiná, 05/11/2013.

**Diandra Viana**, 21 anos, comunidade quilombola de Boa Vista, Alto Trombetas, 23/09/2014.

**Elniza Gonçalves**, 36 anos, Encarregada da zeladoria da COOPERBOA, comunidade quilombola de Boa Vista, Alto Trombetas , 23/09/2014.

**Elzanira Gonçalves**, 38 anos, comunidade quilombola de Boa Vista, Alto Trombetas, 23/09/2014.

**Fernando Alves da Silva**, 23 anos, comunidade quilombola de Boa Vista, Alto Trombetas, 23/09/2014.

**Idaliana Marinho Azevedo**, 77 anos, Óbidos, 04/11/2013.

**José dos Santos**, 72 anos, comunidade quilombola de Boa Vista, Alto Trombetas, 16/11/2013.

**Manoel Edilson Santos de Jesus** (Manduca), 32 anos, presidente da COOPERBOA, comunidade quilombola de Boa Vista, Alto Trombetas , entrevista concedida a Aduino Duque, em abril de 2000.

**Marina dos Santos**, 65 anos, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, 29/10/2013.

**Rosa Colé**, 85 anos, comunidade do Abui, Alto Trombetas, 31/10/2013.

**Rosa Colé**, 85 anos, comunidade do Abui, Alto Trombetas, entrevista em 04/11/2013, Oriximiná.

**Rosa Colé**, entrevista IV Encontro raízes negras na Tapagem, 1991.

**Silvio Rocha**, 46 anos, coordenador da comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, em 29/10/2013.

**Zuleide Viana dos Santos**, 58 anos, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, em 29/10/2013.

### Jornais

HEMEROTECA, ACOB. Jornal de Santarém, 1992.

HEMEROTECA, ACOB. Jornal O Liberal, Belém, 04 de dezembro de 1989.

Informativo A Ronqueira, julho de 1990.

Informativo A Ronqueira, julho de 1991.

Jornal Kondori, Porto Trombetas, 2013.

Jornal Pessoal, setembro de 1989. Disponível em:  
<<http://ufdc.ufl.edu/AA00005008/00041/8j>>. Acessado em 5/02/2015.

### Fonte escrita

PAROQUIA DE ORIXIMINÁ, Dados Históricos, 1900 a 1922.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marta. Nos Requebros do Divino: Lundus e festas populares no Rio de Janeiro do século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Carnavais e outras f(r)estas**: ensaios de história social da cultura. Campinas (SP): Unicamp, Cecult, 2002.

ALBERTI, V. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues. **Trabalhadores do Muru, o rio das cigarras**. Editora: EDUFAC, 2005.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: **Quilombos – Identidade étnica e territorialidade**. Eliane Cantarino O’Dwyer ( Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV e ABA, 2002.

\_\_\_\_\_. **Quilombos e novas etnias**. Manaus: UEA edições. 2011

\_\_\_\_\_. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

\_\_\_\_\_. **Terra de preto, terra de santo, terra de índio: uso comum e conflito.** Belém, caderno NAEA, nº 10, UFPA, 1989.

\_\_\_\_\_. et al. (Orgs). Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos. **Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.** Manaus: / UEA Edições, 2010.

ANDRADE, Lúcia M. M. Os quilombos da bacia do Trombetas: breve histórico. **Revista de Antropologia**, v. 38, n. 1, 1995.

\_\_\_\_\_. **“300 anos de Zumbi e os quilombos contemporâneo”.** [S.l.]: Nov, 1995.

ANTONACCI, Maria Antonieta M. e AZEVEDO, Amailton M. (Orgs.). **Projeto História.** Diásporas. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, v. 44, jan/jun, 2012.

ANTONACCI, Maria Antonieta M. Corpos sem fronteira. **Projeto História.** São Paulo, nº 25, dez, 2002, p. 145-180.

\_\_\_\_\_. Cultura, trabalho, meio ambiente: estratégias de “empate” no Acre. **Revista Brasileira de História.** São Paulo: ANPHUH, Marco Zero, nº 28, 1995.

ANTUNES, Ricardo. O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural. **Revista Theomai/Theomai Journal On-line**, n. 19, p. 47-57, 2009. Disponível em: <<http://revista-theomai.unq.edu.ar/numero19/ArtAntunes.pdf>>. Acesso em: março de 2015.

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. **Memória, mediação e campesinato: as representações de uma liderança sobre as lutas camponesas da pré-Amazônia maranhense.** Manaus: Edições UEA, 2010.

ARCHANJO, E. C. O. F. Quilombos de Oriximiná (Pará – Brasil): escravidão, fuga e memória no século XIX. **Revista. História.** UEG - Anápolis, v.3, n.2, p. 52-70, jul./dez. 2014.

ARRUTI, José Maurício. **Emergência dos “remanescentes”:** Nota para o diálogo entre indígenas e quilombolas. Mana – Estudos de Antropologia Social; Rio de Janeiro, vol.3, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. **Mocambo:** antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, SP: Edusc, 2006. (Coleção Ciências Sociais).

\_\_\_\_\_. Quilombos. In: PINHO, Osmundo (Org.). **Raça:** perspectivas antropológicas. Campinas: ABA; Ed. Unicamp/EDUFBA, 2008.

\_\_\_\_\_. **Relatório Técnico Científico sobre os Remanescentes da Comunidade de Quilombo de Cangume.** Município de Itaóca/São Paulo. RTC/ITESP, 2003.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **O negro livre no imaginário das elites (racismo, imigração e abolicionismo em São Paulo)**. São Paulo: UNICAMP, 1985.

\_\_\_\_\_. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

AZEVEDO, Marinho Idaliana. **Puxirum: memórias dos negros do oeste paraense**. Belém: IAP, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 1985.

\_\_\_\_\_. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo/Brasília: Hucitec/Editora Universidade de Brasília, 2008.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **O vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatísticas, produção, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas**. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1975.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOLETIM INFORMATIVO NUER. **Regulamentação de terras de negros no Brasil**. Florianópolis: Fundação Cultural Palmares, v. 1, n. 1, 1997.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAUBET, Christian G. **A água doce nas relações internacionais**. Barueri, SP: Manole, 2006a.

CAUBET, Christian G. Domínio da água ou direito à água? Rivalidades nas relações internacionais do século XXI. **Direito Internacional do Meio Ambiente**. Salem H. Nasser e Fernando Rei (org). São Paulo: Atlas, 2006b.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (J 750-1817)**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CARNEIRO, Edison. **Ladinos e Crioulos**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

CASCUDO, Câmara. **Made in África (pesquisas e notas)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2ªed. Campinas, SP editora da Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. **Visões de liberdade**: uma história das ultimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

CHESNEAUX, Jean. **Devemos Fazer Tábula Rasa do Passado?** – Sobre a história e o historiador. Editora Ática, 1995.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Cadernos conflitos de Terra no Brasil**, 1987. Disponível em: <<http://cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/viewcategory/4-caderno-conflitos?Itemid=23>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. Comunidades quilombolas e a garantia dos direitos territoriais: as ações da Comissão Pró-Índio de São Paulo. **Cadernos de Campo**. São Paulo, n. 14/15, pp. 1-382, 2006.

\_\_\_\_\_. **Terra quilombolas em Oriximiná**: pressões e ameaças. CPISP, 2011. Disponível em: < <http://www.cpisp.org.br>>. Acesso em: 09 mai. 2012.

CRULS, Gastão. **A Amazônia que eu vi**: Óbidos-Tumucumaque. 3. ed. 1945.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, pp. 253-270, dez. 2007.

CRUZ, Tereza Almeida. **Um estudo comparado das relações ambientais das mulheres da floresta do Guaporé (Brasil) e do Mayombe (Angola) 1980-2010**. Tese de doutorado defendida na UFSC. Florianópolis, 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. (Org.) **Carnavais e outras f[r]estas**: ensaios de história social da cultura. Campinas: Ed. da Unicamp, CECULT, 2002.

\_\_\_\_\_. **Ecos da Folia**: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CUSTÓDIO, Antônio Joaquim Ferreira. Ato das Disposições constitucionais Transitórias. In: **Constituição Federal Interpretada pelo STF**. 3. ed. São Paulo: Editora Oliveira Mendes, 1998.

DELGADO, L. de A. N. **História oral**: memória, tempo, identidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DERBY, O. O Trombetas. In: HARTT C. et al. Trabalhos Restantes Inéditos da Comissão Geológica do Brasil - 1875-1878. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)** Tomo II, fasc. 1-4, 1897-1898.

DIAS, M.N. **A companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

DIAS, Maria Odila. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DIAS, Paulo. A outra festa negra. In: JANCSÓ, István e KANTOR, Íris. (Orgs.). **Festa**: cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: EDUSP, 2001.vol. 2. p. 859.

DUQUE, Adauto Neto Fonseca. **“Boa Vista e Moura – terra de quilombolas – e o Grande Projeto Trombetas – uma incômoda presença”**. Dissertação de Mestrado. UFC - Fortaleza, 2004.

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel Almeida. Unidades de conservação, mineração e concessão florestal: Os interesses empresariais e a intrusão de territórios quilombolas no rio Trombetas. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. et al. (Orgs). **Cadernos de debates Nova Cartografia Social**. Territórios quilombolas e conflitos. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Manaus: UEA Edições, 2010.

FERREIRA, Francisco Marcelo Gomes. **Serrote do gado brabo**: Identidade, territorialidade e migrações dentro de uma comunidade remanescente de quilombos. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Antropologia, 2008.

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Entrevistas**: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FIABANI, Adelmir. **Os novos quilombos**: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil [1988-2008]. Tese de doutorado. São Leopoldo, 2008.

FLORENTINO, Manolo. **Em Costa Negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro - séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1933. Reedição 1975.

FUNES, Eurípedes A. **“Nasci nas Matas Nunca Tive Senhor”** – história e memória dos Mocambos do Baixo Amazonas. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1995.

\_\_\_\_\_. **Comunidade Remanescente dos Mocambos do Alto Trombetas**. São Paulo: Fundação Pró-Índio, 2000.

\_\_\_\_\_. Comunidades Negras na Amazônia: fronteiras e identidades. In: **Seminário – história, trabalho e movimentos sociais na Amazônia**, I, Manaus. Anais. Manaus: UFAM, 2006.

\_\_\_\_\_. **Mocambos do Trombetas – História, Memória e Identidade**. EA Virtual 2, Universidade Federal do Ceará. Disponível em: < <http://www.ufc.br/afroamerica/EAV2/>>. Acesso em: 09 mai. 2012.

\_\_\_\_\_. **Otille Coudreau e os mocambeiros do Baixo Amazonas**. [S.l.: s.n.], 1999.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. Modernidade e dupla consciência, São Paulo. Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.9, nº 1/2, jan./dez. 1996. pp.17-30.

GOMES, Flávio dos Santos. **A Hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos Brasil**. São Paulo: Ed. UNESP, Ed. Polis, 2005.

GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos do rio de Janeiro no século XIX. In: REIS, J.J; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

GREISSING, Anna. A região do Jarí, do extrativismo ao agronegócio: as contradições do desenvolvimento econômico na Amazônia florestal no exemplo do Projeto Jari. **Revista de Estudos Universitários da Universidade de Sorocaba**. 36 (3), 2011. pp.20-37.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 5. ed. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HEBETE, Jean (Org.). **O cerco está fechando: o impacto do grande capital na Amazônia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Fase; Belém: NAEA/UFPA, 1991.

HOBBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho: Novos estudos sobre história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro. et al.(Org.). **Muitas Memórias, Outras histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2004.

\_\_\_\_\_. Narrativas orais na investigação da história social. **Projeto História**, n. 22. São Paulo: EDUC, 2001.

\_\_\_\_\_. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: MACIEL, Laura Antunes. et al. (Org.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho D' Água, 2006.

LARA, Silvia Hunold. Do singular ao plural – Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos. In: REIS, João; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. Tradução Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LINEBAUGH, Peter. “Todas as Montanhas do Atlântico Estremeceram”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, Editora Marco Zero, ano 3, n. 6, setembro de 1983.

MACHADO, R. C. **Projeto Trombetas: de Saramenha a Oriximiná**. Mineração Rio do Norte, Relatórios Anuais - 1980/2004. Rio de Janeiro, 2005.

MAGNANI, J.G.C. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. 2. ed. [S.l.]: Ed. UNESP/HUCITEC, 1998.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; GOMES, Flávio dos Santos. Reconfigurações Coloniais: tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no grão-Pará e Guiana Francesa (séculos XVII E XVIII). **Revista de História**, n.149, p. 69-107, 2. sem. 2003.

MARIN, R. & CASTRO, E. **Negros de Trombetas: guardiões de matas e rios**. 2. ed. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.

MARTINS, José de Souza. A chegada do estranho: notas e reflexões sobre o impacto dos grandes projetos econômicos nas populações indígenas e camponesas da Amazônia. In: HÉBETTE, Jean (Org). **O cerco está se fechando**. Petrópolis: Vozes. Rio de Janeiro: Fase. Belém: NAEA-UFPA. 1991.

\_\_\_\_\_. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. 11.ed. S. Paulo: Hucitec, 1999.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho**. São Paulo: EDUSC, 2002.

\_\_\_\_\_. Santos, o porto do café: cidade, cotidiano e trabalho. **Estudos Ibero-Americano**. PUCRS, v. XXX, n. 2, pp. 9-26, dezembro de 2004.

MATTOSO, K. Q. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MINERAÇÃO RIO DO NORTE. Disponível em: <www.mrn.com.br/indez\_1024.html.> Acesso em: 20 out. 2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Plano de manejo da Floresta Nacional de Saracá-Taquera. Curitiba, dez. 2001.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Plano de manejo da Reserva Biológica do Rio Trombetas. Brasília, jul. 2004.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Projeto Povos do Rio** - Cadastro de Comunidades Quilombolas e Ribeirinhas Localizadas no Interior e Entorno da Reserva Biológica do Rio Trombetas - Pará - Brasil. Relatório Final apresentado ao Fundo Nacional para a Biodiversidade como Produto 05 do Contrato de Prestação de Serviços. Brasília: Núcleo Macacoprego de Vivências Ambientais e Culturais e FUNBIO, 2006.

MIRANDA, Shirley Aparecida. Educação Quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. **Revista Brasileira de Educação**, v.17, n. 50, maio-agost. 2012.

MOURA, Clóvis. **Os Quilombos e Rebelião Negra**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de hoje**. São Paulo, Editora Global, 2006. (Coleção para Entender)

NEVES, L. de A. Memória, História e Sujeito: substrato da Identidade. **História Oral**. n.3, pp.109-116, 2000.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 7-28, dez. 1993.

O'DWYER, Eliane Cantarino. (Org.) **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2002.

\_\_\_\_\_. Remanescente de quilombos na fronteira Amazônica: a etnicidade como instrumento de luta pela terra. **Reforma Agrária**. São Paulo, ABA, v. 23, n. 3, set./dez. 1993.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Terra de quilombos**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 1995.

OLIVEIRA, Lêda. Memória e experiências: desafios da investigação histórica. In: FENELON. Déa Ribeiro. et al. (Org). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2006.

OLIVEIRA, Ramon de. **Empresariado industrial e a educação brasileira: qualificar para competir?** São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. Empresariado e a educação profissional. *Revista educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 249-263. Jul/Dez, 2003.

PENNA, Domingos Soares. **Região Ocidental da Província do Pará** - resenhas estatísticas das comarcas de Óbidos e Santarém. Belém: Diário de Belém, 1869.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A LUTA PELA TERRA NO SUL E SUDESTE DO PARÁ: migrações, conflitos e violência no campo**. Tese (doutorado em história) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, 2013.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. De mocambeiro a cabano: notas sobre a presença negra na Amazônia na primeira metade do século XIX. **Terras das Águas**, vol. 1, n. 1, 1999.

\_\_\_\_\_. **Visões da Cabanagem** – uma revolta popular e suas representações na historiografia. Manaus: Editora Valer, 2001.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus, 1899-1925**. Manaus: Edua, 1999.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Mulheres Negras Rurais: Resistência e Luta por Sobrevivência na Região do Tocantins PA. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

\_\_\_\_\_. **Filhas das Matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina**. Belém: Editora Açaí, 2010.

PHILIP M. Fearnside. **Impactos Sociais da Hidrelétrica de Tucuruí**. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). 2002. Disponível em: <<http://philip.inpa.gov.br>>. Acesso em: 31 jan. 2015.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, nº 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. Forma e Significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. **Revista Projeto História**, n. 14. (Cultura e Representações). São Paulo: Educ, 1997.

\_\_\_\_\_. O massacre de Civitella Val di Chianna (Toscana: 29 de junho de 1944) mito, política e senso comum. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. A filosofia e os fatos – narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

\_\_\_\_\_. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**, São Paulo, Departamento de História da PUC/SP, n. 14, pP. 7-24, fev. 1997.

\_\_\_\_\_. História Oral e poder. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, pp. 53-79, 2010.

\_\_\_\_\_. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In: KHOURY, YaraAun et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

\_\_\_\_\_. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, Departamento de História da PUC/SP, n. 14, p. 25-39, fev. 1997b.

PREFEITURA DE ORIXIMINÁ. Disponível em: <<http://www.oriximina.pa.gov.br/portal1/intro.asp?iIdMun=100115084>>. Acesso em: 20 mai. 2013.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. **Série Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos**. Fascículo 15 - Quilombolas do Tambor, Parque Nacional do Jaú, Novo Airão, Amazonas. Manaus, 2007.

REIS, João José; Eduardo Silva (Orgs.). **Negociação e Conflito**. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

\_\_\_\_\_. Batuque negro: repressão e permissão na Bahia oitocentista. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Íris (Orgs.). **Festa**: cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: EDUSP, 2001, v. I. p. 340.

\_\_\_\_\_. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**. São Paulo (28): 14.39. dez/fev. 1995/96.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, José João. Tambores e Tremores: A Festa Negra na Bahia na Primeira Metade do Século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Carnavais e outras f(r)estas**: ensaios de história social da cultura. Campinas (SP): Unicamp, Cecult, 2002.

REIS, Arthur César Ferreira. **História de Óbidos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Belém: Governo do Estado do Pará, 1979.

REVISTA ARTESANATO DAS COMUNIDADES BOA VISTA E MOURA. Publicação do Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, 2011.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835-1840. **Tempo**, v. 11, nº. 22, pp. 15-40, 2007.

RODRIGUES, João Barbosa. Rio Trombetas. In: **Exploração e estudo do vale do Amazonas**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1875.

RODRIGUES, M. de F. F. Paisagens, Geossímbolos e Dimensões da Cultura em Comunidades Quilombolas. **Revista Mercator**. v.10, n.22, 2011.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALLES, Vicente; SALLES, Marena Isdebski. Carimbó: trabalho e lazer do caboclo. **Revista Brasileira de Folclore**, n. 9. Rio de Janeiro, set./dez. 1969.

SALLES, Vicente. **O negro na formação da Sociedade Paraense**. Belém: Paka-Tatu, 2004.

\_\_\_\_\_. **O negro no Pará, sob o regime da escravidão**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Belém: UFPA, 1971.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Espelhos Partidos: etnias, legislação e desigualdade na colônia**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012.

SAMUEL, Raphael. Teatro da Memória. **Projeto história**. São Paulo, (14), fev. 1997.

SANTANA, Gilsely Barbara Barreto. **Terras de uso comum e identidades coletivas: ressignificando o conceito e a função da propriedade**. 2008. Disponível em: <<http://www.ibdu.org.br/imagens/terrasdeusocomumeidentidadescoletivas.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2012.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890/1915)**. São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Espaço do cidadão**. São Paulo: EDUSP, 2007.

SARLO, B. **Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação**. São Paulo: Edusp, 1997.

SCHWARTZ, Lilia M. **Retrato e Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, Egnaldo da Rocha. **Comunidade negra rural de Lagoa Santa: história, memória e luta pelo acesso e permanência na terra (1950-2011)**. São Paulo. Dissertação (Mestrado em História Social-PC-SP), 2013.

SILVA, Simone Rezende. Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra. **Artigo no XII Colóquio Internacional de Geocrítica**, maio de 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/08-S-Rezende.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

SILVA, Valdélino Santos. Rio das Rãs à luz da noção de quilombo. **Revista Afro - Ásia**, n. 23, pp. 267-295, 1999.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br>>. Acesso em: 01 abr. 2014.

SLENES, Robert. "Malungu ngoma vem!": África coberta e descoberta no Brasil. **Revista da USP**, nº 12, 1992.

SODRÉ, Muniz. **Samba, o dono do corpo**. Rio de Janeiro: Mauad. 2. ed, 1998.

SOIHET, Raquel. Festa da Penha: Resistência e Interpretação Cultural (1890-1920). In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura**. Campinas: Unicamp, Cecult, 2002.

SOUZA, Nicolino José Rodrigues de. **Diário das três viagens** (1877-1878-1882). Publicação nº 91 do Concelho Nacional de Proteção ao Índio. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

TEIXEIRA, Leila Maria Prates. **Comunidade de Tomé Nunes: Memória e construção identitária no Alto Sertão Baiano**. Dissertação (Mestrado em História). [S.l.]: UNEB, Campus V, Santo Antônio de Jesus, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores**. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa: A árvore da Liberdade**. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a Memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Projeto História**. São Paulo: PUC/SP, n.º 15, abr.1997.

TITULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO que a União e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA outorga à associação da comunidade de remanescente de Quilombo de Boa Vista – ACRQBV. Brasília – DF, 20 de novembro de 1995.

TRECCANI, Girólomo Domênico. **Terras de quilombo: entraves do processo de titulação**. Belém: Programa Raízes, 2006.

TRIBUNAL PERMANENTE DOS POVOS. Sessão Amazônia Brasileira. Sentença. **Meio Ambiente e Questões Agrárias**. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**, Ano 20, nºs, 1,2,3, abr. a dez. 1990. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=10713&Pesq=>>>. Acesso em: 05 fev. 2015.

VAINER, CARLOS B. **Águas para a vida, não para a morte**. Notas para uma História do movimento de atingidos por barragens no Brasil. Disponível em: <[www.observabarragem.ippur.ufrj.br/central\\_download.php?hash...id](http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/central_download.php?hash...id)>. Acesso em: 10 fev. 2015.

VEGOLINO e SILVA, Anaiza. **Alguns elementos para o estudo do negro na Amazônia**. Belém: Museu Paraense E. Goeldi, 1968.

VIEIRA, Maria do Pilar. et al. **A pesquisa em História**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. Quilombos em Mato Grosso: Resistência negra em área de fronteira. In: REIS, J.J; GOMES, Flávio dos Santos (Org). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. **Território Invadido: as lutas e os conflitos nas terras dos negros do Trombetas-PA**. Monografia (Bacharelado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, 2006.

\_\_\_\_\_. **Conflitos e movimentos sociais populares em área de mineração na Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2008

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

\_\_\_\_\_. **O Campo e a Cidade na História e na Literatura**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.